



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 39

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS

DESTINADAS A APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dia 14 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.295-D-62 na Câmara e nº 23-24 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.273-D-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.346-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autorizou a União a constituir uma sociedade por ações, denominada «Sociedade Termoeletrica de Capivari — SOTELCA» e que passa a denominar-se «Sociedade Termoeletrica de Capivari S.A. — SOTELCA»;

Dias 26 e 27 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.083-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o «Plano Nacional de Viação» estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64;

Dia 28 de abril:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes»;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira;

Dia 10 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências;

Dias 11 e 12 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior;

Dia 13 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos

de renda, importação, consumo e sêto e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

Dia 24 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências;

Dia 25 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64, na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências;

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Ped. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (veto total);

— ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências (veto total).

Senado Federal, 1º de abril de 1966. — Auro Moura Andrade

SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1 — ao Projeto de Lei nº 4.295-B-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências (veto parcial);
- 2 — ao Projeto de Lei nº 3.273-B-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias (veto parcial);
- 3 — ao Projeto de Lei nº 3.346-B-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivos da Lei nº 3.119, de 31-3-1957, que auto-

filizou a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari (SOTELGA) e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capivari S. A. (SOTELGA) (voto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Código	Voto	Matéria a que se refere
1	1º	Art. 4º inciso I;
2	1º	Art. 22;
3	1º	Art. 24 (caput);
4	2º	Art. 9º;
5	2º	Art. 11 e seu parágrafo;
6	3º	Parágrafo único do art. 3º;
7	3º	Parágrafo único do art. 4º.

SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de abril de 1966, às 10 horas

ORDEM DO DIA

Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 2-66 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 8º e seu parágrafo único da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

PARECER

Nº 2, de 1966 (C.N.)

Sobre o Projeto de Lei nº 2, de 1966 (C.N.) que introduz alterações no Código Eleitoral.

Parecer do Relator

Desobrigo-me, com este Parecer, da honrosa atribuição que me foi conferida de relator o Projeto de Lei nº 2, de 1966, que avança estas medidas:

a) fixa de três a dez por cento, sobre o salário-mínimo regional, a multa pelo não alistamento do brasileiro nato, até os 19 anos, ou do naturalizado, até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira;

b) exonera de multa o reconhecidamente pobre;

c) isenta do pagamento da multa prevista no art. 8º os que se alistaram até 31 de março de 1967.

O projeto consubstancia meritória inovação quando torna imune à multa o "alistando que provar devidamente seu estado de pobreza". A supressão para todos, dessa sanção econômica acarretaria a superveniência fatal das demais restrições previstas no § 1º, do art. 7º, exacerbadas no rigor e nas consequências. Não fora isso, o melhor seria banir a multa de catálogo dos castigos pelo inadimplemento do dever cívico. Há autores que censuram, como violência, a consciência do eleitor a compulsoriedade do sufrágio.

O critério adotado com respeito ao alistando, que comprovar seu estado de pobreza, deve ser estendido a todos os demais casos de multas de caráter administrativo, beneficiando o alistando e o alistado.

Assim, e para ser coerente, o relator, como emenda, sugere que a norma seja deslocada do art. 8º, passando a figurar como § 3º, do art. 367 (que regula a imposição e a cobrança de qualquer multa, salvo as decorrentes de condenação criminal) com a seguinte redação.

"Art. 367 — O alistando, ou o eleitor, que comprovar devidamente o seu estado de pobreza, ficará isento do pagamento de multa".

O Projeto de Lei nº 2, por outro lado, reduz a multa prevista no artigo 8º, do Código Eleitoral, sem alterar, contudo, a prevista no art. 7º, para o eleitor que deixar de votar. Por coerência, o relator, como emenda, sugere esta redação ao caput do art. 7º:

"Art. 7º — O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral, até trinta dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário-mínimo da região, imposta

pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367".

Finalmente, no que diz respeito ao exame do Projeto de Lei nº 2, parece-me, também, que a isenção do pagamento de multa para os que se alistarem até o dia 31 de março de 1967 não deve ser incorporada ao art. 8º do Código Eleitoral, uma vez que é medida de caráter transitório. E se na oportunidade estão sendo isentos de multa os que não se alistaram na época oportuna, da mesma forma devem ser exonerados os que não votaram nas eleições anteriores.

Para tanto, e também como emendas, o relator sugere que, como disposições transitórias da presente lei, assim se disponha:

"Art. — Não se aplicará a multa a que se refere o art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) a quem se alistar até o dia 31 de março de 1967.

"Art. — Ficam isentos do pagamento de multa os eleitores que deixarem de votar até a data da publicação da presente lei".

São as seguintes, em resumo, as alterações alvitradas pelas emendas:

1º) exonerar do pagamento de multa não só o alistando, mas o alistado comprovadamente pobre;

2º) conformar a multa pelo não comparecimento aos mesmos percentuais da imposta pelo não alistamento;

3º) anistiar os faltosos até a data da publicação desta lei, à semelhança do perdão concedido aos que não se alistaram, consoante, aliás, é tradição da legislação eleitoral do País.

Entenda-se: Relator que as alterações que devem ser produzidas no Código Eleitoral não se circunscrevem, exclusivamente, às contidas no Projeto de Lei nº 2. Valemo-nos do ensejo e da tramitação conjunta e com prazos fatais dessa proposição, para aprimorar nossa legislação eleitoral.

As emendas que o Relator apresentará a seguir, sumariamente justificadas, no geral foram extraídas do Substitutivo que o Congresso elaborou ao Código Eleitoral vigente (Projeto número 2.745-65), que não foi sancionado por desentendimento entre o legislativo e o executivo na apreciação dos prazos de tramitação fixados no Ato Institucional nº 1.

Tendo sido o privilégio de haver sido, na Câmara, o relator e autor do Substitutivo aprovado, posso depor sobre o farto e precioso material constante das 564 emendas de Plenário, que, passando pelo severo crivo das Comissões e do amplo debate na discussão e votação, e devidamente selecionadas, muito enriqueceram a ajustada disciplina da importante matéria, notadamente no sentido da mo-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 53
Exterior	
Ano	Cr\$ 123

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 23,
Ano	Cr\$ 29,
Exterior	
Ano	Cr\$ 103,

— Excoetadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio do cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesouroiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

ralização, celeridade e efetiva existência de sanções nas apurações.

Seguramente o Congresso só terá motivos para ratificar as proposições que já aprovava antes, com isso muito lucrando o Código Eleitoral do País.

O Relator, ao enunciar as emendas, agradece a lúcida e incansável colaboração do Dr. Geraldo da Costa Manso, cujo nome já está incorporado à história da legislação eleitoral do Brasil, pelo patriótico fervor com que tem assessorado sua elaboração.

As emendas são apresentadas sob a forma de artigos, parágrafos ou incisos do Código, para facilitar as remissões, pois são muitas, além de significar o ingente esforço que o Relator expendeu e que se corporifica no Substitutivo, que finaliza este Parecer, no sentido de que as atuais modificações à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) sejam incorporadas ao seu contexto, obviando, assim, o gravíssimo inconveniente das dificuldades de estudo, consulta e aplicação de textos extravagantes, como sucedia com a antiga legislação eleitoral.

EMENDAS DO RELATOR

Emenda nº 1

Altera a redação da Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com as alterações constantes dos artigos seguintes.

Emenda nº 2

Art. O art. 14, mantida a redação do caput, passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

§ 1º Os biênios serão contados ininterruptamente, sem o desconto de qualquer afastamento, nem mesmo o decorrente de licença, férias, ou licença especial, salvo no caso do § 3º.

§ 2º Os juizes afastados por motivo de licença, férias e licença especial, de suas funções na justiça comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando, com período de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.

§ 3º Da homologação da respectiva convenção partidária, até a apuração como juizes nos Tribunais Eleitorais final da eleição, não poderão servir ou como juiz eleitoral o cônjuge, parente consanguíneo, legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

§ 4º No caso de recondução para o segundo biênio, observar-se-ão as mesmas formalidades indispensáveis à primeira investidura.

Justificativa

O objetivo da emenda é o de evitar os abusos que têm ocorrido em relação à contagem dos biênios, previstos no artigo 114, da Constituição.

Os juizes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, "servirão obrigatoriamente por dois anos e nunca por mais de dois biênios consecutivos" (Constituição, art. 114). Através de interpretação, porém, com os descontos de licenças, férias etc., alguns juizes permanecem nos Tribunais Eleitorais por prazo bem superior ao fixado na Constituição.

O parágrafo terceiro proposto na emenda afastará da justiça eleitoral o juiz parente de candidato a cargo eletivo.

Emenda nº 3

Art. O § 1º do art. 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A nomeação, pelo Presidente da República, de juizes da categoria de juristas, deverá ser feita dentro dos trinta dias do recebimento da lista triplíce enviada pelo Supremo Tri-

bunal Federal, dela não podendo participar nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público.

Justificativa

O objetivo da emenda é o de determinar o preenchimento da vaga por advogado. O que tem sucedido é que magistrados aposentados ou membros do Ministério Público têm sido nomeados para essas funções, aliando a representação dos advogados, quando é notório que o espírito do dispositivo constitucional é o de incluir dois advogados na composição dos Tribunais Eleitorais.

Ainda recentemente, aliás, ao responder consulta que lhe fora formulada, o Tribunal Superior Eleitoral lamentou que dispositivo dessa natureza não constasse do Código.

Emenda nº 4

Art. No inciso I, do art. 22, a letra *h* passa a vigorar com a redação a seguir indicada, sendo acrescentada, ainda, a letra *i*:

"h) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos Tribunais Regionais dentro de trinta dias na conclusão do relator, formulados por partido, candidato ou parte interessada;

i) as reclamações contra os seus próprios juízes que, no prazo de trinta dias a contar da conclusão, não houverem julgado os feitos a eles distribuídos".

Justificativa

Na letra *h* a emenda reduz o prazo para o julgamento de sessenta para trinta dias, depois de conclusos os autos ao juiz. Esclarece ainda quem poderá formular o pedido de desaforamento.

A letra *i* prevê o caso de reclamação contra os próprios juízes do Tribunal Superior Eleitoral, que no mesmo prazo não houverem julgado os feitos a eles distribuídos.

A emenda concretiza esforço para regularidade nas decisões da Justiça Eleitoral, para o que o desaforamento constancia providência de resultados decisivos, por isso mesmo podendo ser provocada pelos setores prejudicados.

Emenda nº 5

Art. O inciso XIV, do art. 23, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XIV — requisitar força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem e para garantir a votação e a apuração".

Justificativa

O objetivo da emenda é explicitar que a força federal poderá ser requisitada também para garantir a votação e a apuração. O Código Eleitoral, na redação vigente, é omissivo. Por outro lado, é conveniente que fique expresso que a força federal poderá garantir a votação e também a apuração.

Emenda nº 6

Art. O § 2º do art. 25, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A lista não poderá conter nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público".

Justificativa

É a mesma da emenda nº 3. Impõe-se por coerência.

Emenda nº 7

Art. Ao art. 28 é acrescentado o seguinte parágrafo:

"§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior será observado o disposto no parágrafo único do art. 20".

Justificativa

O objetivo da emenda é conformar o artigo 28 com o artigo 20, pois ambos tratam da mesma espécie. A regra do parágrafo do artigo 20 é indis-

pensável e moralizadora, pois consigna a ilegitimidade da suspeição, quando são inconfessáveis seus objetivos. Impõe-se, também, por coerência, que ambos os artigos tenham redação uniforme.

Emenda nº 8

Art. A letra *g*, do inciso I, do artigo 29, passa a vigorar com a seguinte redação:

"g) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos juízes eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por partido, candidato ou parte interessada, sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo".

Justificativa

Trata-se de alteração idêntica à da Emenda nº 4. Naquela a alteração visava os Tribunais Regionais. Aqui os Juízes Eleitorais. A coerência inspira a Emenda.

Emenda nº 9

Art. O inciso XII, do art. 30, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XII — requisitar força para o cumprimento da lei e de suas decisões, bem como solicitar ao Tribunal Superior força federal inclusive para garantir a votação e a apuração".

Justificativa

A redação da emenda objetiva uniformizar a redação do dispositivo com o do inciso XIV, do art. 23, que foi objeto da Emenda nº 5. Convinde ficar bem claro, e é o propósito da Emenda, de que a força federal garantirá não somente a votação, mas também a apuração.

Emenda nº 10

Art. Ao art. 30 é acrescentado seguinte inciso:

"XIX — suprimir os mapas parciais de apuração, mandando utilizar apenas os boletins e os mapas totalizadores, desde que o menor número de candidatos às eleições proporcionais justifique a supressão observadas as seguintes normas:

a) qualquer candidato ou partido poderá requerer ao Tribunal Regional que suprima a exigência dos mapas parciais de apuração;

b) da decisão do Tribunal Regional qualquer candidato ou partido poderá, no prazo de três dias, recorrer para o Tribunal Superior, que decidirá em cinco dias;

c) a supressão dos mapas parciais de apuração só será admitida até seis meses antes da data da eleição;

d) os boletins e mapas de apuração serão impressos pelos Tribunais Regionais, depois de aprovados pelo Tribunal Superior;

e) o Tribunal Regional ouvirá os partidos na elaboração dos modelos dos boletins e mapas de apuração, a fim de que estes atendam as peculiaridades locais, encaminhando os modelos que aprovar, acompanhados das sugestões ou impugnações formuladas pelos partidos, à decisão do Tribunal Superior".

Justificativa

Trata-se de dispositivo que havia sido aprovado no substitutivo do Congresso ao então projeto do Código Eleitoral. A medida proposta pretende facilitar o trabalho de apuração permitindo que em cada Estado os mapas sejam feitos de acordo com as condições locais. A impressão dos mapas pelos próprios Tribunais Regionais facilitará também a apuração uma vez que os nomes dos candidatos poderão ser impressos.

Atualmente os mapas são fornecidos pelo Tribunal Superior, em modelo único para todos os Estados. Em cada Tribunal Regional, ou juízo eleitoral os nomes dos candidatos são datilografados.

Note-se, ainda, que como os mapas de apuração fornecidos pelo TSE são previstos para utilização em todos os

Estados, passam a constituir trabalhos a superfluidade naqueles em que o número de representantes é menor. A emenda cercou a dispensa dos mapas de cuidados, ensejando recursos a instância eleitoral suprema para corrigir abusos.

Emenda nº 11

Art. Os §§ 4º e 11 do art. 45 passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Deferido o pedido, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruiu o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e a do recibo. O recibo será obrigatoriamente anexado ao processo eleitoral incorrendo o juiz que não o fizer na multa de um a cinco salários-mínimos regionais, na qual incorrerão ainda o escrivão, funcionário ou preparador se responsáveis, bem como qualquer deles, se entregarem ao eleitor o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e do recibo ou o fizerem a pessoa não autorizada por escrito.

§ 11 O título eleitoral e a folha individual de votação, somente serão assinados pelo juiz eleitoral depois de preenchidos pelo cartório e de deferido o pedido, sob as penas do art. 293".

Justificativa

A emenda visa restabelecer sugestão do Deputado Clodomir Millet, aprovada pelo Congresso, quando da elaboração do Substitutivo ao então projeto do Código Eleitoral. Seu objetivo é cercar de cuidados a inscrição eleitoral, estabelecendo multas severas para evitar a prática condenada do derramamento de títulos falsos. Quanto à redação oferecida ao § 11 se impõe no sentido aconselhado pela boa técnica legislativa.

De fato, o art. 293 consigna a pena mais ajustada à espécie.

Emenda nº 12

Art. É acrescentado ao art. 45 o seguinte parágrafo:

"§ 12 É obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor, após a expedição do seu título".

Justificativa

É dispositivo do substitutivo do Congresso ao então projeto do Código Eleitoral, resultante de emenda do Deputado Clodomir Millet. Tem por finalidade evitar que os fichários dos Tribunais Regionais sejam infelizes.

Emenda nº 13

Art. São acrescentados ao art. 47 os seguintes parágrafos:

"§ 1º Em cada Cartório de Registro Civil haverá um livro especial, aberto e rubricado pelo Juiz Eleitoral, onde o cidadão ou o delegado de partido deixará expresso o pedido de certidão para fins eleitorais, datando-o.

§ 2º O escrivão, dentro de quinze dias da data do pedido concederá a certidão; ou justificará, perante o Juiz Eleitoral, porque deixa de fazê-lo.

§ 3º A infração ao disposto neste artigo sujeitará o escrivão às penas do art. 293".

Justificativa

É dispositivo aprovado no substitutivo do Congresso ao então Projeto de Código Eleitoral, resultante de emenda do deputado Ruy Santos. Tem por finalidade disciplinar a expedição de certidões para fins eleitorais. Evitará, ainda, que os escrivães do registro civil possam beneficiar ou

prejudicar partidos. O livro especial registrará a precedência, assegurando a ordem cronológica, sob pena de cominação resultante da remissão ao art. 293. A oportuna emenda erradicará condenáveis abusos de favoritismo de serventuários conluídos com candidatos ou partidos.

Emenda nº 14

Art. São revogados os §§ 1º, 2º e 3º do art. 51, passando o art. 51 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. Nos estabelecimentos de internação coletiva de hansenianos, os doentes nesses internados podem ser ali alistados eleitores".

Justificativa

A emenda objetiva corrigir inapropriável restrição aos direitos políticos dos hansenianos. Nada justifica, ser ate uma crueldade, que brasileiros que se encontram nesses estabelecimentos de internação coletiva, tenham seus direitos eleitorais restringidos.

Nos municípios onde existem essas enfermidades são a grande realidade econômica, social e financeira dos mesmos.

Assim, na eleição de prefeito eles devem interferir, porque o seu voto, poderá ter significação para que reivindicações desses estabelecimentos sejam atendidas. Impedir que votem nos prefeitos e vereadores será condená-los a orfandade política, olvidados nas eventuais reivindicações de água, luz, telefone, estradas, calçamento, escolas, etc. Pondere-se que a tradição brasileira sempre foi de não permitir que doenças ou defeitos tenham seus males agravados com a proibição de interferir na vida política de sua terra.

Emenda nº 15

Art. O § 2º do art. 53, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O disposto nos incisos II e III, do parágrafo anterior, não se aplica quando se tratar de transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência".

Justificativa

A emenda corrige erro de impressão do autógrafo que deu origem ao Código Eleitoral. A exceção para os mencionados no § 2º e a dos incisos II e III. O pedido de transferência como é evidente, não pode ser feito fora do prazo mencionado no inciso I pois este coincide com o encerramento do alistamento. E o encerramento deve ser inextinguível pois dotado todo um sistema de prazos inter-relacionados e interdependentes.

Emenda nº 16

Art. O caso e o § 1º do art. 57, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. O requerimento de transferência de domicílio eleitoral será imediatamente publicado na imprensa oficial, nas Capitais e em cartório, nas demais localidades, podendo os interessados impugná-lo no prazo de dez dias.

§ 1º Certificado o cumprimento do disposto neste artigo, o pedido deverá ser desde logo decidido devendo o despacho do juiz ser publicado pela mesma forma.

Justificativa

A redação do Código Eleitoral não obedece a boa técnica legislativa. No caput do art. 57 está previsto que o requerimento será publicado "até o prazo máximo de 10 dias de sua entrada em cartório". O que se pretendeu dizer, porém, é que o prazo para impugnação seria de 10 dias. É o que se verifica, sem sombra de dúvida, de simples leitura do § 1º: "Transcorrido o prazo acima men-

nado, será publicado pela mesma forma anterior, durante cinco dias, o despacho do juiz eleitoral negando ou deferindo o pedido."

Também a redação do § 1º deve ser corrigida. O despacho do juiz não poderia ser publicado "durante 5 dias". O que quer dizer publicar "durante 5 dias"? Seria a publicação seguida, repetida, um dia após o outro? Se fosse isso, nas Capitais dos Estados essa providência, além de desnecessária, seria até materialmente contra indicada, pois os *Diários Oficiais* dos Estados não poderiam estar repetindo, diariamente, centenas ou milhares de nomes, numa verdadeira cadeia, pois a cada dia um novo edital poderia estar iniciando a sua primeira publicação.

O que se pretendeu dizer, é óbvio, é que o edital seria publicado com o prazo de 5 dias. Como o § 2º, porém, estabelece o prazo de 3 dias para recurso das decisões sobre transferências de eleitores, não deve ser mencionado qualquer prazo no § 1º. Daí a redação proposta.

Emenda nº 17

Art. É acrescentado um § 5º ao art. 62, passando o § 4º a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º O nome indicado pelo juiz eleitoral para preparador deverá ser previamente divulgado através da edital afixado no Cartório Eleitoral, podendo qualquer candidato ou partido, no prazo de três dias, impugnar a indicação.

§ 5º Se o juiz mantiver o nome indicado, a impugnação deverá ser remetida ao Tribunal Regional, que a apreciará antes de decidir sobre a nomeação.

Justificativa

A redação objetiva armar a nomeação de preparadores de cuidados indispensáveis. A publicação no Cartório Eleitoral, antes da indicação do nome pelo juiz, é medida imprescindível para que haja conhecimento geral sobre cidadão escolhido. E havendo impugnação — de partido ou candidato — o Tribunal Regional deve apreciá-la antes de decidir sobre a nomeação.

Emenda nº 18

Art. É acrescentado ao art. 71 e seguinte parágrafo:

§ 4º Quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o Tribunal Regional poderá determinar a realização de correção e, provada a fraude em proporção comprometedora, ordenará a revisão do eleitorado, obedecendo as Instruções do Tribunal Superior e as recomendações que, subsidiariamente, baixar, com o cancelamento de ofício das inscrições correspondentes aos títulos que não forem apresentados à revisão.

Justificativa

É dispositivo do substitutivo aprovado pelo Congresso ao então projeto de Código Eleitoral, resultante de emenda do Deputado Clodomir Millet. A justificativa está contida no seu próprio texto. A correção é medida moralizadora, provada na prática, pelos resultados logrados onde tem sido realizada.

Emenda nº 18.A

Art. O inciso V, do § 1º do artigo 94, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V — com folha corrida fornecida pelos cartórios competentes, para que se verifique se o candidato está no gozo dos direitos políticos (art. 132, III e 135 da Constituição Federal);

Justificativa

É a redação aprovada pelo Congresso no Substitutivo ao então Pro-

jeto de Código Eleitoral. A folha corrida é apresentada para que se verifique se o candidato está no gozo dos direitos políticos, que estarão suspensos por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos (Const., art. 135, § 1º, II).

Emenda nº 19

Art. É acrescentado ao art. 100 o seguinte parágrafo:

§ 5º Após o sorteio efetuado nos termos deste artigo, os partidos conservarão, sempre que possível, as mesmas séries e os candidatos à reeleição o mesmo número, salvo, em relação a estes, os que optarem por novo número.

Justificativa

É dispositivo do substitutivo do Congresso ao então projeto de Código Eleitoral. Permitirá que os Partidos conservem sempre as mesmas séries de números e os candidatos o mesmo número. A popularização do número significa esforço, que deve ser preservado. O ideal seria que o número do candidato, como seu nome, fosse inalterável. Na impossibilidade, a regra assegurará a continuidade, sempre que possível. A legislação internacional protege os nomes e as marcas. O nome é inalterável pela exclusiva vontade de seu detentor, ordena a legislação civil, como elemento fundamental da identidade. O número eleitoral, como fator de identificação, como regra deve ser inalterável.

Emenda nº 20

Art. O caput do art. 120, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 120. Constituem a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretários e um suplente nomeados pelo juiz eleitoral sessenta dias antes da eleição, em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência".

Justificativa

A redação da Lei nº 4.337 está truncada. Não houve possibilidade de retificação porque o erro constava do autógrafo.

Emenda nº 21

Art. É acrescentado ao art. 127 o seguinte inciso:

"IX — anotar o não comparecimento do eleitor no verso da folha individual de votação".

Justificativa

A emenda tem por fim determinar que na folha individual de votação conste o não comparecimento do eleitor. A folha individual deve consignar tudo que ocorre com relação ao respectivo eleitor. Seria falha injustificável se o fato da importância do não comparecimento não fosse devidamente registrado.

É consequência da emenda nº 5, do Deputado Geraldo Guedes.

Emenda nº 22

Art. É revogado o inciso VI, do art. 133, ficando reenumerados de VI a XVI os atuais incisos VII a XVII.

Justificativa

O que se pretende é acabar com a prática da colocação dos votos em separado em invólucro especial. O que se quer evitar é que, além da urna, existam os invólucros especiais para os votos dos eleitores de outras seções. A característica de voto em separado será assegurada pela votação com sobrecarta própria para esse fim. Será até mais seguro confiar-se sua guarda à própria urna, dentro da qual já são depositados os votos em separado dos eleitores da própria seção (vide arts. 145, § 3º e 148, § 4º e 5º).

A supressão do invólucro já havia sido aprovada pelo Congresso no substitutivo ao então projeto de Código Eleitoral. Dentro da sobrecarta vai o título e referência resumida do incidente que motivou a votação em separado.

Emenda nº 23

Art. O § 5º do art. 135 passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentados ao referido artigo os §§ 7º e 8º:

§ 5º Não poderão ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público, incorrendo o juiz nas penas do art. 312, em caso de infração.

§ 7º Da designação dos lugares de votação poderá qualquer partido reclamar ao juiz eleitoral, dentro de três dias a contar da publicação, devendo a decisão ser proferida dentro de quarenta e oito horas.

§ 8º Da decisão do juiz eleitoral caberá recurso para o Tribunal Regional, interposto dentro de três dias, devendo, no mesmo prazo, ser resolvido.

Justificativa

É dispositivo do substitutivo do Congresso ao então projeto de Código Eleitoral. A norma constante do parágrafo quinto, que já constava da legislação anterior, figura no Código sem qualquer sanção. A emenda, prevendo sanção, evitará que seja desrespeitada.

Os parágrafos 7º e 8º prevêm reclamação ao juiz e recurso ao Tribunal Regional.

Emenda 24

Art. ... O parágrafo único do artigo 143 passa a § 1º, sendo acrescentado, como § 2º, o seguinte:

§ 2º Observada a prioridade assegurada aos candidatos, têm preferência para votar o juiz eleitoral da zona, seus auxiliares de serviço, os eleitores de idade avançada, os enfermos e as mulheres grávidas.

Justificativa

O que se pretende é fixar uma regra que justifique a preferência da votação. A redação é óbvia, dispensando maiores esclarecimentos.

Emenda 25

Art. ... São revogados os §§ 1º e 3º do art. 145, reenumerado para parágrafo único o atual § 2º, passando o caput a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 145. O presidente, mesários, secretários, suplentes e os delegados e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirem, sendo que os delegados e fiscais desde que a credencial esteja visada na forma do artigo 131, § 3º; quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado

Justificativa

É dispositivo do substitutivo do Congresso ao então projeto de Código Eleitoral. A alteração no caput permitirá que os suplentes de mesários votem nas seções para as quais forem nomeados. Não é razoável que o suplente, muitas vezes nomeado para seção localizada distante de sua residência, se não for convocado, fique impedido de votar nesse local. A revogação do parágrafo primeiro é consequência da alteração feita no caput. Por sua vez a revogação do parágrafo terceiro é consequência da revogação proposta para o inciso VI do art. 133 (vide Emenda nº 22).

Emenda 26

Art. ... São revogados os §§ 4º e 5º do art. 148.

Justificativa

A revogação é consequência da alteração proposta na Emenda nº 22.

Emenda 27

Art. ... São revogados os §§ 1º e 2º do art. 151.

Justificativa

Sua finalidade será evitar o inconsistente e injusto cerceamento de direitos políticos dos hansenianos. Como já foi dito em emenda anterior, nenhuma razão justifica que os internados, pela natureza da moléstia, durante muito tempo nos nosocomios, não possam participar da escolha dos vereadores e prefeitos dos lugares onde moram. Só a Constituição é instrumento hábil para interditar ou limitar direitos políticos. De resto, a indicação decorre, por coerência, da produzida por emenda anterior.

Emenda 28

Art. ... O § 2º do art. 159 passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentados ao referido artigo os §§ 3º, 4º e 5º:

§ 2º Em caso de impossibilidade de observância do prazo previsto neste artigo, o fato deverá ser imediatamente justificado perante o Tribunal Regional, mencionando-se as horas ou dias necessários para o adiantamento, que não poderão exceder de cinco dias.

§ 3º Esgotado o prazo e a prorrogação estipulada neste artigo, ou não tendo havido em tempo hábil o pedido de prorrogação, a respectiva Junta Eleitoral perde a competência para prosseguir na apuração, devendo o seu presidente remeter, imediatamente, ao Tribunal Regional, todo o material relativo à votação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, competirá ao Tribunal Regional fazer a apuração.

§ 5º Os membros da Junta Eleitoral responsáveis pela inobservância injustificada dos prazos fixados neste artigo estarão sujeitos à multa de dois a dez salários-mínimos, aplicada pelo Tribunal Regional.

Justificativa

A emenda deseja disciplinar o assunto de forma evitar uma das mais costumeiras irregularidades. Fraude comum decorre de não iniciar no dia imediato a apuração, bem como o seu término não se dar dentro de 10 dias da eleição. A emenda possibilita a concessão de um prazo suplementar. Mas o que é importante nela é a sanção, de que o Código vigente não cogita, no que segue o meu exemplo da legislação anterior. A perda de competência para a apuração evitara que esta se prolongue indefinidamente na seção eleitoral respectiva. Os anos do Congresso estão repletos de denúncias à Nacão de crimes criminosos postergação de apuração.

Emenda 29

Art. ... É acrescentado ao artigo 165, caput, o seguinte inciso:

"XI — se consta nas folhas individuais de votação dos eleitores faltosos o devido registro de sua falta".

Justificativa

É dispositivo do substitutivo do Congresso ao então projeto de Código Eleitoral. Complementa a emenda nº 5, do Deputado Geraldo Guedes.

Emenda nº 30

Art. ... O art. 166 e o seu § 1º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 166. Aberta a urna, a Junta verificará se o número de cédulas oficiais corresponde ao de votantes.

§ 1º A coincidência entre o número de votantes e o de cédulas oficiais encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada."

Justificativa

É dispositivo do substitutivo do Congresso ao então projeto do Código Eleitoral, sendo mera consequência da emenda nº 22, que suprimiu o invólucro especial destinado a receber os votos dos eleitores não pertencentes à seção.

Emenda nº 31

Art. ... São revogados os incisos III e IV do art. 167, passando os incisos I e II a vigorar com a seguinte redação:

"I — examinar as sobrecartas brancas contidas na urna, anulando os votos referentes aos eleitores que não podiam votar;

II — misturar as cédulas oficiais dos que podiam votar com as demais existentes na urna".

Justificativa

Consequência, também, da alteração constante da emenda nº 22. Os votos em separado não serão recolhidos em invólucros, mas em sobrecartas brancas, como decidido na referida emenda. A modificação, portanto, é mera consequência.

Emenda nº 32

Art. ... O § 4º do art. 169 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Os recursos serão instruídos de ofício, com certidão da decisão recorrida se interpostos verbalmente, constará também da certidão o trecho correspondente do boletim".

Justificativa

É dispositivo do substitutivo do Congresso. Não havendo ata parcial (vide art. 179 do Código) a referência a esse documento deve ser substituída. A emenda em consequência manda transcrever o trecho correspondente do boletim.

Emenda nº 33

Art. ... O art. 172 passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 172. Sempre que houver recurso fundado em contagem errônea de votos, vícios de cédulas ou de sobrecartas para votos em separado, deverão as cédulas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o recurso e deverá ser rubricado pelo juiz eleitoral, pelo recorrente e pelos delegados de partido que o desejarem".

Justificativa

A redação registra providência acauteladora constante da rubrica pelo juiz eleitoral, pelo recorrente e pelos delegados de partido. Isso evitará fraude que já ocorreu com a substituição posterior de cédulas ou material de votação.

Emenda nº 34

Art. ... É revogado o inciso V do art. 176.

Justificativa

A supressão desse inciso já havia sido aprovada pelo Congresso no substitutivo ao então Projeto de Código Eleitoral. O voto será confiado apenas para a legenda nas hipóteses previstas nos incisos I a IV do art. 176. O caso previsto no inciso V, que a presente emenda revoga, passa a ser regulado no artigo 177, como se verificará na Emenda nº 35. Na incoincidência, deve prevalecer o voto ao candidato, pois o nome ou número deste foi escrito, residindo o equívoco na menção à legenda. A eleição visa eleger os candidatos. Se o eleitor registra estes, sua vontade manifesta, há de ser resguardada. Contar para a legenda, significará cooperar para eleição de outros nomes.

Emenda nº 35

Art. ... O inciso II, do art. 177, passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentado ao referido artigo o inciso V:

"II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito, bem como para a legenda a que pertença;

V — se o eleitor assinalar uma sigla partidária e escrever o nome ou o número de candidato de outro partido, o voto será contado para o candidato cujo nome ou número foi escrito e para a sua legenda".

Justificativa

A emenda é consequência da anterior, nº 34. Seu objetivo é fixar a regra de que na incoincidência entre a legenda assinalada e o nome ou o número do candidato escrito, prevaleça este. É claro que a opção do eleitor se fixou no nome do candidato ou no seu número, sendo a referência à legenda incoincidente mero equívoco.

Emenda nº 36

Art. ... O art. 184 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 184 Terminada a apuração, a Junta remeterá ao Tribunal Regional, no prazo de cinco dias, todos os papéis eleitorais referentes às eleições estaduais ou federais, acompanhados dos documentos referentes à apuração, juntamente com a ata geral dos seus trabalhos, na qual serão consignadas as votações apuradas para cada legenda e candidato e os votos não apurados com a declaração dos motivos por que o não foram.

§ 1º Essa remessa será feita em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelos membros da Junta, delegados e fiscais de Partido, por via postal ou sob protocolo, conforme for mais rápida e segura a chegada ao destino.

§ 2º Se a remessa dos papéis eleitorais de que trata este artigo não se verificar no prazo nele estabelecido, os membros da Junta estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento.

§ 3º Decorridos quinze dias sem que o Tribunal Regional tenha recebido os papéis referidos neste artigo ou comunicação de sua expedição, determinará ao Corregedor Regional, ou ao Juiz Eleitoral mais próximo, que os faça apreender e enviar imediatamente, transferindo-se para o Tribunal Regional a competência para decidir sobre os mesmos".

Justificativa

O objetivo da emenda é acautelar uma das formas mais frequentes de irregularidades na apuração. A fim de evitar a demora indefinida da apuração, a emenda estabelece a multa para cada dia de retardamento, bem como a determinação ao Corregedor Regional ou ao Juiz Eleitoral vizinho para que apreenda o material de votação e apuração, e o remeta imediatamente para o Tribunal Regional.

Outra providência fundamental é a transferência para o Tribunal Regional da competência para a decisão. O dispositivo estancará fonte frequente e impune de irregularidade na apuração.

Emenda nº 37

Art. ... O parágrafo único do artigo 193 é substituído pelos seguintes parágrafos:

"§ 1º Ocorrendo motivos relevantes, expostos por necessidade antecedente,

cia, o Tribunal Superior poderá conceder prorrogação desse prazo, uma só vez, e por quinze dias.

§ 2º Se o Tribunal Regional não terminar a apuração no prazo legal, seus membros estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento.

Justificativa

A emenda tem por objetivo estabelecer sanções para evitar a irregularidade costumeira de delongas na apuração.

A fixação de multa por dia de retardamento será, sem dúvida, castigo eficiente para obtenção da pontualidade nas apurações.

A prorrogação torna maleável o preceito, nabilitando o T.S.E. a deferir adiamentos justos, mas com prazo certo e inextensível.

Emenda nº 38

Art. ... O parágrafo único do art. 200 é renumerado para 1º, acrescentado ao referido artigo o seguinte parágrafo:

"§ 2º — O Tribunal Regional, antes de aprovar o relatório da Comissão Apuradora, e em três dias improrrogáveis, julgará as impugnações e as reclamações não providas pela Comissão Apuradora, e se as deferir, voltará o relatório à Comissão para que sejam feitas as alterações resultantes da decisão".

Justificativa

A emenda resulta de texto incorporado ao substitutivo ao Código Eleitoral aprovado pelo Congresso Nacional.

Consubstancia providência necessária, com a fixação de prazos, a fim de que assunto tão importante não sofra retardamentos sumamente prejudiciais.

Emenda nº 39

Art. ... É acrescentado ao artigo 220, caput, o seguinte inciso:

"V — quando a seção eleitoral tiver sido localizada com infração do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135".

Justificativa

É dispositivo do substitutivo do Congresso. Pela emenda, o inciso I do art. 221, do Código em vigor, passa a figurar como inciso V, do art. 220. Assim, a localização de seção eleitoral em propriedade do candidato ou em propriedade rural privada, tornará a votação nula e não anulável. De outra forma não se conseguirá abolir tais localizações, como a experiência já demonstrou na vigência da legislação anterior. A nulidade de tais seções, aliás, foi estabelecida pelo Congresso Nacional em duas oportunidades: no substitutivo ao Código em vigor (que não chegou a ser aproveitado pelo Poder Executivo sob a alegação de haver sido ultrapassado o prazo para a sua votação) e na Lei nº 2.550, de 1955, quando pela primeira vez foi alterado o Código Eleitoral de 1950.

Emenda nº 40

Art. ... Revogado o inciso I do artigo 221, os atuais incisos II, III e IV são renumerados para I, II e III.

Justificativa

A renenumeração dos incisos é consequência da emenda anterior.

Emenda nº 41

Art. ... São revogados os parágrafos 1º e 2º do art. 222.

Justificativa

A revogação havia sido realizada no substitutivo do Congresso. A emenda a este, e ao art. 270, preten-

de restabelecer o que havia sido aprovado pelo Congresso:

Pelo sistema do Código em vigor, nos casos previstos no "caput" do artigo 222, a prova será feita em processo apartado, com denúncia oferecida "ao Tribunal ou juiz competente para a diplomação" (inciso II do § 1º). Feita a citação "do partido acusado" terá este, nos termos do inciso III, "quarenta e oito horas para contestar a arguição".

Vê-se, assim, que numa eleição de âmbito estadual, por exemplo, o partido que se julgar prejudicado poderá colher prova em todo o Estado, apresentá-la na Capital ao Tribunal Regional (órgão competente para a diplomação) e o partido denunciado terá quarenta e oito horas para contestar essa prova. É óbvio que partido denunciado poderá ficar indefeso, pois enquanto o denunciante, durante vários dias, pode ficar coletando provas em localidades situadas em pontos opostos e distantes, o denunciado deverá oferecer contestação na Capital do Estado e no prazo de quarenta e oito horas.

Com a revogação dos parágrafos 1º e 2º a matéria voltará a ser disciplinada na forma da legislação anterior.

Emenda nº 42

Art. ... O § 3º do art. 223 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º A nulidade de qualquer ato, baseada em motivo de ordem constitucional, não poderá ser conhecida em recurso interposto fora de prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser arguida".

Justificativa

A redação que se pretendia dar ao dispositivo, no Código, é a indicada. Em virtude de erro no autógrafo, porém, o dispositivo está truncado na lei.

Emenda nº 43

Art. ... São acrescentados ao art. 243 os seguintes parágrafos:

"§ 1º O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar no Juízo Cível, a reparação do dano moral, respondendo por este o ofensor e, solidariamente, o partido político deste, quando responsável por ação ou omissão, e quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele.

§ 2º No que couber, aplicar-se-ão na reparação do dano moral, referido no parágrafo anterior, os artigos 81 e 88 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

§ 3º É assegurado o direito de resposta a quem for injuriado, difamado ou caluniado através da imprensa, rádio, televisão, ou alto-falante, aplicando-se, no que couber, os artigos 90 a 98 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962".

Justificativa

A emenda perfilha a boa doutrina e a legislação de outros países. A reparação material, a indenização, rem posto sobre o refrão da calúnia e a injúria, muito mais do que a prisão eventual, em geral inaplicada. Foi essa a disciplina adotada pelo substitutivo aprovado pelo Congresso. A remissão à Lei nº 4.117 aproveita a tecnicamente muito bem elaborada disciplina a esses delitos perpetrados no rádio e na televisão.

Emenda nº 44

Art. ... O art. 250 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual ou nacional, as estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Estados, Ter-

ritórios ou Municípios, reservarão, nos sessenta dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a propaganda eleitoral gratuita, sendo uma delas à noite, entre vinte e vinte e três horas, conforme instruções, providências e fiscalização da Justiça Eleitoral, para o efetivo cumprimento do preceituado neste artigo.

§ 1º Nas eleições de âmbito municipal as emissoras reservarão, nos trinta dias anteriores à antevéspera do pleito, uma hora diária, sendo trinta minutos à noite, entre vinte e vinte e três horas, para a propaganda gratuita.

§ 2º Desde que haja concordância de todos os partidos e emissoras de rádio e televisão, poderá ser adotado qualquer outro critério na distribuição dos horários, que deverá ser previamente comunicado à Justiça Eleitoral.

§ 3º O horário não utilizado por qualquer partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 4º As estações de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicados da Justiça Eleitoral, até o máximo de quinze minutos, entre as dez e as vinte e duas horas, nos trinta dias que precederem ao pleito.

Justificativa

A emenda fixa o horário noturno em que a propaganda gratuita será realizada — das 20 às 23 horas — e trata separadamente da propaganda para as eleições municipais, fixando nesse caso o horário obrigatório de duas para uma hora e o prazo durante o qual deverá ser realizada em trinta dias. A prática, através de entendimentos com as emissoras de rádio e TV, aconselha a disciplina sugerida ao delicado assunto, aliás como o faz o Código Eleitoral, no artigo 250, § 3º.

Emenda nº 45

Art. São acrescentados ao artigo 255 os seguintes parágrafos:

§ 1º No período da campanha eleitoral, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar, na sede dos diretórios devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias ao cumprimento do disposto no parágrafo anterior, fixando as condições a serem observadas.

Justificativa

A emenda restabelece norma da legislação anterior, vigente desde 1950, e do substitutivo do Congresso. Acreditamos que a omissão no projeto do Poder Executivo, que deu origem ao Código atual, tenha sido mero lapso. Não se compreende que as eleições não tenham, nos partidos, o auxílio indispensável do telefone, acesso ao público é fundamento da democracia.

Emenda nº 46

Art. É acrescentado ao art. 266 o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Se o recorrente se reportar a coação, fraude, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei, dependentes de prova a ser determinada pelo Tribunal, bastar-lhe-á indicar os meios a ela conducentes.

Justificativa

É mera consequência das emendas ns. 41 e 50.

Emenda nº 47

Art. O § 6º do art. 267 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º Findos os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, o juiz

eleitoral fará, dentro de quarenta e oito horas, subir os autos ao Tribunal Regional com a sua resposta e os documentos em que se fundar, sujeito à multa de dez por cento do salário-mínimo regional por dia de retardamento, salvo se entender de reforma a sua decisão”.

Justificativa

A novidade está na sanção pela impontualidade. Sem ela, são inócuas as exigências, notadamente no campo eleitoral. Por coerência deve ser adotada, pois, se faltar a sistemática adotada pelo Código.

Emenda nº 48

Art. O art. 268 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 268. No Tribunal Regional nenhuma alegação escrita ou nenhum documento poderá ser oferecido por qualquer das partes, salvo o disposto no art. 270”.

Justificativa

É mera decorrência das emendas ns. 41 e 50.

Emenda nº 49

Art. — É acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 269:

“§ 3º Havendo motivo relevante, o Tribunal Superior Eleitoral poderá retirar do Tribunal Regional da respectiva circunscrição a competência para processar e julgar recurso eleitoral, designando para esse fim outros Tribunais Regionais das circunscrições mais próximas”.

Justificativa

É dispositivo aprovado no substitutivo do Congresso e que, em casos graves, poderá ter aplicação salutar. Mesmo que nunca venha a ser aplicado, contudo, a simples presença do texto no Código será uma advertência para determinados Tribunais Regionais. Poderão ocorrer casos em que de tal sorte se comprometa certo Tribunal Regional Eleitoral, que não mais tenha autoridade para julgar. O desforçamento se impõe.

Emenda nº 50

Art. — O art. 270 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 270. Se o recurso versar sobre coação, fraude, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei, dependente de prova indicada pelas partes ao interpor-lo ou ao impugná-lo, o relator no Tribunal Regional deferirá a em vinte e quatro horas da conclusão, realizando-se ela no prazo improrrogável de cinco dias.

§ 1º Admitir-se-ão como meios de prova para apreciação pelo Tribunal as justificações e as perícias processadas perante o juiz eleitoral da zona, com citação dos partidos que concorreram ao pleito e do representante do Ministério Público.

§ 2º Indeferindo o relator a prova, serão os autos a requerimento do interessado, nas vinte e quatro horas seguintes, presentes à primeira sessão do Tribunal, que deliberará a respeito.

§ 3º Protocoladas as diligências probatórias, ou com a juntada das justificações ou diligências, a Secretaria do Tribunal abrirá, sem demora, vista dos autos, por vinte e quatro horas, seguidamente, ao recorrente e ao recorrido para dizerem a respeito.

§ 4º Findo o prazo acima, serão os autos conclusos ao relator”.

Justificativa

É dispositivo aprovado pelo Substitutivo do Congresso e decorrente da Emenda nº 41. Disciplina a produção de provas nos casos que especifica, reproduzindo o Código Eleitoral anterior, de maneira a evitar que o re-

corrido seja tomado de surpresa pelas provas apresentadas pelo recorrente. A justificação à Emenda 41 aproveita a presente.

Emenda nº 51

Art. — O art. 345 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 345. Não cumprir a autoridade judiciária, ou qualquer funcionário dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por este Código, se a infração não estiver sujeita a outra penalidade:

Pena — pagamento de trinta a noventa dias-multa”.

Justificativa

É dispositivo do Substitutivo do Congresso. Prevê pena não apenas para os funcionários dos órgãos da Justiça Eleitoral que não cumprirem, nos prazos legais, os deveres impostos pelo Código, mas, também, para a autoridade judiciária. Não se compreende que a pena seja prevista apenas para os funcionários. Seria discriminação injurídica e iníqua.

Emenda nº 52

Art. — O art. 367 passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

“§ 1º As multas aplicadas pelos Tribunais Eleitorais serão consideradas líquidas e certas, para efeito de cobrança mediante executivo fiscal desde que inscritas em livro próprio, na Secretaria do Tribunal competente.

§ 2º A multa pode ser aumentada até dez vezes se o juiz ou Tribunal considerar que em virtude da situação econômica do infrator é ineficaz, embora aplicada no máximo.

§ 3º O alistaando, ou o eleitor, que corromper devida e o seu estado de pobreza, ficará isento do pagamento de multa.

§ 4º Fica autorizado o Tesouro Nacional a emitir selos sob a designação — “Selo Eleitoral” — destinados ao pagamento de emolumentos, custas, despesas e multas, tanto as administrativas como as penais devidas à Justiça Eleitoral.

§ 5º Os pagamentos de multas poderão ser feitos através de guias de recolhimento se a Justiça Eleitoral não dispuser de selo eleitoral em quantidade suficiente para atender aos interessados.

Justificativa

São dispositivos do Substitutivo do Congresso. O Selo eleitoral, pago no próprio cartório eleitoral, virá pôr fim à situação atual, capaz de irritar o mais calmo dos cristãos. Atualmente quando o eleitor necessita efetuar qualquer pagamento perante a Justiça Eleitoral, por não haver o selo, é informado de que deverá providenciar o recolhimento através de guia. É obrigatório então a procurar o órgão arrecadador e, aí, embora vá contribuir para os cofres públicos, o Estado faz o possível e o impossível para dificultar o recebimento. Para começar, o eleitor é informado de que deverá preencher em várias vias, uma guia de recolhimento. Mas a repartição recebedora não dispõe dessa guia, nem para vender, e o eleitor é informado de que deverá procurá-la numa papelaria. Nova caminhada para encontrar uma papelaria, comprar a guia e se deparar com um novo problema: como preencher a papelada em várias vias? Comprar papel carbono? Pedir emprestado? Preencher cada via, uma a uma? E se esse problema for resolvido ainda restará outro: como é que se preenche? O que ele deve escrever nos claros? Depois de tudo isso resolvido toca a voltar para a repartição recebedora, efetuar o pagamento e, finalmente, ir de novo ao cartório eleitoral para entregar uma das vias da guia.

Positivamente, a pena não é o pagamento da multa em si. É o martí-

rio e gastos sofridos para efetuar esse pagamento. A criação do “selo eleitoral”, em consequência, é medida que se impõe. Quando não fosse por outra razão, ao menos por espírito de cacidade cristã...

Emenda nº 53

Art. — É revogado o parágrafo único do art. 374 e o caput do mencionado artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 374. Os membros dos tribunais eleitorais, os juizes eleitorais e os servidores públicos requisitados para os órgãos da Justiça Eleitoral, que, em virtude de suas funções nos mencionados órgãos não tiverem as férias que lhes couberem, poderão gozá-las no ano seguinte, acumuladas ou não”.

Justificativa

O dispositivo suprime a parte final do artigo, que permite ao juiz ou ao funcionário gozar as férias no ano seguinte, acumuladas ou não, “ou requerer que sejam contadas pelo dobro para efeito de aposentadoria”.

A contagem de férias pelo dobro é vedada pela legislação federal por motivos de ordem médica. O funcionário deve gozar férias, não só em benefício do próprio serviço — que não será bem feito se realizado por funcionário em estado de estafa — como, principalmente, de sua saúde.

Por tais motivos, e porque é vedada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, não deve ser permitida a contagem em dobro de férias não gozadas.

O parágrafo único, com a alteração introduzida no § 2º, do art. 14, pela Emenda nº 2 do Relator, não tem mais razão de ser. Se as férias coletivas ocorrerem em período em que a presença do juiz não é indispensável, ele estará automaticamente em férias também na Justiça Eleitoral. Se a sua presença for necessária na Justiça Eleitoral o § 2º, do art. 14, já prevê os casos excepcionais.

Passarei, agora, à apreciação das emendas de autoria dos senhores congressistas.

EMENDAS APRESENTADAS A COMISSÃO

Emenda nº 1

O deputado Tufy Nassif apresentou emenda deste teor:

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

Art. 1º O art. 8º e seu parágrafo único, da Lei nº 4.137, de 15 de julho de 1965, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até completar 19 anos de idade, ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o valor do salário-mínimo da região onde residir, imposta pelo Juiz, cobrada no ato da inscrição eleitoral.

§ 1º O alistaando que comprovar ser carente de recursos, ficará isento do pagamento da multa.

Justificativa

A emenda é meramente redacional. Não modifica o sentido do texto original, mas objetiva torná-lo mais específico e claro.

Parecer

A emenda tem intuíto meramente redacional. Entende o Relator, contudo, que o texto não ensejará confusões. Quando fala em “região”, há de ser a do alistaando, para dosimetria da multa. A locução “estado de

pobreza" é clássica em nosso Direito e utilizada em outros diplomas. Pela rejeição, assim.

Emenda nº 2

O deputado Geraldo Guedes apresenta emenda assim concebida:

"A qualquer tempo, o eleitor pode solicitar ao Juiz Eleitoral se proceda à devida retificação em seu título eleitoral ou em sua folha, individual de votação, quando ali constar indicação diversa da verdadeira".

Parecer

Parecer favorável. Foi aproveitada, consoante do art. 14 do Substitutivo do Relator, com a redação que anteriormente já havia sido aprovada pelo Congresso no Substitutivo ao então Projeto de Código Eleitoral. Naquela oportunidade a norma surgira também de emenda do deputado Geraldo Guedes.

Emenda nº 3

O deputado Geraldo Guedes é responsável por esta emenda:

"Os Juizes Eleitorais instalarão seções eleitorais nos prédios públicos dos povoados e localidades rurais que distem até vinte quilômetros das respectivas sedes das zonas eleitorais — não situadas em propriedades privadas — desde que o requeriam mais de duzentos eleitores, ali residentes".

Parecer

Parecer contrário. A hipótese já está prevista no § 1º do art. 46 do Código Eleitoral, que assim dispõe: "Da folha individual de votação e do título eleitoral constará a indicação da seção em que o eleitor tiver sido inscrito, a qual será localizada dentro do distrito judiciário, ou administrativo, de sua residência e o mais próximo dela, considerados a distância e os meios de transporte".

O Código, portanto, já determina ao Juiz Eleitoral que localize o eleitor o mais próximo possível de sua residência. Também estabelece que "dar-se-á preferência aos edifícios públicos, recorrendo-se aos particulares se faltarem aqueles em número e condições adequadas" (art. 135, § 2º). E, finalmente, no art. 136, prescreve que "deverão ser instaladas seções nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos e nos lepro-sários, onde haja, pelo menos, cinquenta eleitores".

Se por equívoco do juiz, porém, o eleitor for localizado em seção distante do local de sua residência, em desacordo com o que preceitua o § 2º do art. 46 do Código, o próprio deputado Geraldo Guedes já forneceu o meio — na emenda anteriormente apreciada — de ser sanada a falha, pois o eleitor pode, a qualquer tempo, requerer ao juiz a retificação do seu título, quando nele constar indicação de seção diferente daquela a que deve-se corresponder a residência indicada no pedido de inscrição ou transferência.

A única providência que o Código Eleitoral não prevê é a possibilidade de ser instalada seção em determinado local a requerimento de mais de 200 eleitores. Essa inovação, contudo, não nos parece deva ser aproveitada, pois permitirá que, com intuito melevol, se coaja um grupo de eleitores a requerer a instalação de seção especial, na qual o voto do grupo será observado.

Pela rejeição, em consequência.

Votação Vinculada

A Emenda nº 4, de autoria do nobre deputado Arruda Câmara, está assim redigida e justificada: "I — Redija-se assim a letra 'B' do artigo 146, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1945:

"b) escreva-se o nome, o prenome ou o número do candidato de sua

preferência nas eleições proporcionais."

II — Suprima-se o parágrafo 2º, do art. 175, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Justificação

A chamada "votação vinculada" configura cerceamento à liberdade do eleitor em votar. Acarreta óbice que aumentará o número de votos nulos. A medida, que não encontra similar na literatura político-eleitoral de todo o mundo, impedirá, o que é essencial, que os cidadãos, conforme os ditames de sua consciência, credenciem os mais aptos no elenco dos candidatos registrados. O que importa, em termos dos interesses públicos em causa será a aptidão para atendê-los e não o requisito estritamente partidário.

A emenda nº 11, de autoria do deputado Ivan Luz e outros é idêntica à de nº 4 e está assim justificada: "A emenda visa suprimir o chamado 'voto vinculada', pelo qual o eleitor é obrigado a votar em candidatos a deputado estadual e federal do mesmo partido, sob pena de nulidade. Entendemos inconveniente este processo que em nada aperfeiçoa o regime democrático".

Parecer

O Código Eleitoral, na letra b, do art. 146 e no parágrafo 2º, do artigo 175, instituiu a simultaneidade da votação em deputados federal e estadual do mesmo partido, fulminando com a nulidade do voto as incoerências. E' a "dobradinha". Morre com que se popularizou na opinião política do País. A inovação, que não encontra exemplo na literatura e na legislação eleitorais do universo, tem invencíveis oposição e nulidade dimanadas das razões e fatos descritos neste Parecer.

Porque vulnera a Constituição, sua derrogação impõe-se como fatalidade jurídica. E' institucional ao regime da consulta popular, a liberdade de escolha, a independência da opção, a autonomia na seleção.

Países há que não reconhecem o monopólio dos partidos para indicação dos candidatos, admitindo que, mediante listas, outros possam ser submetidos ao veredito das urnas. E' o princípio de alargar a área da consulta, ampliar o elenco dos postulantes, para ensejar melhores condições de convocação eletiva dos mesmos.

A Constituição de 1946 e as Emendas, Ato Institucional e Complementares que a alteraram, não obrigam que o eleitor seja partidário. Eleitor e correligionário ou partidário não são palavras sinônimas ou correspondentes na legislação eleitoral do País, Constituição Federal à frente.

Se o eleitor compulsoriamente tivesse de ser filiado a determinado partido, a obrigatoriedade de seu sufrágio recair exclusivamente em candidatos registrados pelo mesmo seria admissível, como consagraria a disciplina partidária.

Semelhante exigência, no Brasil, é constitucionalmente inviável, desde que incompatível com o dogma do voto secreto. Se o sufrágio é protegido pela cláusula da reserva torna-se juridicamente impossível identificá-lo através da adesão às candidaturas de determinado partido. Da conseguinte, a compulsoriedade da "dobradinha" significa inconstitucional limitação à liberdade de escolha do eleitor, constando-o, uma vez que se fixe, por exemplo, na candidatura a deputado estadual, a obrigatoriedade de votar a deputado federal da mesma legenda. Seu campo de pesquisa das melhores se tornará mais angustiante, de vez que, de catilão de credenciados à sua decisão, não automaticamente expulsos as centenas de postulantes de outras greis políticas.

A democracia é a prerrogativa popular de credenciamento dos melho-

res, dos mais aptos, e não necessariamente dos partidários ou correligionários. Por isso o eleitor foi constitucionalmente liberto das peias da disciplina partidária, para que sua inviolável razão política busque os que entenda mais titulados para o serviço da Nação, mesmo que se encontrem em legendas incoerentes. A coincidência, que vale, na espécie, e com o interesse nacional e não partidário, meros meios que são estes para alcançar aquele. Para as investiduras públicas mais convenientes à Nação, os partidos são meios e não fim. Acima dos partidos está a Pátria, por isso, para servi-la, a consciência do eleitor não tem peias partidárias e é armada até do voto em branco, para externar sua incoerência com as soluções aventadas por todos os partidos, por entendê-las divorciadas da Nação.

Se assim não fôra, se se confundissem as condições de correligionário e eleitor, além da derrocada do voto secreto, as eleições seriam desnecessárias. O provimento nos postos públicos decorreria do levantamento estatístico dos filiados. A vitória seria decorrência automática, porque mera operação matemática, do quadro dos correligionários. Aqui, aliás, se surpreende a incoerência dos textos que no Código Eleitoral, ordenam a votação geminada. Circunscreveram-se a eleição dos deputados federal e estadual. Quando o único pressuposto em que se arrimam é o da disciplina partidária, excepcionaram os candidatos a senador, presidente da República, governador ou prefeito, argumento válido na extensão que dou à nomenclatura, pois o sufrágio direto, inexceptável, vigia à época da promulgação do Código Eleitoral em vigor.

Assim, em nome da disciplina se coage o eleitor a votar, na proporção, em candidatos do mesmo partido. Mas, pelo mesmo diploma, e é livre para sufragar senadores e correligionários por outra ou mesmo outras legendas. Aqui a "disciplina" não é cobrada, ainda que, na espécie, pudesse ser abonada pela conveniência de que o eleitor desse, ao Executivo que apóia, o Legislativo do mesmo partido, que aquele necessita para governar.

Vou provar, agora, que a pseudo "disciplina, artificialmente imposta pelo Código Eleitoral, se abastardará na prática, em escancarada e completa indisciplina.

Figuremos que alguém, filiado ou até dirigente de partido, tenha razões, que se devem presumir patrióticas, para optar, como exemplo, por candidato a deputado federal de outra grei política. No regime de liberdade de escolha, tradição e nossa legislação eleitoral, satisfeito o imperativo de sua consciência poderia retornar à sua área partidária. A "dobradinha", contudo, poderá forçá-lo, agora sim, à indisciplina, porquanto constrange-o a buscar também deputado estadual extraquadro ou deixar de votar em qualquer deles.

Eis o flagrante da violência a que muitos eleitores estarão expostos: a incoerência, em toda extensão, dos ditames de sua consciência com os seus deveres partidários.

Pondere-se, também, que a "dobradinha" imporá casamentos de meros interesses eleitorais entre Deputados federais e estaduais, em que serão telegrafados os adjetivos de outros, detentores destes do prestígio local. Abrem-se, assim, novos e escusos caminhos para o indecoroso tráfico do poder econômico. Os candidatos ricos "financiarão" as campanhas de candidatos desajudados de maiores recursos, mas com extensa penetração popular, com a correspondência da lei que lhes impinge a identidade partidária. Claro está que para semelhantes casos será decisivo argumento para o candidato financiado

coabar do eleitor o apoio ao financiador, com a advertência de que se isso não ocorrer o voto que lhe fôr endereçado poderia ser anulado.

Finalmente: a legislação brasileira determina que o voto, nas eleições proporcionais, se realize com a inscrição dos nomes ou dos respectivos números dos candidatos. A experiência do método em São Paulo, no último pleito, revelou grande proporção de votos nulos ou em branco, sem dúvida ocasionados pela dificuldade do sistema. O acréscimo de mais um requisito, e da coincidência partidária, agravará o percentual.

A Constituição estatui a universalidade do sufrágio. Semelhante universalidade deve ser efetiva, útil, exercitada através de manifestações positivas, não sendo admissíveis as perplexidades que a tornem teórica, meramente formal, decorativa. O voto existe para ser exercido com facilidade e sem perturbações, a fim de que o sufrágio não seja ficção, pelos obstáculos que se contrapõem à sua prática. Por força do art. 224 do Código Eleitoral, o vultoso das anulações poderá acarretar até renovação de certas eleições, com os sérios percalços de despesas e delongas conseqüentes.

A reformulação da letra b, do inciso IX, do art. 146 e a revogação do § 2º, do art. 175, ambos do Código Eleitoral, são consécrios do mandamento inscrito no art. 134 da Constituição Federal.

Sumariando: a revogação do sistema instituído do Código Eleitoral e a derrogação fatal:

I — De sua inconstitucionalidade, por oferecer embargos à consciência popular para que livre e desimpedidamente constitua os corpos legislativos da União e dos Estados, inspirada pelo requisito da capacidade e honradez e não exclusivamente partidária.

II — De sua incoerência, por perfiar o critério partidário nas eleições proporcionais e abjurá-lo nas maioritárias.

III — Por forçar indisciplina partidária, nos casos em que filiados ou simpatizantes de uma legenda, aos candidatos desta não possam retornar, quando superiores razões determinarem que sufraguem o candidato a deputado exógeno.

IV — Por inevitáveis abusos do poder econômico, que se valerá da compulsião do voto partidário nas eleições proporcionais para reprováveis alanças da conveniência, com o financiamento de campanhas barganhado por votos.

V — Pela dependência recíproca a que ficam condenadas as candidaturas, que perdem autonomia de campanha, com o aparecimento de muitos casos em que uma delas é mero acessório, ou apêndice de outra poderosamente lastreada na respeitabilidade popular.

VI — Por importar em total entorpecimento e inconstitucionalidade a universalidade do sufrágio, de que serão vítimas os cidadãos das fábricas e dos campos, com a criação de mais uma exigência na já complicada mecânica da votação, pois além de reter a escrever o nome ou número de seus preferidos, deverão recrutá-los num mesmo partido. O número de votos em branco ou nulos aumentará vertiginosamente.

VII — Câmara e Senado, quando da apreciação do Projeto 2.745-65, de que resultou o atual Código Eleitoral, por mecânica, decorrência de prazo, por unanimidade, não concordaram com a reforma-pemineira. Estando a matéria tão na iminência do Legislativo, vinculada à titulação de seus componentes, este o juiz da sua conveniência, sendo até conotação do postulado da independência dos poderes. As emendas que propunham a supressão dos textos em causa representam, na verdade, oportunidade argumental para que o Congresso ratificasse

que recente o unânime decisão anterior.

VIII — Por acarretar retrocesso ou involução na legislação eleitoral do País. De fato, duas foram as razões dadas para substituição do antigo regime de cédulas solteiras, custeadas pelos candidatos, pelo da "cédula oficial", confeccionada e distribuída pela Justiça Eleitoral:

1.º) Suprimir "handicap" do poder econômico, que favorecia antedemocraticamente os candidatos abastados na impressão e farta distribuição de cédulas, operações que envolviam farto dispêndio de numerário.

2.º) Evitar a artimanha, senão a fraude, vitimadoras dos eleitores das áreas rurais e do proletariado, consistente na composição dos "maciços" nos quais, junto com o candidato de grande apelo popular, eram incluídas outras, inclusive de partidos opositos. Notadamente no eleição de Getúlio Vargas a manobra foi escandalosa. A obrigatoriedade do eleitor assinalar ou escrever o nome, ou o número, dos candidatos protege-o contra a impostura. A votação geminada retorna ao processo de acasalamento, recoloca os votantes menos esclarecidos à mercê das manipulações dos engodos.

IX — A argumentação de que o "dobrelinha" protege este ou aquele partido é razão partidária ou eleitoral e não patriótica. Há milênios já advertiam os romanos contra o rei vício de legislar "ad hominem". Contudo, mesmo aí, o raciocínio é analiticamente falho. Se determinado partido desfruta da forte simpatia pública, claro está que mais poderoso se tornará pela soma *ex vi legis*. Parcelas mais sufragadas, ou seja a votação em deputados correligionários, redundará, matematicamente, em fortalecimento de todo, vale dizer da legenda. Contudo semelhante constrangimento é despojado do conteúdo cívico, porquanto subtrai ao povo o direito de ordenar os melhores, no interesse do País e não de partidos.

Evitar o aumento de votos em branco para Deputado Federal ou Estadual, conforme lucidamente argumenta o Deputado Rondon Pacheco, uma vez que, na dúvida do comportamento ou acerto dos eleitores menos esclarecidos, por prudência, para evitar a nulidade pela incoincidência, o candidato passará a recomendar que somente o seu nome seja sufragado.

SR. PRESIDENTE — A confiança no povo é o espírito da democracia. Através de inelegibilidades ou incompatibilidades desnecessárias e complicações no aparelho eleitoral haverá o trágico descaimento do povo às urnas. Na democracia, o povo é o soberano. No Brasil, assim o reconhecemos e como tal o respeitamos, não permitindo que por obra de tutelas e resoluções paternalistas ele encarne a figura verbal dos monarcas nos países parlamentaristas, nos quais os reis reinam, mas não governam.

Emenda nº 5

O Deputado Geraldo Guedes apresenta a seguinte emenda:

"Art. 8º Acrescente-se ao art. 154 da Lei nº 4.737, o seguinte parágrafo: "O presidente da Mesa Receptora terá constar, expressamente, da lista dos Trabalhos, o número das folhas de votação correspondentes aos eleitores faltosos, apondo sua rubrica no anverso de cada uma delas, na parte destinada à assinatura do eleitor".

Parecer

O Substitutivo ao então Projeto de Código Eleitoral, em virtude de erro do próprio Deputado Geraldo Guedes, o art. 160 e o seu inciso I foram assim redigidos:

Art. 160. Terminada a votação e apurado seu encerramento pelo presidente, constará esta as seguintes pro-
vidências:

I — vedará a fenda de introdução da cédula na urna, de modo a cobri-la inteiramente com tiras de papel ou pano forte, rubricadas pelo presidente e mesários e, facultativamente, pelos fiscais presentes; separará todas as folhas de votação de cada uma delas, na parte destinada à assinatura do eleitor, a falta verificada, por meio de breve registro que autenticará com a sua assinatura".

No substitutivo que apresentamos no final deste Parecer aproveitamos o dispositivo tal como havia sido aprovado pelo Congresso naquela oportunidade, por entendermos que a anotação pela mesa, do não comparecimento do eleitor, pode impedir que, fraudulentamente, seja assinada posteriormente a presença do faltoso. Em relação à redação do Código Eleitoral em vigor (art. 154) o inciso I está também alterado como consequência da Emenda nº 22 do Relator, que suprimiu o invólucro especial.

O Parecer do Relator, assim, é favorável à Emenda nº 5, mas com redação anteriormente aprovada pelo Congresso e que passou a constituir o art. 31 do Substitutivo no final apresentado, através de subemenda.

Emenda nº 6

O Deputado Geraldo Guedes apresenta esta emenda:

"Art. 4º Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 174: O Presidente da Junta Apuradora inutilizará o voto em branco, apondo sinal indelevel no local destinado ao número ou nome do candidato, ou legenda do Partido, imediatamente após a declaração dos escrutinadores.

Parágrafo único. Somente poderá ser iniciada a apuração dos votos da urna seguinte quando os votos em branco da anterior estiverem inutilizados, segundo a forma referida neste artigo".

Parecer

O parecer do Relator é favorável. Com ligeira alteração na redação a emenda foi aproveitada no art. 33 do Substitutivo, nos termos em que havia sido aprovada anteriormente emenda que o próprio Deputado Geraldo Guedes apresentava ao então Projeto de Código Eleitoral. A justificativa da emenda está contida no seu próprio texto. A fraude consistente em escrever nomes ou números de candidatos em votos em branco tem sido, infelizmente, constatada. Pela aprovação, com subemenda, suprimindo-se a alusão à legenda.

Emenda nº 7

O Deputado Geraldo Guedes apresenta a seguinte emenda:

"Art. 7º Fica sem efeito o § 2º do artigo 174 da Lei nº 4.737".

Parecer

Deve ter havido erro datilográfico na indicação do artigo, pois o de número 174 não tem § 2º. Se a indicação, porém, era ao art. 175, o § 2º do referido artigo está sendo considerado revogado no art. 39 do Substitutivo do Relator, em consequência das Emendas ns. 4 e 11.

O parecer, assim, é no sentido de ser considerada prejudicada a Emenda nº 7.

Emenda nº 8

Os deputados José Barbosa e Anísio Rocha são autores desta Emenda:

Acrescentar onde couber:

"Art. Fica extinta a punibilidade para os delitos eleitorais, definidos nos ns. 4 e 5 do art. 175 da Lei número 1.164, de 24 de julho de 1930 praticados no Distrito Federal e em Goiás, até a data da publicação desta lei".

Justificativa

As reformas eleitorais promulgadas pelo Poder Executivo implementaram um sistema novo de legislação, modificando e até revogando muitos dispositivos que davam margem a uma série de irregularidades no processo eleitoral. Nessa irregularidade, muitas vezes, tomaram parte modestos eleitores, sem conhecimento da lei eleitoral, que praticavam atos sem conhecerem as suas implicações na ordem jurídico-penal.

O Congresso Nacional, já por várias vezes, tem concedido anistia, com objetivo de apagar crimes eleitorais praticados, na maioria dos casos, por elementos sem conhecimento, como os que acabamos de citar. Assim agiu quando na votação da Lei nº 1.346, de 9 de fevereiro de 1951, e com o Decreto-Legislativo nº 18-61.

Com o novo sistema eleitoral, vamos iniciar vida nova. Abram, pois, mais uma oportunidade para recuperação de homens que poderão ser úteis à coletividade.

Parecer

Parecer favorável, adotando a convincente justificativa que acompanha a emenda, que será o art. 62 do Substitutivo.

EMENDA nº 9

O Deputado Martins Rodrigues submete à Comissão o seguinte texto:

Inclua-se o seguinte:

"Art. Do requerimento de registro de candidato para as eleições diretas, deverá constar a prova de se achar o mesmo inscrito em partido político, ou organização com atribuições de partido político, pelo menos até trinta (30) dias antes.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, valerá tanto a inscrição feita perante a Comissão Diretora Nacional, como perante a Comissão Diretora Regional ou a Comissão Diretora Municipal, que manterão, nas respectivas sedes, livros de registros partidários abertos e rubricados pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelos Tribunais Regionais Eleitorais ou pelos Juizes Eleitorais.

§ 2º São dispensados da exigência da inscrição a que se refere este artigo os membros da Comissão Diretora Nacional, das Comissões Diretoras Regionais e das Comissões Diretoras Municipais das organizações com atribuições de partidos políticos.

Parecer

Pelo Código Eleitoral, no art. 93, "o prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, inprorrogavelmente, às 18 horas do 99º dia anterior à data marcada para a eleição". O interregno acima referido conecta-se com o art. 7, do Ato Complementar nº 7:

"Somente poderá concorrer a eleições diretas candidato que esteja inscrito em organização com atribuições de partidos políticos até noventa dias antes da data limite para registro de candidatos."

Parágrafo único. Para o fim previsto neste artigo as Comissões Diretoras Nacional, Regionais e Municipais das Organizações com atribuições de partidos políticos manterão, nas respectivas sedes, livros de registros partidários abertos e rubricados pelos Tribunais Superior Eleitoral, Regionais Eleitorais e Juizes Eleitorais."

Somando-se os dois prazos, que funcionarão, com respeito à eleição de senador e deputados, a partir de 15 de novembro do corrente ano (Ato Institucional nº 3, art. 3º), terminarão a 15 de maio próximo. Como sequer se efetivou a publicação do registro dos partidos, por parte do Superior

Tribunal Eleitoral, com o que ainda não se constituíram, por impossibilidade legal, as Comissões Diretoras Estaduais e seus Gabinetes Executivos, para que então estas organizem as Comissões Diretoras Municipais, — fácil será concluir a inexistência para o pleito vizinho, dos prementeados prazos. Sua redução se impõe, para a boa disciplina das eleições, a fim de que o acoadamento crie a impossibilidade de sua realização em muitos municípios. Será impossível em trinta dias, praticar todos os atos organizatórios para ensinar o registro, dentro das datas assinaladas na legislação vigente. Agora é que os partidos irão organizar suas chapas de deputados, tudo aconselhando que disponham de tempo mínimo para recrutamento de cidadãos competentes, o que exige, inclusive e comumente, exaustivo trabalho de catequese. Quanto às eleições municipais, será preciso, primeiro, compor e aprovar as Comissões Diretoras Municipais, pelas Comissões Diretoras Regionais e pela justiça eleitoral, seguindo-se a convenção para escolha dos candidatos, para posterior registro dos mesmos. Ora, se nem os Diretórios Regionais estão completos, como, em cerca de trinta dias, efetivar a sequência dos atos já referidos. Pela aprovação, assim, da Emenda Martins Rodrigues, de nº 9, com as alterações introduzidas no texto que integra o Substitutivo do Relator.

Emenda nº 10

O Deputado Carlos Murilo apresentou a seguinte emenda:

"Inclua-se o seguinte: Art. O prazo para a entrada em Cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo, nas eleições que se realizarem em 1966, terminará inprorrogavelmente, às dezoito horas do trigésimo dia anterior à data marcada para a realização das mesmas".

Parecer

Prejudicada em face da aprovação da emenda Martins Rodrigues, nº 9, que versa matéria semelhante.

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Ao concluir o Parecer sobre o Projeto nº 2, de 1966, o Relator animase com a esperança de que o Congresso compreendesse seu esforço, que foi grande, no sentido de que a oportunidade da presente tramitação frutifique no aprimoramento do Código Eleitoral brasileiro, com o aproveitamento do material amalhado no Congresso sobre a importante matéria. Nos termos regimentais e para comodidade de votação, submeto à Comissão Especial o seguinte:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2

Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com as alterações constantes dos artigos seguintes:

Art. 2º O caput do art. 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até trinta dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário-mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367".

Art. 3º O caput do art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até os dezoito anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira, incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o valor do salário-mínimo da região. Im-

pela pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de selo federal inutilizado no próprio requerimento.

Art. 4º O art. 14, mantida a redação do caput, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“§ 1º Os biênios serão contados ininterruptamente, sem o desconto de qualquer afastamento, nem mesmo o decorrente de licença, férias, ou licença especial, salvo no caso do § 3º.

§ 2º Os juizes afastados por motivo de licença, férias e licença especial, de suas funções na Justiça comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando, com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.

§ 3º Da homologação da respectiva convenção partidária, até a apuração final da eleição, não poderão servir como juizes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, parente consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

§ 4º No caso de recondução para o segundo biênio, observar-se-ão as mesmas formalidades indispensáveis à primeira investidura.

Art. 5º O § 1º do art. 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A nomeação, pelo Presidente da República, de juizes da categoria de juristas, deverá ser feita dentro dos trinta dias do recebimento da lista tripartite enviada pelo Supremo Tribunal Federal, dela não podendo constar participar nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público”.

Art. 6º No inciso I, do art. 22, a letra h passa a vigorar com a redação a seguir indicada, sendo acrescentada, ainda, a letra i:

“h) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos Tribunais Regionais dentro de trinta dias da conclusão ao relator, formulados por partido, candidato, ou parte interessada;

i) as reclamações contra os seus próprios juizes que, no prazo de trinta dias a contar da conclusão, não tiverem julgado os feitos a eles distribuídos”.

Art. 7º O inciso XIV do art. 21 passa a vigorar com a seguinte redação:

“XIV — requisitar força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem e, desde que requerido por estes, para garantir a votação e a apuração”.

Art. 8º O § 2º do art. 25 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º — A lista não poderá conter nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público”.

Art. 9º — No art. 28 e acrescenta-se o seguinte parágrafo:

“§ 3º — No caso previsto no parágrafo anterior será observado o disposto no parágrafo único do art. 29”.

Art. 10. — A letra g, do inciso I, do art. 29, passa a vigorar com a seguinte redação:

“g) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos juizes eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por partido, candidato ou parte interessada, sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo”.

Art. 11. O inciso XII do art. 30 passa a vigorar com a seguinte redação:

“XII — requisitar força para o cumprimento da lei e de suas decisões, bem como solicitar ao Tribunal Superior força federal para garantir a votação e a apuração”.

Art. 12. Ao art. 30 é acrescentado o seguinte inciso:

“XIX — suprimir os mapas parciais de apuração, mandando utilizar apenas os boletins e os mapas totalizadores, desde que o menor número de

candidatos às eleições proporcionais justifique a supressão, observadas as seguintes normas:

a) qualquer candidato ou partido poderá requerer ao Tribunal Regional que suprima a exigência dos mapas parciais de apuração;

b) da decisão do Tribunal Regional qualquer candidato ou partido poderá, no prazo de três dias, recorrer para o Tribunal Superior, que decidirá em cinco dias;

c) a supressão dos mapas parciais de apuração só será admitida até seis meses antes da data da eleição;

d) os boletins e mapas de apuração serão impressos pelos Tribunais Regionais, depois de aprovados pelo Tribunal Superior;

e) o Tribunal Regional ouvirá os partidos na elaboração dos modelos dos boletins e mapas de apuração, a fim de que estes atendam às peculiaridades locais, encaminhando os modelos que aprovar, acompanhados das sugestões ou impugnações formuladas pelos partidos, à decisão do Tribunal Superior”.

Art. 13 — Os §§ 4º e 11 do art. 45 passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º — Deferido o pedido, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruiu o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e à do recibo. O recibo será obrigatoriamente anexado ao processo eleitoral, incorrendo o juiz que não o fizer na multa de um a cinco salários-mínimos regionais, na qual incorrerá ainda o escrivão, funcionário ou preparador, se responsáveis, bem como qualquer deles, se entregarem ao eleitor o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e do recibo ou o fizerem a pessoa não autorizada por escrito.

§ 11 — O título eleitoral e a folha individual de votação, somente serão assinados pelo juiz eleitoral depois de preenchidos pelo cartório e de deferido o pedido, sob as penas do artigo 293”.

Art. 14 — É acrescentado ao artigo 45 o seguinte parágrafo:

“§ 12 — É obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor, após a expedição do seu título”.

Art. 15 — O § 4º do art. 43, é renumerado para 3º, passando a figurar como § 2º o seguinte:

“§ 2º — O eleitor poderá, a qualquer tempo, requerer ao juiz eleitoral a retificação de seu título eleitoral ou de sua folha individual de votação, quando neles constar erro evidente, ou indicação de seção diferente daquela a que devesse corresponder a retificação indicada no pedido de inscrição ou transferência”.

Art. 16 — São acrescentadas ao artigo 47 as seguintes alterações:

“§ 1º — Em cada Cartório de Registro Civil haverá um livro especial, aberto e rubricado pelo Juiz Eleitoral onde o cidadão ou delegatário de partido, declara expresso o pedido de certidão para fins eleitorais, datando-o.

§ 2º — O escrivão, dentro de quinze dias da data do pedido, emitirá a certidão, ou justificará, perante o Juiz Eleitoral, por que deixa de fazê-lo.

§ 3º — A infração ao disposto neste artigo sujeitará o escrivão às penas do art. 293”.

Art. 17 — São revogados os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 51, passando o caput a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51 — Nos estabelecimentos de internação coletiva de menores, os docentes e os internos poderão ser alistados eleitores”.

Art. 18 — O § 2º do art. 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º — O disposto nos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplica quando se tratar de transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência”.

Art. 19 — O caput e o § 1º do artigo 57 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57 — O requerimento de transferência do domicílio eleitoral será imediatamente publicado na imprensa oficial na Capital, e em cartório nas demais localidades, podendo os interessados impugná-lo no prazo de dez dias.

§ 1º — Certificado o cumprimento do disposto neste artigo, o pedido deverá ser desde logo decidido, devendo o despacho do juiz ser publicado pela mesma forma.

Art. 20. É acrescentado um § 5º ao art. 62, passando o § 4º a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º O nome indicado pelo juiz eleitoral para preparador deverá ser previamente divulgado através de edital afixado no Cartório Eleitoral, podendo qualquer candidato ou partido, no prazo de três dias, impugnar a indicação.

§ 5º Se o juiz mantiver o nome indicado, a impugnação deverá ser remetida ao Tribunal Regional, que a apreciará antes de decidir sobre a nomeação”.

Art. 21. É acrescentado ao art. 71 o seguinte parágrafo:

“§ 4º Quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o Tribunal Regional poderá determinar a realização de correção e, provada a fraude em proporção comprometedora ordenar a revisão do eleitorado, obedecendo as Instruções do Tribunal Superior e as recomendações que, subsidiariamente, baixar com o cancelamento de ofício das inscrições correspondentes aos títulos que não forem apresentados à revisão”.

Art. 22. O inciso V, do § 1º, do art. 94, passa a vigorar com a seguinte redação:

“V — com folha corrida fornecida pelos cartórios competentes, para que se verifique se o candidato está no gozo dos direitos políticos (art. 121, III e 135 da Constituição Federal)”.

Art. 23. É acrescentado ao artigo 100 o seguinte parágrafo:

“§ 5º Após o sorteio efetuado nos termos deste artigo, os partidos conservarão, sempre que possível, as mesmas séries e os candidatos à eleição o mesmo número, salvo, em relação a estes, os que optarem por novo número”.

Art. 24. O caput do art. 120 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 120. Constituem a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretários e um suplente nomeados pelo juiz eleitoral sessenta dias antes da eleição, em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência”.

Art. 25. É acrescentado ao artigo 127 o seguinte inciso:

“IX — anotar o não comparecimento do eleitor no verso da folha individual de votação”.

Art. 26. É revogado o inciso VI do art. 133, ficando renumerados de VI a XVI os atuais incisos VII a XVII.

Art. 27. O § 5º do art. 135 passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentados ao referido artigo os parágrafos 7º e 8º:

“§ 5º Não poderão ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público, incorrendo o juiz nas penas do art. 312 em caso de infração.

§ 7º Da designação dos lugares de votação poderá qualquer partido re-

clamar ao juiz eleitoral, dentro de três dias a contar da publicação, devendo a decisão ser proferida dentro de quarenta e oito horas.

§ 8º Da decisão do juiz eleitoral caberá recurso para o Tribunal Regional, interposto dentro de três dias, devendo, no mesmo prazo, ser resolvido”.

Art. 28. O parágrafo único do artigo 143 passa a § 1º, sendo acrescentado, como § 2º, o seguinte:

“§ 2º Observada a prioridade assegurada aos candidatos, têm preferência para votar o juiz eleitoral da zona, seus auxiliares de serviço, os eleitores de idade avançada, os enfermos e as mulheres grávidas”.

Art. 29. São revogados os §§ 1º e 3º do art. 145, renumerado para parágrafo único o atual § 2º, passando o caput a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 145. O presidente, mesários, secretários, suplente e os delegados e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirem, sendo que os delegados e fiscais desde que a credencial esteja visada na forma do artigo 131, § 3º, quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado”.

Art. 30. A letra b, do inciso 1º, do art. 146, passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) escrevendo o nome, o prenome, ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais”.

Art. 31. São revogados os §§ 4º e 5º do art. 148.

Art. 32. São revogados os §§ 1º e 2º do art. 151.

Art. 33. O inciso I do art. 154 passa a vigorar com a seguinte redação:

“I — vedará a fenda de introdução da cédula na urna, de modo a cobri-la inteiramente com tiras de papel cujas partes, rubricadas pelo presidente e mesários e, facultativamente, pelos fiscais presentes; separará todas as folhas de votação correspondentes aos eleitores faltosos e fará constar, no verso de cada uma delas, na parte destinada à assinatura do eleitor, a falta verificada, por meio de breve registro que autenticará com a sua assinatura”.

Art. 34. O § 2º do art. 156 passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentados ao referido artigo os §§ 3º, 4º e 5º:

“§ 2º Em caso de impossibilidade de observância do prazo previsto no artigo, o fato deverá ser imediatamente justificado perante o Tribunal Regional mencionando-se o motivo e as medidas necessárias para o cumprimento, que não poderá exceder de cinco dias.

§ 3º Esgotado o prazo e a prorrogação estipulada neste artigo, o não tendo havido em tempo hábil a realização de prorrogação, a respectiva Justiça Eleitoral perde a competência para prosseguir na apuração, devendo o presidente remeter, imediatamente, ao Tribunal Regional todo o material relativo à votação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, competirá ao Tribunal Regional fazer a apuração.

§ 5º Os membros do Justiça Eleitoral responsáveis pela introdução indevida dos prazos fixados neste artigo estarão sujeitos à multa de dez a vinte salários-mínimos, aplicada pelo Tribunal Regional”.

Art. 35. É acrescentado ao artigo 165 caput, o seguinte inciso:

“XI — se conste nas folhas individuais de votação dos eleitores falsificação ou dolo de registro de sua falta”.

Art. 36. O art. 116 e o seu § 1º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116. Aberta a urna, a Junta verificará se o número de cédulas emitidas corresponde ao de votantes, e se há incidência entre o número de votantes e o de cédulas oficiais encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação, des-

que não resulte de fraude comprovada".

Art. 37. São revogados os incisos I e IV do art. 167, passando os incisos I e II a vigorar com a seguinte redação:

"I — examinar as sobrecartas brancas contidas na urna, anulando os votos referentes aos eleitores que não podiam votar;

II — misturar as cédulas oficiais dos que podiam votar com as demais existentes na urna".

Art. 38. O § 4º do art. 169 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Os recursos serão insuados de ofício, com certidão da decisão recorrida; se interpostos verbalmente, constará também da certidão o trecho correspondente do boletim".

Art. 39. O art. 172 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 172. Sempre que houver recurso fundado em contagem errônea de votos, vícios de cédulas ou de sobrecartas para votos em separado, deverão as cédulas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o recurso e deverá ser rubricado pelo juiz eleitoral, pelo recorrente e pelos delegados de partido que o desejarem".

Art. 40. O atual parágrafo único do art. 174 passa a § 3º, acrescentado ao referido artigo os seguintes §§ 1º e 2º:

"§ 1º Após fazer a declaração do voto em branco e antes de ser anunciado o seguinte, será aposto na cédula, no lugar correspondente à indicação do voto, um breve sinal indelevel que será rubricado pelo presidente da turma.

§ 2º Não poderá ser iniciada a apuração dos votos da urna subseqüente, sob as penas do art. 345, sem que os votos em branco da anterior estejam todos registrados pela forma referida no § 1º".

Art. 41. É revogado o § 2º do artigo 175, reenumerados os atuais §§ 3º e 4º para 2º e 1º.

Art. 42. É revogado o inciso V do art. 176.

Art. 43. O inciso II, do art. 177, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentado ao referido artigo inciso V:

"II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito, bem como para a legenda a que pertença;

V — se o eleitor assinalar uma sigla partidária e escrever o nome ou o número de candidato de outro partido, o voto será contado para o candidato cuja nome ou número foi escrito e para a sua legenda".

Art. 44. O art. 134 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 134 — Terminada a apuração, a Junta remeterá ao Tribunal Regional, no prazo de cinco dias, todos os papéis eleitorais referentes às eleições estaduais ou federais, acompanhados dos documentos referentes à apuração, juntamente com a ata geral dos seus trabalhos, na qual serão consignadas as votações apuradas para cada legenda e candidato e os votos não apurados, com a declaração dos motivos por que o não foram.

§ 1º Essa remessa será feita em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelos membros da Junta, delegados e fiscais de Partido, por via postal ou sob protocolo, conforme for mais rápida e segura a chegada no destino.

§ 2º Se a remessa dos papéis eleitorais de que trata este artigo não for verificada no prazo não estabelecido, os membros da Junta estarão sujeitos a multa correspondente à metade

do salário-mínimo regional por dia de retardamento.

§ 3º Decorridos quinze dias sem que o Tribunal Regional tenha recebido os papéis referidos neste artigo ou comunicação de sua expedição, determinará ao Corregedor Regional, ou Juiz Eleitoral mais próximo, que os faça apreender e enviar imediatamente, transferindo-se para o Tribunal Regional a competência para decidir sobre os mesmos".

Art. 45. O parágrafo único do artigo 133º é substituído pelos seguintes parágrafos:

"§ 1º Ocorrendo motivos relevantes, expostos com a necessária antecedência, o Tribunal Superior poderá conceder prorrogação desse prazo uma só vez, e por quinze dias.

§ 2º Se o Tribunal Regional não terminar a apuração no prazo legal, seus membros estarão sujeitos a multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento.

Art. 46. O parágrafo único do artigo 200 é reenumerado para 1º, acrescentado ao referido artigo o seguinte parágrafo:

"§ 2º O Tribunal Regional, antes de aprovar o relatório da Comissão Apuradora, e, em três dias improrrogáveis, julgará as impugnações e as reclamações não provadas pela Comissão Apuradora, e, se as deferir, voltará o relatório à Comissão para que sejam feitas as alterações resultantes da decisão".

Art. 47. É acrescentado ao art. 220 caput, o seguinte inciso:

"V — quando a sessão eleitoral tiver sido lícita a com infração do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135".

Art. 48. Revogado o inciso I, do art. 221, os atuais incisos II, III e IV são reenumerados para I, II e III.

Art. 49. São revogados os §§ 1º e 2º do art. 222.

Art. 50. O § 3º do art. 223 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º A nulidade de qualquer ato, baseada em motivo de ordem constitucional, não poderá ser conhecida em recurso interposto fora do prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser argüida".

Art. 51. São acrescentados ao artigo 243 os seguintes parágrafos:

"§ 1º O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independência da ação penal competente, poderá demandar no Juízo Cível a reparação do dano moral, respondendo por este o ofensor e, solidariamente, o partido político deste quando responsável por ação ou omissão e quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele.

§ 2º No que couber, aplicar-se-ão na reparação do dano moral, referido no parágrafo anterior, os arts. 81 a 88 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

§ 3º É assegurado o direito de resposta a quem for injuriado, difamado ou caluniado através da imprensa, rádio, televisão ou auto-falante, aplicando-se a quem couber os artigos 90 a 96 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962".

Art. 52. O art. 250 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 250 — Nas eleições gerais de âmbito estadual ou nacional, as estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Estados, Territórios ou Municípios, reservarão, às sessenta dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a propaganda eleitoral gratuita, sendo uma delas a noite, entre vinte e vinte e três horas, conforme instruções, providências e fiscalização da Justiça Eleitoral, para o efetivo

cumprimento do preceituado neste artigo.

§ 1º Nas eleições de âmbito municipal as emissoras reservarão, nos trinta dias anteriores à antevéspera do pleito, uma hora diária, sendo trinta minutos à noite, entre vinte e vinte e três horas, para a propaganda gratuita.

§ 2º Desde que haja concordância de todos os partidos e emissoras de rádio e televisão, poderá ser adotado qualquer outro critério na distribuição dos horários, que deverá ser previamente comunicado à Justiça Eleitoral.

§ 3º O horário não utilizado por qualquer partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 4º As estações de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicados da Justiça Eleitoral, até o máximo de quinze minutos, entre as dez e as vinte e duas horas, nos trinta dias que precederem o pleito".

Art. 53. São acrescentados ao artigo 256 os seguintes parágrafos:

"§ 1º No período da campanha eleitoral, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar na sede dos diretórios devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias ao cumprimento do disposto no parágrafo anterior, fixando as condições a serem observadas".

Art. 54. É acrescentado ao artigo 266 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único — Se o recorrente se reportar a coação, fraude, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou manipulação de sufrágios vedado por lei, dependentes de prova a ser determinada pelo Tribunal, bastar-lhe-á indicar os meios a ela conducentes".

Art. 55. O § 6º do art. 267 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 6º Findos os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, o juiz eleitoral fará, dentro de quarenta e oito horas, subir os autos ao Tribunal Regional com a sua resposta e os documentos em que se fundar, sujeito a multa de dez por cento do salário-mínimo regional por dia de retardamento, salvo se entender de reforma a sua decisão".

Art. 56. O art. 268 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 268. No Tribunal Regional nenhuma alegação escrita ou nenhum documento poderá ser oferecido por qualquer das partes salvo o disposto no art. 270".

Art. 57. É acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 269:

"§ 3º Quando motivo relevante o Tribunal Superior Eleitoral poderá, a pedido do Tribunal Regional da respectiva circunscrição, a competência para processar e julgar recurso eleitoral, designando para esse fim outros Tribunais Regionais das circunscrições mais próximas.

Art. 58. O art. 270 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 270. Se o recurso versar sobre coação, fraude, uso de meios de que trata o artigo 237, ou emprego de processo de propaganda ou manipulação de sufrágios vedado por lei, dependentes de prova indicada pelas partes ao interpor-lo ou ao impugná-lo, o Relator no Tribunal Regional deferirá, em vinte e quatro horas da conclusão, reaberto-se ela no prazo improrrogável de cinco dias.

§ 1º Admitir-se-ão como votos de prova para apreciação pelo Tribunal as justificações e as declarações necessárias perante o Juiz Eleitoral da zona, com citação dos partidos que concorreram ao pleito e do representante do Ministério Público.

§ 2º Indeferindo o Relator a prova, serão os autos a requerimento do interessado, nas vinte e quatro horas seguintes, presentes à primeira sessão do Tribunal, que deliberará a respeito.

§ 3º Protocoladas as diligências probatórias, ou com a juntada das justificações ou diligências, a Secretaria do Tribunal abrirá, sem demora, vista dos autos, por vinte e quatro horas, seguidamente, ao recorrente e ao recorrido para dizerem a respeito.

§ 4º Findo o prazo acima, serão os autos conclusos ao Relator".

Art. 59. O art. 345 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 345. Não cumprir a autoridade judiciária, ou qualquer funcionário dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por este Código, se a infração não estiver sujeita a outra penalidade:

Pena — Pagamento de trinta a noventa dias-multa".

Art. 60. O art. 367 passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

"§ 1º As multas aplicadas pelos Tribunais Eleitorais serão consideradas líquidas e certas, para efeito de cobrança mediante executivo fiscal, desde que inscritas em livro próprio, na Secretaria do Tribunal competente.

§ 2º A multa pode ser aumentada até dez vezes se o Juiz, ou Tribunal, considerar que em virtude da situação econômica do infrator é ineficaz, embora aplicada no máximo.

§ 3º O atestado, ou o eleitor, que comprovar devidamente o seu estado de pobreza, ficará isento do pagamento de multa.

§ 4º Fica autorizado o Tesouro Nacional a emitir selos sob a designação — "Selo Eleitoral" — destinados ao pagamento de emolumentos, custas, despesas e multas, tanto as administrativas como as penais, devidas à Justiça Eleitoral.

§ 5º Os pagamentos de multas poderão ser feitos através de guias de recolhimento se a Justiça Eleitoral não dispuser de selo eleitoral em quantidade suficiente para atender aos interessados.

Art. 61. É revogado o parágrafo único do art. 374 e o "caput" do mencionado artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 374. Os membros dos tribunais eleitorais, os juizes eleitorais e os servidores públicos requisitados para os órgãos da Justiça Eleitoral, que, em virtude de suas funções nos mencionados órgãos, não tiverem gozadas que lhes couberem, poderão gozá-las no ano seguinte, acumuladas ou não.

Disposições Transitórias

Art. 62. Não se aplicará a multa a que se refere o art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) a quem se alistar até o dia 31 de março de 1967.

Art. 63. Ficam isentos de pagamento de multa os eleitores que declararam de votar até a data da publicação da presente lei.

Art. 64. Fica extinta a punibilidade para os delitos eleitorais definidos nos arts. 4 e 5, do art. 175, da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, praticados no Distrito Federal e no Estado de Goiás, até a data da publicação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Art. 65. Nas eleições diretas que se realizarem em 1966, deverá constar, do requerimento de registro de candidato a prova de se achar o mesmo inscrito em organização com atribuições de partido político pelo menos até trinta dias antes da data limite para o registro.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, valerá tanto a inscrição feita perante a Comissão Diretora Nacional como perante a Comissão Diretora Regional ou a Comissão Diretora Municipal, que manterão, nas respectivas sedes, livros de registros partidários abertos e rubricados pelo Tri-

bunal Superior Eleitoral, pelos Tribunais Regionais Eleitorais e pelos Juizes Eleitorais.

§ 2º São dispensados da inscrição a que se refere este artigo os membros das Comissões Diretores Nacionais, Regionais ou Municipais das organizações com atribuições de partido.

Art. 66. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 8 de abril de 1966.

— Ulysses Guimarães, Relator.

PARECER DA COMISSÃO MISTA

Relator: Deputado Ulysses Guimarães.

A Comissão Mista, designada para dar Parecer sobre o Projeto de Lei nº 2, de 1966 (C.N.), que altera a redação do artigo 8º e seu parágrafo único da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), aprovou o Substitutivo do Relator com as modificações a seguir relacionadas:

1. A Emenda nº 4, do Relator, foi subemendada ao sentido de que sejam acrescentados a letra "h" referências à Ministério Público e parte legítima interessada, como credenciados a formular pedidos de desforamento.

2. A Emenda nº 8, do Relator, foi, por igual, subemendada, no mesmo sentido e como consequência da subemenda à Emenda nº 4.

3. A Emenda nº 35, do Relator, foi subemendada nos incisos II e V, a fim de que fosse excluída a expressão "bem como para a legenda que pertencam".

4. A Emenda nº 49, do Relator, foi pelo mesmo retirada.

5. A Emenda nº 9, de autoria do Deputado Martins Rodrigues, foi rejeitada pela Comissão.

6. A Emenda nº 10, de autoria do Deputado Carlos Murilo foi rejeitada pela Comissão, bem como subemenda apresentada pelo Deputado Laerte Vieira.

7. A Emenda nº 8, dos nobres Deputados José Barbosa e Anísio Rocha foi subemendada pelo Deputado Flavio Marcelino, no sentido de que fosse excluída a limitação da inscrição aos delitos praticados no Distrito Federal e em Goiás.

8. A Emenda nº 36 do Relator, foi subemenda a fim de que o prazo nela proposto de cinco dias fosse encurtado para vinte e quatro horas.

9. A Emenda nº 49, do Relator, foi rejeitada pela Comissão. Como expressão do vencido, a Comissão apresenta o seguinte

SUBSTITUTIVO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2-66 (C.N.)

Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com as alterações constantes dos artigos seguintes:

Art. 2º O caput do art. 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral, até trinta dias após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário-mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no artigo 367".

Art. 3º O caput do art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até os dezoito anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o valor do salário-mínimo da região, impos-

ta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de selo federal inutilizado no próprio requerimento."

Art. 4º O art. 14, mantida a redação do caput, passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

§ 1º Os bônus serão contados ininterruptamente, sem o desconto de qualquer afastamento, nem mesmo o decorrente de licença, férias, ou licença especial, salvo no caso do § 3º.

§ 2º Os juizes afastados por motivo de licença, férias e licença especial, de suas funções na Justiça comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando, com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.

§ 3º Da homologação da respectiva convenção partidária, até a apuração final da eleição, não poderão servir como juizes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, parente consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

§ 4º No caso de recondução para o segundo biênio, observar-se-ão as mesmas formalidade indispensáveis a primeira investidura.

Art. 5º O § 1º do art. 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º A nomeação pelo Presidente da República, de juizes de categoria de juristas, deverá ser feita dentro dos trinta dias do recebimento da lista tripartite enviada pelo Supremo Tribunal Federal, dela não podendo constar participar nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público."

Art. 6º No inciso I, do art. 22, a letra "h" passa a vigorar com a redação a seguir indicada, sendo acrescentada, ainda, a letra "i":

h) os pedidos de desforamento dos feitos não decididos nos Tribunais Regionais dentro de trinta dias da conclusão ao relator, formulados por partido, candidato, Ministério Público ou parte legítima interessada;

i) as reclamações contra os seus próprios juizes que, no prazo de trinta dias a contar da conclusão, não houverem julgado os feitos a eles distribuídos.

Art. 7º O inciso XIV do art. 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

"XIV — requisitar força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem, e para garantir a votação e a apuração;"

Art. 8º O § 2º do art. 25 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A lista não poderá conter nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público."

Art. 9º Ao art. 8 e acrescentado o seguinte parágrafo:

"§ 3º No caso previsto no parágrafo anterior será observado o disposto no parágrafo único do art. 20."

Art. 10. A letra "g" do inciso I, do art. 23, passa a vigorar com a seguinte redação:

"g) os pedidos de desforamento dos feitos não decididos pelos juizes eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por partido, candidato, Ministério Público ou parte legítima interessada, sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo."

Art. 11. O inciso XII do art. 30 passa a vigorar com a seguinte redação:

"XII — requisitar força para o cumprimento da lei e de suas decisões, bem como solicitar ao Tribunal Superior força federal, inclusive para garantir a votação e a apuração;"

Art. 12. Ao art. 30 é acrescentado o seguinte inciso:

"XIX — suprimir os mapas parciais de apuração, mandando utilizar apenas os boletins e os mapas totalizadores, desde que o menor número de candidatos às eleições proporcionais justifique a supressão, observadas as seguintes normas:

a) qualquer candidato ou partido poderá requerer ao Tribunal Regional que suprima a exigência dos mapas parciais de apuração;

b) da decisão do Tribunal Regional qualquer candidato ou partido poderá, no prazo de três dias, recorrer para o Tribunal Superior, que decidirá em cinco dias;

c) a supressão dos mapas parciais de apuração só será admitida até seis meses antes da data da eleição;

d) os boletins e mapas de apuração serão impressos pelos Tribunais Regionais, depois de aprovados pelo Tribunal Superior;

e) o Tribunal Regional ouvirá os partidos na elaboração dos modelos dos boletins e mapas de apuração, a fim de que estes atendam às peculiaridades locais, encaminhando os modelos que aprovar, acompanhados das sugestões ou impugnações formuladas pelos partidos, à decisão do Tribunal Superior."

Art. 13. Os §§ 4º e 1º do art. 45 passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Deferido o pedido, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruiu o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e à do recibo. O recibo será obrigatoriamente anexado ao processo eleitoral, incorrendo o juiz que não o fizer na multa de um a cinco salários-mínimos regionais, na qual incorrerá ainda o escrivão, funcionário ou preparador, se responsáveis, bem como qualquer deles, se entregarem ao eleitor o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e do recibo ou o tiverem a pessoa não autorizada por escrito.

§ 1º O título eleitoral e a folha individual de votação, somente serão assinados pelo juiz eleitoral depois de preenchidos pelo cartório e de deferido o pedido, sob as penas do artigo 293."

Art. 14. É acrescentado ao art. 45 o seguinte parágrafo:

"§ 12. É obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor, após a expedição do seu título."

Art. 15. O atual § 4º, do art. 45, é renumerado para 5º, passando a figurar como § 4º o seguinte:

"§ 4º O eleitor poderá, a qualquer tempo, requerer ao juiz eleitoral a reutilização de seu título eleitoral ou de sua folha individual de votação, quando nêles constar erro evidente, ou indicação de seção diferente daquela a que devesse corresponder a residência indicada no pedido de inscrição ou transferência."

Art. 16. São acrescentados ao artigo 47 os seguintes parágrafos:

"§ 1º Em cada Cartório de Registro Civil haverá um livro especial, aberto e rubricado pelo juiz eleitoral, onde o cidadão, ou o delegado de partido, deixará expresso o pedido de certidão para fins eleitorais, datando-o.

§ 2º O escrivão, dentro de quinze dias da data do pedido concederá a certidão, ou justificará, perante o Juiz Eleitoral, porque dela se fez-lo.

§ 3º A infração ao disposto neste artigo sujeitará o escrivão às penas do art. 293."

Art. 17. São revogados os §§ 1º, 2º e 3º do art. 51, passando o caput a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. Nos estabelecimentos de internação coletiva de hansenianos, os coentes nêles internados podem ser ali alistados eleitores".

Art. 18. O § 2º do art. 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O disposto nos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplica quando se tratar de transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência."

Art. 19. O caput e o § 1º do artigo 57 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. O requerimento de transferência de domicílio eleitoral será imediatamente publicado na imprensa oficial na Capital, e em cartório nas demais localidades, podendo os interessados impugná-lo no prazo de dez dias.

§ 1º Certificado o cumprimento do disposto neste artigo, o pedido deverá ser desde logo decidido, devendo o despacho do juiz ser publicado pela mesma forma.

Art. 20. É acrescentado um § 5º ao art. 62, passando o § 4º a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º O nome indicado pelo juiz eleitoral para preparador deverá ser previamente divulgado através de edital afixado no Cartório Eleitoral, podendo qualquer candidato ou partido, no prazo de três dias, impugnar a indicação.

§ 5º Se o juiz mantiver o nome indicado, a impugnação deverá ser remetida ao Tribunal Regional, que a apreciará antes de decidir sobre a nomeação."

Art. 31. É acrescentado ao art. 71 o seguinte parágrafo:

§ 4º Quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o Tribunal Regional poderá determinar a realização de correção e, provada a fraude em proporção comprometedora, ordenará a revisão do eleitorado obedecendo as instruções do Tribunal Superior e as recomendações que, subsidiariamente, baixar, com o cancelamento de ofício das inscrições correspondentes aos títulos que não forem apresentados à revisão."

Art. 22. O inciso V, do § 1º, do art. 94, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V — com folha corrida fornecida pelos cartórios competentes para que se verifique se o candidato está no gozo dos direitos políticos (art. 132, III e 135 da Constituição Federal)".

Art. 23. É acrescentado ao artigo 107 o seguinte parágrafo:

"§ 5º Após o sorteio efetuado nos termos deste artigo, os partidos conservarão sempre que possível, as mesmas séries e os candidatos à reeleição o mesmo número, salvo, em relação a estes, os que optarem por novo número."

Art. 24. O caput do art. 120 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120. Constituem a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretários e um suplente, nomeados pelo juiz eleitoral sessenta dias antes da eleição em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência."

Art. 25. É acrescentado ao artigo 127 o seguinte inciso:

"IX — anotar o não comparecimento do eleitor no verso da folha individual de votação."

Art. 26. É revogado o inciso VI do art. 133 ficando renumerados de VI a XVI os atuais incisos VII e XVII.

Art. 27. O § 5º do art. 135 passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentados ao referido artigo os §§ 7º e 8º:

"§ 5º Não poderão ser localizadas seções eleitorais em favor de edifício qualquer propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio pu-

pleito, incorrendo o juiz nas penas do art. 312, em caso de infringência.

§ 7º Da designação dos lugares de votação poderá qualquer partido reclamar ao juiz eleitoral, dentro de três dias a contar da publicação, devendo a decisão ser proferida dentro de quarenta e oito horas.

§ 8º Da decisão do juiz eleitoral caberá recurso para o Tribunal Regional, interposto dentro de três dias, devendo, no mesmo prazo, ser resolvido.

Art. 28. O parágrafo único do artigo 143 passa a § 1º, sendo acrescentado, como § 2º o seguinte:

§ 2º Observada a prioridade assegurada aos candidatos, têm preferência para votar o juiz eleitoral da zona, seus auxiliares de serviço, os eleitores de idade avançada, os enfermos e as mulheres grávidas.

Art. 29. São revogados os §§ 1º e 3º do art. 145, renumerado para parágrafo único o atual § 2º, passando o caput a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 145. O presidente, mesários, secretários suplentes e os delegados e fiscais de partido votarão perante as mesas em que servirem, sendo que os delegados e fiscais desde que a credencial esteja visada na forma do art. 131, § 3º; quando eleitores de outras seções, seus votos serão tomados em separado”.

Art. 30. A letra b, do inciso IX, do art. 146, passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) escrevendo o nome, o prenome, ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais”.

Art. 31. São revogados os §§ 4º e 5º do art. 148.

Art. 32. São revogados os §§ 1º e 2º do art. 151.

Art. 33. O inciso do art. 154 passa a vigorar com a seguinte redação:

“I — vedará a fenda de introdução da cédula na urna, de modo a cobri-la inteiramente com tiras de papel ou pano forte, rubricadas pelo presidente e mesários e, facultativamente, pelos fiscais presentes; separará todas as folhas de votação correspondentes aos eleitores faltosos e fará constar, no verso de cada uma delas, na parte destinada à assinatura do eleitor, a falta verificada, por meio de breve registro que autenticará com a sua assinatura”.

Art. 34. O § 2º do art. 159 passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentados ao referido artigo os §§ 3º, 4º e 5º:

§ 2º Em caso de impossibilidade de observância do prazo previsto neste artigo, o fato deverá ser imediatamente justificado perante o Tribunal Regional, mencionando-se as horas ou dias necessários para o adiantamento, que não poderá exceder a cinco dias.

§ 3º Esgotado o prazo e a prorrogação estipulada neste artigo, ou não tendo havido em tempo hábil o pedido de prorrogação, a respectiva Junta Eleitoral perde a competência para prosseguir na apuração, devendo o seu presidente remeter, imediatamente, ao Tribunal Regional, todo o material relativo à votação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, competirá ao Tribunal Regional fazer a apuração.

§ 5º Os membros da Junta Eleitoral responsáveis pela observância injustificada dos prazos fixados neste artigo estarão sujeitos à multa de dois a dez salários-mínimos, aplicada pelo Tribunal Regional.

Art. 35. É acrescentado ao artigo 165, caput, o seguinte inciso:

“XI — se consta nas folhas individuais de votação dos eleitores faltosos o devido registro de sua falta”.

Art. 36. O art. 116 e o seu § 1º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 166. Aberta a urna, a Junta verificará se o número de cédulas oficiais corresponde ao de votantes.

§ 1º A coincidência entre o número de votantes e o de cédulas oficiais encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada”.

Art. 37. São revogados os incisos III e IV do art. 167, passando os incisos I e II a vigorar com a seguinte redação:

“I — examinar as sobrecartas brancas contidas na urna, anulando os votos referentes aos eleitores que não podiam votar;

II — misturar as cédulas oficiais das que podiam votar com as demais existentes na urna”.

Art. 38. O § 4º do art. 169 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º Os recursos serão instruídos de ofício, com certidão da decisão recorrida; se interpostos verbalmente, constará também da certidão o trecho correspondente do boletim”.

Art. 39. O art. 172 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 172. Sempre que houver recurso fundado em contagem errônea de votos, vícios de cédulas ou de sobrecartas para votos em separado, deverão as cédulas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o recurso e deverá ser rubricado pelo juiz eleitoral, pelo recorrente e pelos delegados de partido que o desejarem”.

Art. 40. O atual parágrafo único do art. 174 passa a § 3º, acrescentados ao referido artigo os seguintes §§ 1º e 2º:

“§ 1º Após fazer a declaração do voto em branco e antes de ser anunciado o seguinte, será apostado na cédula, no lugar correspondente à indicação do voto, um breve sinal indeleível, além da rubrica do presidente da turma.

§ 2º Não poderá ser iniciada a apuração dos votos da urna subsequente sob as penas do art. 345, sem que os votos em branco da anterior estejam todos registrados pela forma referida no parágrafo 1º”.

Art. 41. É revogado o § 2º do artigo 175, renumerados os atuais §§ 3º e 4º para 2º e 3º.

Art. 42. É revogado o inciso V do art. 176.

Art. 43. O inciso II, do art. 177, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentado ao referido artigo o inciso V:

“II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á o voto para o candidato cujo nome foi escrito.

V — se o eleitor assinalar uma sigla partidária e escrever o nome ou o número do candidato de outro partido, o voto será contado para o candidato cujo nome ou número foi escrito”.

Art. 44. O art. 184 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. Terminada a apuração, a Junta remeterá ao Tribunal Regional, no prazo de vinte e quatro horas, todos os papéis eleitorais referentes às eleições estaduais ou federais, acompanhados dos documentos referentes à apuração, juntamente com a ata geral dos seus trabalhos, na qual serão consignadas as votações apuradas para cada legenda e candidato e os votos não apurados com a declaração dos motivos por que não foram.

§ 1º Essa remessa será feita em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelos membros da Junta, delegados e fiscais de Partido, por via postal ou sob protocolo, conforme for mais rápida e segura a chegada ao destino.

§ 2º Se a remessa dos papéis eleitorais de que trata este artigo não se verificar no prazo nele estabelecido,

do, os membros da Junta estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento.

§ 3º Decorridos quinze dias sem que o Tribunal Regional tenha recebido os papéis referidos neste artigo ou comunicação de sua expedição, determinará o Corregedor Regional ou Juiz Eleitoral mais próximo, que os faça apreender e enviar imediatamente, transferindo-se para o Tribunal Regional a competência para decidir sobre os mesmos”.

Art. 45. O parágrafo único do artigo 198 é substituído pelos seguintes parágrafos:

“§ 1º Ocorrendo motivos relevantes, expostos com a necessária antecedência, o Tribunal Superior poderá conceder prorrogação desse prazo, uma só vez, e por quinze dias.

§ 2º Se o Tribunal Regional não terminar a apuração no prazo legal, seus membros estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento”.

Art. 46. O parágrafo único do artigo 200 é renumerado para 1º, acrescentado ao referido artigo o seguinte parágrafo:

“§ 2º O Tribunal Regional, antes de aprovar o relatório da Comissão Apuradora, e, em três dias improrrogáveis, julgará as impugnações e as reclamações não providas pela Comissão Apuradora e, se as deferir, voltará o relatório à Comissão para que sejam feitas as alterações resultantes da decisão”.

Art. 47. É acrescentado ao artigo 200, caput, o seguinte inciso:

“V — quando a seção eleitoral tiver sido localizada com infração do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135”.

Art. 48. Revogado o inciso I, do art. 22, os atuais incisos II, III e IV são renumerados para I, II e III.

Art. 49. São revogados os §§ 1º e 2º do art. 222.

Art. 50. O § 3º do art. 223 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A nulidade de qualquer ato, baseada em motivo de ordem constitucional, não poderá ser conhecida em recurso interposto fora de prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser argüida”.

Art. 51. São acrescentados ao artigo 243 os seguintes parágrafos:

“§ 1º O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no Juízo Cível, a reparação do dano moral, respondendo por este o ofensor e, solidariamente, o partido político deste, quando responsável por ação ou omissão, e quem quer que favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele.

§ 2º No que couber, aplicar-se-ão na reparação do dano moral, referido no parágrafo anterior, os artigos 81 a 88 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

§ 3º É assegurado o direito de resposta a quem for injuriado, difamado ou caluniado através da imprensa, rádio, televisão, ou alto-falante, aplicando-se, no que couber, os artigos 90 a 96 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962”.

Art. 52. O art. 250 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual ou nacional, as estações de radiodifusão e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Estados, Territórios ou Municípios, reservarão, nos sessenta dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a propaganda eleitoral gratuita, sendo uma delas à noite, entre vinte e vinte e três horas, conforme instruções, providências e fiscalização da Justiça Eleitoral, para o efetivo cumprimento do preceituado neste artigo.

§ 1º Nas eleições de âmbito municipal as emissoras reservarão nos

trinta dias anteriores à antevéspera do pleito, uma hora diária, sendo trinta minutos à noite, entre vinte e vinte e três horas, para a propaganda gratuita.

§ 2º Desde que haja concordância de todos os partidos e emissoras de rádio e televisão, poderá ser adotado qualquer outro critério na distribuição dos horários, que deverá ser previamente comunicado à Justiça Eleitoral.

§ 3º O horário não utilizado por qualquer partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 4º As estações de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicados da Justiça Eleitoral, até o máximo de quinze minutos, entre as dez e as vinte e duas horas, nos trinta dias que precederem ao pleito”.

Art. 53. São acrescentados ao artigo 256 os seguintes parágrafos:

“§ 1º No período da campanha eleitoral, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar na sede dos diretórios devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias ao cumprimento do disposto no parágrafo anterior, fixando as condições a serem observadas”.

Art. 54. É acrescentado ao art. 266 o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. Se o recorrente se reportar a coação, fraude, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei, dependentes de prova a ser determinada pelo Tribunal, bastará-lhe indicar os meios a elas conducentes”.

Art. 55. O § 6º do art. 267 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º Findos os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, o juiz eleitoral fará, dentro de quarenta e oito horas, subir os autos ao Tribunal Regional com a sua resposta e os documentos em que fundar seu juízo à multa de dez por cento do salário-mínimo regional por dia de retardamento, salvo se entender de reformar a sua decisão”.

Art. 56. O art. 268 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 268. No Tribunal Regional nenhuma alegação escrita ou nenhum documento poderá ser oferecido por qualquer das partes salvo o disposto no art. 270”.

Art. 57. O art. 270 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 270. Se o recurso versar sobre coação, fraude, uso de meios de que trata o artigo 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei, dependente de prova indicada pelas partes ao interpor-lo ou ao impugná-lo, o relator no Tribunal Regional deferirá-lhe um vinte e quatro horas da conclusão, realizando-se elas no prazo improrrogável de cinco dias.

§ 1º Admitir-se-ão como meios de prova para apreciação pelo Tribunal as justificações e as perícias processadas perante o juiz eleitoral da zona, com citação dos partidos que concorreram ao pleito e do representante do Ministério Público.

§ 2º Indeferindo o relator a prova serão os autos a requerimento do interessado, nas vinte e quatro horas seguintes presentes à primeira sessão do Tribunal, que deliberará a respeito.

§ 3º Protocoladas as diligências probatorias, ou com a juntada das justificações ou diligências, a Secretaria do Tribunal abrirá, sem demora, vista dos autos, por vinte e quatro horas,

seguidamente, ao recorrente e ao recorrido para dizerem a respeito.

§ 4º Findo o prazo acima, serão os autos conclusos ao relator."

Art. 58. O art. 345 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 345. Não cumprir a autoridade judiciária, ou qualquer funcionário dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por este Código, se a infração não estiver sujeita a outra penalidade:

Pena — pagamento de trinta a noventa dias-multa."

Art. 59. O art. 367 passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

§ 1º As multas aplicadas pelos Tribunais Eleitorais serão consideradas líquidas e certas, para efeito de cobrança mediante executivo fiscal, desde que inscritas em livro próprio, na Secretaria do Tribunal competente.

§ 2º A multa pode ser aumentada até dez vezes se o juiz, ou Tribunal, considerar que em virtude da situação econômica do infrator é ineficaz, embora aplicada no máximo.

§ 3º O alistando, ou o eleitor, que comprovar devidamente o seu estado de pobreza, ficará isento do pagamento de multa.

§ 4º Fica autorizado o Tesouro Nacional a emitir selos sob a designação — "Selo Eleitoral" — destinados ao pagamento de emolumentos, custas, despesas e multas, tanto as administrativas como as penais, devidas à Justiça Eleitoral.

§ 5º Os pagamentos de multas poderão ser feitos através de guias de recolhimento se a Justiça Eleitoral não dispuser de selo eleitoral em quantidade suficiente para atender aos interessados."

Art. 60. É revogado o parágrafo único do art. 374 e o caput do mencionado artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 374. Os membros dos tribunais eleitorais, os juizes eleitorais e os servidores públicos requisitados para os órgãos da Justiça Eleitoral, que, em virtude de suas funções nos mencionados órgãos, não tiverem as férias que lhes couberem, poderão gozá-las no ano seguinte, acumuladas ou não."

Disposições Transitórias

Art. 61. Não se aplicará a multa a que se refere o art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) a quem se alistar até o dia 31 de março de 1967.

Art. 62. Ficam isentos do pagamento de multa os eleitores que deixaram de votar até a data da publicação da presente lei.

Art. 63. Fica extinta a punibilidade para os delitos eleitorais definidos nos nºs 4 e 5, do art. 175, da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, praticados até a data da publicação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Art. 64. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 12 de abril de 1966. — *Djalma Marinho*, Presidente — *Ulysses Guimarães*, Relator — *Josaphat Marinho*, vencido em parte — *Benedicto Valladares* — *Bezerra Nero* — *Dix-Huit Rosado* — *Edmundo Levi* — *Vivaldo Lima*, com inscrições — *Antonio Carlos*, vencido quanto à emenda nº 4 — *Flavio Marcilio* — *Albino Zeni* — *Laerte Vieira*.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO

Nº 1

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

Art. 1º O art. 8º e seu parágrafo único, da Lei nº 4.737, de 15 de ju-

lho de 1965, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até completar 19 anos de idade, ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirir a nacionalidade brasileira, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o valor do salário-mínimo da região onde residir, imposta pelo Juiz, cobrada no ato da inscrição eleitoral.

§ 1º O alistando que comprovar ser carente de recursos, ficará isento do pagamento da multa.

Justificativa

A emenda é meramente redacional. Não modifica o sentido do texto original, mas objetiva torná-lo mais específico e claro.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1966. — *Tufi Nassif*.

Nº 2

Art. 2º Ao artigo 46 da Lei número 4.737 é acrescentado o seguinte parágrafo, que será o 5º:

— A qualquer tempo, o eleitor pode solicitar ao Juiz Eleitoral se proceda à devida retificação em seu título eleitoral ou em sua folha individual de votação, quando ali constar indicação diversa da verdadeira.

Justificativa

Oral, na Comissão.
Sala das Sessões, em de de 1966. — *Geraldo Guedes*.

Nº 3

Art. 3º Acrescente-se ao artigo 118 da Lei nº 4.737 o seguinte parágrafo único: "Os Juizes Eleitorais instalarão seções eleitorais nos prédios públicos dos povoados e localidades rurais que distem até 20 quilômetros das respectivas sedes das zonas eleitorais — não situadas em propriedades privadas — desde que o requeram mais de 200 eleitores, ali residentes."

Justificativa

Oral, na Comissão — *Geraldo Guedes*.

Nº 4

I — Recaja-se assim a letra "B" do art. 146 da Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965:

"b) escreva-se o nome o prenome ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais."

II — Suprima-se o § 2º do artigo 175 da Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965.

Justificação

A chamada "votação vinculada" configura cerceamento à liberdade do eleitor em votar. Acarreta óbice que aumentará o número de votos nulos. A medida que não encontra similar na literatura política eleitoral de todo o mundo, impedirá, o que é essencial que os cidadãos conforme os ditames de sua consciência credenciem os mais aptos no elenco dos candidatos registrados. O que importa em termos dos interesses públicos em causa será a aptidão para atendê-los e não o requisito estritamente partidário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1966. — *Arruda Câmara*.

Nº 5

Art. 6º. Acrescente-se ao artigo 154 da Lei 4.737, o seguinte parágrafo: "O Presidente da Mesa Receptora fará constar, expressamente, da Ata dos Trabalhos, o número das folhas de votação correspondentes aos eleitores faltosos, apondo sua rubrica, no anverso de cada uma delas, na parte destinada à assinatura do eleitor."

Justificativa

Oral, na Comissão.

Geraldo Guedes

Nº 6

Art. 4º. Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 174: O Presidente da Junta Apuradora inutilizará os votos em branco, apondo sinal indelével no local destinado ao número ou nome do candidato, ou legenda do Partido, imediatamente após a declaração dos escrutinadores.

Parágrafo único. Somente poderá ser iniciada a apuração dos votos da urna seguinte, quando os votos em branco da anterior estiverem inutilizados, segundo a forma referida neste artigo.

Justificativa

Oral, na Comissão.

Geraldo Guedes

Nº 7

Art. 7º. Fica sem efeito o § 2º do artigo 174 da Lei nº 4.737.

Justificativa

Oral, na Comissão.

Geraldo Guedes

Nº 8

Acrescentar onde couber:

Art. — Fica extinta a punibilidade para os delitos eleitorais, definidos nos ns. 4 e 5 do art. 175 da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950 praticados no Distrito Federal e em Goiás até a data da publicação desta lei.

Justificativa

As reformas eleitorais promulgadas pelo Poder Executivo implementaram um sistema novo de legislação, modificando e até revogando muitos dispositivos que davam margem a uma série de irregularidades no processo eleitoral. Nessa irregularidade, muitas vezes, tomaram parte modestos eleitores, sem conhecimento da lei eleitoral, que praticavam atos sem conhecerem as suas implicações na ordem jurídico-penal.

O Congresso Nacional, já por várias vezes, tem concedido anistia, com objetivo de apagar crimes eleitorais praticados, na maioria dos casos, por elementos sem conhecimento, como os que acabamos de citar. Assim agiu quando na votação da Lei nº 1.346, de 9 de fevereiro de 1951 e com o Decreto-Legislativo nº 18-61.

Com o novo sistema eleitoral, vamos iniciar vida nova. Abramos, pois, mais uma oportunidade para recuperação de homens que poderão ser úteis à colaridade.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1966. — *José Barbosa* — *Anísio Rocha*.

Nº 1

Inclua-se o seguinte:

"Art. — Do requerimento de registro de candidato para as eleições, deverá constar a prova de se achar o mesmo inscrito em partido político, ou organização com atribuições de partido político, pelo menos até trinta (30) dias antes.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, valerá tanto a inscrição feita perante a Comissão Diretora Nacional, como perante a Comissão Diretora Regional ou a Comissão Diretora Municipal, que manterão, nas respectivas sedes, livros de registros partidários abertos e rubricados pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelos Tribunais Regionais Eleitorais ou pelos Juizes Eleitorais.

§ 2º São dispensados da exigência da inscrição a que se refere este artigo os membros da Comissão Diretora Nacional, das Comissões Diretoras Regionais e das Comissões Diretoras Municipais das organizações com atribuições de partidos políticos a que se referem os Atos Complementares nº 4, de 10 de dezembro de 1955, e nº 7, de 31 de janeiro de 1966."

Em 29 de março de 1966. — Deputado *Martins Rodrigues*.

Nº 10

Inclua-se o seguinte:

"Art. — O prazo para a entrada em Cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo, nas eleições que se realizarem em 1966, terminará, improrrogavelmente, às dez (10) horas do 30º (trigésimo) dia anterior à data marcada para a realização das mesmas."

Brasília, em 30 de março de 1966. — Deputado *Carlos Murilo*.

Nº 11

1) Dê-se à letra "b" do art. 146 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, a seguinte redação:

"b) Escreva-se o nome, o prenome ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais."

2) Suprima-se o § 2º, do art. 175, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Justificação

A emenda visa suprimir o chamado "voto vinculada", pelo qual o eleitor é obrigado a votar em candidatos a deputado estadual e federal do mesmo partido, sob pena de nulidade.

Entendemos inconveniente este processo que em nada aperfeiçoa o regime democrático.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1966. — Deputado *Ivan Luz*. — Deputado *José Mandelli*. — Deputado *Benedito Vaz*. — Deputado *Braga Ramos*. — Deputado *Medeiros Netto*.

SENADO FEDERAL

ATA DA 28ª SESSÃO, EM 13 DE ABRIL DE 1966

4ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE — GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Menezes Pimentel

Manoel Vilaga
Domício Gondim
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Pérciles
Aloysio de Carvalho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Gouveia Vieira
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Bezerra Neto

Adolpho Franco

Attilio Fontana

Guido Mondim

Gay da Fonseca (28)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo numero legal, deixo aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede e leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 59-66 (nº de origem 133-66), de 6 do mês em curso — Restitui após anulação, dois dos autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 8-66, que transiama em fundação a atual Casa de Rui Barbosa e da outras providências.

OFÍCIOS

Ofício do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal (encaminhamento de cópias de acordão e atos proferidos em julgamento daquela Corte que declarou a inconstitucionalidade de lei estadual):

Nº 4-66 — P/MG, de 11 do mês em curso, relativamente à Lei nº 175, de 17-7-49, do Estado da Bahia (acórdão de 4-11-65, no Recurso Ordinário de Mandado de Segurança nº 14.369.)

Ofícios do Ministro Presidente do Tribunal de Contas, de 11 do mês em curso:

Nº 367 — Solicita a restituição do processo daquela Corte a que se refere o Decreto Legislativo nº 103-65;

Nº 369 — Encaminha cópia do parecer sobre as contas gerais da Prefeitura Brasileira S. A. (PERO-1965) referentes ao exercício de 1964.

REPOSTAS A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I — do Ministro da Agricultura — (Avisos de 1º do mês em curso):

Nº 30-AP-Br, com referência ao Requerimento nº 16-66, do Sr. Senador Mascarenhas Torres;

Nº 31-AP-Br, com referência ao Requerimento nº 28-66, do Sr. Senador Bezerra Neto;

Nº 43-AP-Br, com referências aos Requerimentos ns. 748, 766 e 752, de 1965;

II — do Ministro da Fazenda:

Aviso nº G3-88, de 6 do corrente, com referência ao Requerimento número 39-66, do Sr. Senador Bezerra Neto;

Aviso nº G3-89, de 6 do corrente, com referência ao Requerimento número 49-66, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

Aviso nº G3-90, de 6 do corrente, com referência ao Requerimento número 37-66, do Sr. Senador José Ermírio;

Aviso nº G3-93, de 11 do corrente, com referência ao Requerimento número 27-66, do Sr. Senador Bezerra Neto;

Aviso nº G3-94, de 11 do corrente, com referência ao Requerimento número 80-66, do Sr. Senador Gilberto Marinho.

OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à

revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 51, de 1965

(Nº 3.417-B/65, NA ORIGEM)

autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros) para atendimento dos despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros) para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — criado pelo Decreto número 56.322, de 21 de maio de 1965, de acordo com o Decreto Legislativo número 32, de 2º de maio de 1965, discriminado da forma seguinte:

- a) Estado-Maior das Forças Armadas — Cr\$ 20.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros);
 - b) Ministério da Marinha — Cr\$ 2.174.000.000 (dois bilhões cento e setenta e quatro milhões de cruzeiros);
 - c) Ministério da Guerra — Cr\$ 5.169.000.000 (cinco bilhões cento e oitenta e seis milhões de cruzeiros);
 - d) Ministério da Aeronáutica — Cr\$ 59.000.000 (cinco e cinquenta e três milhões de cruzeiros).
- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 52, de 1966

(Nº 3.193-B/66, NA ORIGEM)

Dispõe sobre a elevação da gratificação de professores primários civis postos à disposição de corpos de tropas cu de estabelecimentos militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica elevada a 60% (seis por cento) do soldo de Terceiro Sargento a gratificação mensal dos professores primários civis, postos à disposição dos corpos de tropas ou estabelecimentos militares de que trata o art. 3º da Lei nº 2.283, de 9 de agosto de 1954.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 53, de 1966

(Nº 3.501-B/66, NA ORIGEM)

Reajusta a pensão especial concedida a Calhete Barreto de Menezes, herdeira de Tobias Barreto de Menezes, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica elevada para o valor correspondente ao dobro do maior salário-mínimo vigente no País a pensão especial concedida, pelo Decreto nº 64, de 21 de julho de 1892 a Calhete Barreto de Menezes, filha e herdeira de Tobias Barreto de Menezes.

Art. 2º A pensão especial de que trata o artigo precedente será pessoal, intransferível e somente paga à beneficiária enquanto viver, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 54, de 1965

(Nº 3.502-B/66, NA ORIGEM)

Dispõe sobre a nomeação e designação de oficiais da Marinha e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As nomeações e designações de oficiais de todos os corpos e quadros da Marinha, para provimento de cargos ou funções, serão feitas conforme abaixo discriminado:

- I — Por Decreto:
 - a) cargo privativo de Oficial-Generai;
 - b) cargos ou funções em órgão subordinado à Presidência da República;
 - c) cargo ou função em comissão de caráter permanente no exterior;
 - d) oficiais de qualquer posto para representarem a Marinha em Comissões em outros Ministérios ou órgãos da Administração Pública quando assim determinado por dispositivo legal.
- II — Por Ato do Ministro da Marinha:
 - a) oficiais de qualquer posto para comissões transitórias no exterior;
 - b) oficiais de qualquer posto para constituírem Comissão ou Juntas especiais;
 - c) oficiais de qualquer posto para representarem a Marinha em Comissões em outros Ministérios ou órgãos da Administração Pública;
 - d) oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos para cargos de comando, direção e chefia;
 - e) oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos para funções em Estados-Maiores e Comandantes de Força ou em Gabinetes;
 - f) oficiais superiores para funções de Vice-Diretor ou equivalente quando a direção ou chefia do órgão ou estabelecimento for prevista para Oficial-Generai.

III — Por Ato do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha: oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos dos vários corpos e quadros com exceção do Corpo de Fuzileiros Navais para as funções não previstas nos itens I e II.

IV — Por Ato do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais: oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos do Corpo de Fuzileiros Navais, para as funções não previstas nos itens I e II.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

Projeto de Lei da Câmara Nº 55, de 1966

(Nº 3.503-B/66, NA ORIGEM)

Concede pensão especial às filhas solteiras do ex-escrivão de colônia José Antônio Pereira Magalhães.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 42.000 (quarenta e dois mil cruzeiros) mensais correspondente a 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo vigente no País,

a ser dividida em partes iguais entre Francisca Magalhães, Estefânia Magalhães e Luprecina Magalhães, filhas solteiras do ex-escrivão de colônia José Antônio Pereira Magalhães.

Parágrafo único. Reverterá em benefício das outras beneficiárias a parte que couber àquela que vier a falecer.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da respectiva dotação orçamentária destinada às pensões do Tesouro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 56, de 1966

(Nº 3.505-A/66, NA ORIGEM)

Da nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938) e das outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 263 e seus parágrafos, do Código da Justiça Militar, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 263 — Vinte e quatro horas depois de se verificar a ausência de alguma praça, o comandante da respectiva subunidade apresentará uma parte circunstanciada ao comandante do corpo ou chefia do estabelecimento, a qual dará lugar à designação, feita em boletim, de dois oficiais, para assistirem ao inventário dos objetos deixados e dos extraviados pelo ausente, e que será feito pelo comandante da subunidade, dele se lavrando um termo assinado pelo mesmo e pelas testemunhas.

§ 1º Quando a ausência se verificar em subunidade isolada ou em destacamento comandado por oficial ou por inferior, o inventário será feito pelo próprio comandante da subunidade ou do destacamento, que o assinará, com duas testemunhas idôneas, publicando-o em Boletim, no primeiro caso, e sendo remetido oportunamente ao comandante do corpo, no segundo caso.

§ 2º Apresentada a parte da ausência, começará a ser contado o prazo legal para a consumação do crime de deserção, a partir de zero hora do dia seguinte ao da constatação da ausência.

§ 3º No espaço de tempo compreendido entre a formalização de ausência e a consumação da deserção, o comandante da subunidade ou seu correspondente, em se tratando de estabelecimento militar, determinará, compulsoriamente, as necessárias diligências para a localização do ausente e seu retorno à sua unidade, mesmo sob prisão, se o exigirem as circunstâncias.

§ 4º Decorrido o prazo estabelecido em lei para se caracterizar o crime de deserção, sem que o ausente tenha represso à sua unidade ou estabelecimento, o comandante da subunidade apresentará ao comandante do corpo uma parte acusatória, na qual especificará as providências adotadas, em obediência ao parágrafo terceiro deste artigo.

§ 5º Recebida esta parte, o comandante ou chefe do estabelecimento fará lavrar o Termo de Deserção, onde se mencionará todas as circunstâncias de fato. Este termo será escrito pelo secretário do corpo ou por quem o substituir e será assinado pelo comandante e duas testemunhas.

§ 6º Assim comprovada a deserção, será o militar imediatamente excluído do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos os devidos assentamentos e publicando-se em boletim a parte de ausência, o inventário, a parte acusa-

força com as providências de recondução e o Termo de Deserção."

Art. 2º Aplicam-se às organizações da Força Aérea Brasileira, observadas suas peculiaridades, as prescrições determinadas no art. 263 e seus parágrafos.

Art. 3º O art. 266 do C. J.M. passa a ter a seguinte redação:

"Art. 266. Vinte e quatro horas depois de se verificar a ausência de qualquer militar da Marinha, a exceção de oficiais, o comandante do navio ou a autoridade, sob cujas ordens serviu, mandará proceder ao inventário dos objetos deixados e dos extraviados pelo ausente, designando um oficial que, com duas testemunhas idôneas, de preferência também oficiais, assista ao ato. Concomitantemente, ordenará as diligências e providências cabíveis, da que trata o § 3º do artigo 266 desta Lei.

§ 1º Decorridos os dias marcados em lei para consumir-se a deserção, será enviada ao comandante do navio ou à autoridade competente uma parte circunstanciada, que constará do processo, na qual se especificarão as providências adotadas, conforme o disposto no § 3º do art. 263.

§ 2º Constituirá grave comissão, quando não plenamente justificada, a inexistência desse documento nos autos.

§ 3º Recebida esta parte, o comandante ou autoridade competente fará lavrar o termo de Deserção, no qual se sancionarão as circunstâncias do fato, este termo será escrito pelo escrevente da Armada, que no ato for indicado, e será assinado pelo comandante e duas testemunhas.

§ 4º Assim comprovada a deserção, será imediatamente excluído o desertor do serviço ativo, fazendo-se nos livros respectivos os competentes assentamentos e publicando-se, em boletim ou detalhe de serviço, o Termo de Deserção."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições da Lei nº 4.517, de 2 de dezembro de 1964, e demais disposições em contrário.

As Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está finda a leitura do expediente.

Sobre a Mesa requerimento de informações, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 141, de 1966

Senhor Presidente.

O aeroporto da cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas, segundo informações que me foi prestada por habitante local, está impraticável há três meses. Há três meses a cidade está sem ligação direta com o resto do Estado, praticamente isolada, visto que a empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A., que opera na região, não estando utilizando, ali, aviões de pouso terrestre, também para lá não manda os de pouso aquático (Catalinas).

A cidade de Boca do Acre é ponto convergente dos interesses de vasta área do Amazonas e do Acre como centro de irradiação comercial para toda a bacia do Purus e do Rio Acre, nos dois Estados limítrofes. Mas atualmente, nem mesmo a correspondência comum ali chega, por falta de transporte.

Em face do exposto, requero a Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério da Aeronáutica, pelos seus órgãos competentes, as seguintes informações:

1º — por que razão a empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S. A., que é a concessionária da linha, na

impraticabilidade de aviões de pouso terrestre, não utiliza, para voos à cidade de Boca do Acre, aviões de pouso aquático, como fazia a F.F.A. do Brasil S. A.;

2º — há quanto tempo está constituído e liberado o aeroporto de Boca do Acre;

3º — por que razão não foi ainda aparelhado para operar permanentemente, isto é, tempo seco e tempo chuvoso, rio seco e rio cheio.

Brasília, 13 de abril de 1966. — Edmundo Leal.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos, apresentados na sessão anterior:

I — Do Sr. Senador Aarão Sternbrach:

Nº 137 e 138, ambos ao Ministro da Viação e Obras Públicas.

II — Do Sr. Senador José Errázuriz: Nº 139, ao Ministro da Fazenda;

III — Do Sr. Senador José Cândido:

Nº 140, ao Ministro da Viação e Obras Públicas. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Adolpho Franco.

O SR. ADOLPHO FRANCO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, dentro de poucos dias, as autoridades monetárias do País avaliarão os trabalhos de elaboração do esquema financeiro da safra cafeeira de 1966 — 1967, e assim é muito oportuno que se ventile nesta Casa a real situação do produto e as precárias condições de vida do médio e pequeno cafeicultor brasileiro. O café tem sido muito injuriado neste Brasil, o café tem pago por muitos erros, descalabros, desvios, tem enriquecido muito intermediário e aventureiro e até tem sido responsabilizado por algumas das revoluções brasileiras. Mas, os tempos evoluíram, os dias políticos se modificaram, a democracia vem tropeçando a nossa vida econômica e social passando por transformações profundas, e nós verificamos, com preocupação, que os nossos homens públicos, os nossos técnicos e tecnocratas econômicos e financeiros, continuam a olhar o café e o seu produtor com a mesma desconfiança e severidade, a mesma antipatia e até, porque não dizer, responsabilizando o café e o cafeicultor como os fatores dos grandes males da vida brasileira.

A todo o momento que temos o privilégio, constatamos que Fundações, Escolas, Institutos, Departamentos e conferências convocados para o estudo, discussão e solução dos problemas nacionais, costumam olhar os cafeicultores, essecando e impondo à cafeicultura o ônus de pagar e arcar com as causas e os males da inflação brasileira.

Como se produzir fosse um crime neste País, como se oferecesse uma balança comercial do Brasil que tivesse dano de lesa-matéria. Ainda recentemente, tive notícia, na edição do "Jornal do Brasil" de 5 do corrente, de que a Fundação Getúlio Vargas, órgão respeitável nos conceitos que emite e pela autoridade dos homens de estudo que a compõem, entende:

"... que a colheita do café do corrente ano, embora signifique substancial aumento do produto aeroperuário, em termos de problemas globais, não traduz perspectivas animadoras, pois apenas

agrava as dificuldades que o País vem enfrentando, há alguns anos, com a crise da superprodução brasileira."

E lamentável o entendimento. Custa a crer que provenha de tão alto centro de estudos e pesquisas essa opinião, que tem servido para disorçar o assunto e os problemas, mal entendendo a economia que há anos vem atravessando a administração pública deste País; custa a crer que opiniões como essas contribuam, mais e mais, para aumentar a espoliação que se faz e se faz contra numerosa e operosa classe ruralista nacional.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ADOLPHO FRANCO — Com todo prazer.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. cita, dá ênfase e lamentação à circunstância de haver a Fundação Getúlio Vargas colocado a superprodução cafeeira em termos de inflação. Na opinião de V. Exa., na opinião da Fundação Getúlio Vargas, o café tem sido instrumento de inflação. Naturalmente a Fundação Getúlio Vargas, para assim concluir, teve em vista a progressiva captação do café que o Governo não jogou no mercado interno porque provocaria a saturação, e não jogou no mercado externo por causa do acordo-outra. Mas quer-me parecer que V. Exa., data reuza, não está interpretando bem o ponto-de-vista da Fundação Getúlio Vargas. Na verdade, aqueles técnicos assim concluíram por entenderem que, havendo milhões e milhões de sacas de café estocadas, sem nenhuma possibilidade de comercialização, se comercialização houvesse causaríamos grandes perdas em dinheiro e, por via de consequência, poderíamos retirar quantidade correspondente do papel moeda que estimula a inflação. E assim entendendo, é assim que interpreto a opinião da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Recebo com honra e com prazer o aparte de V. Exa. No decorrer de meu pequeno discurso acredito que dei a V. Exa. a explicação de que não se pode incriminar, condenar ou espolar o produtor pela superprodução. Ele não pode ser condenado por esse erro ou por este crime contra a economia nacional.

Afirmo a V. Exa. que toda a superprodução do café tem sido paga neste País pelo próprio cafeicultor.

(Retornando a leitura)

Para um produto que sofre a incapacidade de vender dos homens que têm dirigido a economia cafeeira, que sofre os maiores gravames da história econômica e financeira da América e que, mesmo assim, oferece ao erário nacional mais da metade da sua receita cambial, é preciso que em sua defesa se diga e se proclame que ele não merece esse tratamento, esse desprezo e essa preocupação, mas, sim, ele necessita e de mais inteligência, humanidade, amparo e sustento frente à espoliação de que é vítima ano após ano, dia a dia.

Se exportamos 13 milhões de sacas e embarcamos pouco e mal, é preciso ressaltar que essa atividade exportadora oferece aos países do exterior a receita correspondente de 750 milhões de dólares, que comparem em valores à razão de 2.000 cruzeiros por dólar, dá uma receita de 1.500 bilhões de cruzeiros. Não é muito, mas os que me dizem, agora os ministros diretos e indiretos, oferta os impostos devidos pelas atividades correlatas e dependentes do café, o seu produtor sofre no ato da venda o denominado confisco cambial ou quota de contribuição, em dólares, de mais de cinquenta por cento do valor da mercadoria vendida e exportada.

Não conhecemos produto e produtor que possam tolerar tão grande espoliação, não há produtor que resista a tão fantástica extorsão.

Mas, alegam os dirigentes e os orientadores da economia cafeeira de que essa quota de contribuição, que não é quota, porque é mais de metade do valor da mercadoria, destina-se a compra dos excedentes, a reserva do remanescente, a construção de armazéns, ao pagamento de armazéns e a manutenção do órgão dispensoso que é o I.B.C.

No entanto se é assim, e nenhuma Governo até hoje deu de público o orçamento e o destino da quota de contribuição, o café e o seu produtor não são aqueles algozes da vida brasileira, como o pintam os seus inimigos e os técnicos das fundações, porque a sua defesa, o seu excesso de produção é mantida e é paga pelo próprio cafeicultor, pela lavoura do café sofrida e desamparada. Em resumo, o café vale o seu preço internacional 110 mil cruzeiros a saca e o Governo paga ao produtor apenas 53 mil cruzeiros.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ADOLPHO FRANCO — Com todo prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, o problema do café, realmente, preocupa a todos nós. V. Exa. cita a questão do preço e da superprodução. Mas, se compararmos com os preços de outros produtos — inclusive de alguns existentes em larga escala no Estado que V. Exa. tão bem representa nesta Casa — veremos que o café ainda é o produto que oferece mais vantagem.

A tendência do lavrador, em consequência dos preços inferiores para gêneros alimentícios produzidos, principalmente, na região de onde se cultiva o café, é de modo a fazer com que o lavrador, em lugar de produzir o arroz, o feijão, a batata, a cana, se dedique mais à cafeicultura porque, apesar de tudo, o café recompensa melhor a atividade do lavrador. Isso nos foi dito na região produtora, inclusive por um ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café, a quem fiz a seguinte observação: — "Está o senhor a par de que no Paraná se está plantando muito?"

O SR. ADOLPHO FRANCO — Não se planta mais café no Paraná.

O Sr. Atílio Fontana — Respondu-me ele: "Sim. Eu também estou plantando, porque é a lavoura que está dando maior resultado."

O SR. ADOLPHO FRANCO — Mas a lavoura que mais interessa, que é a lavoura do médio e do pequeno produtor, está desaparecendo no Paraná.

O Sr. Atílio Fontana — Não quero duvidar da afirmação de V. Exa.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Posso atestar a V. Exa.

O Sr. Atílio Fontana — Parece-me que no Estado de V. Exa. o café continua a ser de preferência do lavrador.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Mas sim, é evidente. É a lavoura que é a melhor amparo do governo. Posso assegurar a V. Exa. que os produtos agrícolas, os produtos da lavoura de subsistência têm melhor preço no Paraná.

O Sr. Atílio Fontana — Não é a preferência, pelo menos, que constatamos no lado dos produtores. O fato, nobre Senador, é que há superprodução apesar de o preço não compensar. Temos muito mais café do que feijão e arroz.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Lembra a V. Exa. que não estou negando a superprodução. Estou querendo

demonstrar que essa superprodução não sido paga pelo próprio cafeicultor, de quem o Governo retém, hoje, três terços do preço da mercadoria para a defesa do produto.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. mais um aparte. Entendo que a Nação se pode comparar a uma família ampliada. Dentro desse esquema, há setores que dão melhor resultado e outros mais sacrificados. Nestas condições, não se pode produzir em demasia os produtos que estão dando melhor resultado porque se precisa produzir outros, também, para alimentação. Aquêles que produzem, por exemplo, os gêneros alimentícios no País é que sofrem porque o Governo não lhes permite aumentar o preço. Ainda ontem, ouvimos um dos nobres Senadores falar sobre preço mínimo fixado para o arroz que é um preço inferior ao custo de produção. Naturalmente, os rizicultores é que são, realmente, mais sacrificados e não propriamente os cafeicultores. Sou a favor da defesa do interesse dos cafeicultores, mas dentro de uma política que não seja de superprodução para que não estejamos esgotando o humus das nossas terras, a fertilidade do nosso solo, para produzir algo que não temos a quem vender e que precisamos eliminar. Como V. Exa. sabe, no próprio Estado do Paraná existe grande quantidade de café impréstevel, que precisa ser eliminado para deixar espaço nos armazéns, a fim de serem recolhidos os excedentes da nossa safra. É muito fácil se conseguir isso. Precisamos reconhecer, também, que o preço alto do café para exportação, que V. Exa. citou há pouco, é uma medida certa que o Governo está adotando, em vez de entrar numa concorrência ruinosa com outros países produtores de café. O Acordo Internacional do Café, que felizmente está funcionando, dá margem a que o Brasil possa exportar o seu café por preço compensador, pois, como disse V. Exa., é a maior fonte de divisas que o Brasil tem. De sorte que, apesar do café ser assunto muito debatido, continuamos com a superprodução. Esse é um dos grandes males.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Agradeço o aparte de V. Exa. Quero apenas frisar que não estou condenando a política de cotas de manutenção do preço externo do café. É minha intenção, neste discurso, alertar o Governo para a necessidade de melhorar as condições do pequeno produtor, que está sendo espoliado, entregando ao Governo mais de dois terços do seu produto.

O Sr. Eurico Rezende — Quer V. Exa. me honrar com um aparte? (Assentimento do orador) V. Exa., obviamente, reconhece várias verdades. Primeiro, temos a produção anual, citada em trinta e seis milhões de sacas de café.

O SR. ADOLPHO FRANCO — É um número exagerado, pois este ano, por exemplo, a estimativa é de vinte e seis milhões de sacas.

O Sr. Eurico Rezende — Mas as estatísticas falam em trinta e cinco milhões e seis milhões de sacas.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Quanto ao ano passado, alegam que a produção foi essa.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. reconhece, também, que a cota de exportação concedida para o Brasil é de dez milhões de sacas. Chega aí, então, a uma conclusão.

O SR. ADOLPHO FRANCO — De dez milhões, porque nossa produção exportável no ano passado sofreu um impacto.

O Sr. Eurico Rezende — Mas houve uma política que deve assegurar

País setecento se cinqüenta milhões de dólares.

Vê V. Exa., então, que o Governo é obrigado a conservar nos armazéns do I.B.C. e numa estocagem perene e progressiva, a diferença.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Eu não discuto esse fato!

O Sr. Eurico Rezende — Sim, mas V. Exa. deve discuti-lo, porque faz referência a despesas do lavrador, do produtor, e não quer referir-se à caudalosa, esmagadora, gigantesca despesa que o Governo Federal faz para manter esse equilíbrio.

O SR. ADOLPHO FRANCO — De cinco anos para cá, eu requeri, por mais de três vezes, nesta Casa, e não consegui positivamente uma informação de quanto foi despendido por conta da cota de contribuição. Não consegui obter a demonstração da conta dos ágios, dos antigos ágios, que hoje são denominados confisco cambial, e a cota de contribuição.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. val-me permitir concluir o aparte: o problema é realmente muito sério.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Acredito.

O Sr. Eurico Rezende — É sério para o produtor, embora ele, hoje, tenha absolutamente assegurada a aquisição de toda a sua safra...

O SR. ADOLPHO FRANCO — Perfeito.

O Sr. Eurico Rezende — ... o que ocorre como os produtores de arroz de milho e de outros gêneros. V. Exa. esquece que o lavrador brasileiro prefere plantar o café nos termos que desejar e colhê-lo na quantidade que desejar e puder, porque o I.B.C. compra e compra.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Mas com que recurso?

O Sr. Eurico Rezende — Naturalmente, V. Exa. não vai querer que o Governo tenha uma atitude unilateral, ou melhor, que se faça um contrato bilateral: o lavrador tem o prêmio e o governo o castigo. Tem que haver uma reciprocidade, um equilíbrio de relações.

O lavrador tem garantias absolutas de que não perderá, em matéria de comercialização, um grão sequer do seu café, o que não ocorre com outros lavradores ou lavoureiros.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Vou demonstrar a V. Exa. que perde.

O Sr. Eurico Rezende — Permite concluir. A presença de V. Exa. não é muito constante, de modo que, quando nos honra com o seu comparecimento há este verdadeiro mosquito sentimental, que se estabelece em torno de V. Exa. (Risos) ...

O SR. ADOLPHO FRANCO — Não sou dos mais falosos!

O Sr. Eurico Rezende — O grande problema é alargarmos nossas exportações. O método, obviamente, é exportar tudo que produzimos. Temos o convênio que nos dá a gorta dos 18 milhões de sacas. Mas o problema é de ordem tributária. Temos dois mercados: os Estados Unidos e a Europa. Na Europa, o mercado de grande densidade e atrativo é a Alemanha. Mas lá há muita facilidade para entrada de café verde, a que se dá uma tarifa de 5 cents por libra. Mas, no mercado interno alemão a taxa de contribuição, vai a 55 cents-libra. Inevitavelmente, há retração no consumo pelo encarecimento do café, resultando diminuição de demanda. Nos Estados Unidos, segundo demonstram as estatísticas, tem havido uma queda de dez por cento no consumo e, na Alemanha, essa queda é muito maior porque a taxa interna é assustadora, é violenta e, por via de consequência, diminui o consumo do

café. Dever-se-ia firmar um convênio, não só de tarifas mas, principalmente, a respeito de taxação interna de modo a que o produto, internamente, não fique muito gravado, facilitando-se, assim, maior consumo de mercadoria. Respeito a opinião de V. Exa. porque traz para esta Casa as emoções do Paraná...

O SR. ADOLPHO FRANCO — Acredito que traga, também as emoções do Espírito Santo.

O Sr. Eurico Rezende — ... um dos maiores produtores de café. Há algum sacrifício para o cafeicultor, mas esse sacrifício é menor do que o imposto a outros lavoureiros e a outros tipos de produtos.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Agradeço o aparte do meu nobre amigo e colega sempre presente nesta Casa, o Sr. Senador Eurico Rezende.

Quero dizer que houve, evidentemente, de parte de V. Exa., uma distorção, um desvio do sentido do meu discurso. Não estou discutindo os problemas de exportação de café, tão ligado, hoje em dia, ao comércio internacional por meio de acordos e convênios entre os países produtores.

Estou discutindo apenas o tratamento que vem recebendo o produtor de café que entregando ao Governo mercadoria exportada na base de Cr\$ 110.000, recebe por essa mercadoria Cr\$ 35.000 no ato da exportação.

O Sr. Eurico Rezende — Exatamente para cobrir a despesa que o Governo tem e também para obter divisas para o País.

O SR. ADOLPHO FRANCO — O problema de divisas e outro, nada tem que ver com este assunto. A receita cambial é infocável. Feita a conversão da receita cambial em cruzeiros, o Governo retém mais de dois terços, entregando ao produtor apenas um terço, aproximadamente.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. u maparte?

O SR. ADOLPHO FRANCO — V. Exa. um parecer?

O Sr. José Ermirio — Desde o Convênio de Taubaté o Governo tem tido lucro com o café.

O Sr. Adolpho Franco — Perfeito. Agradeço a intervenção de Vossa Excelência Sr. Presidente, vou continuar.

(Retomando a leitura)

Há, fora de dúvida, uma distorção e erro de exame, no espaço e no tempo, dos problemas cafeeiros do Brasil. Há, fora de dúvida, desconhecimento das condições e do meio em que o café é produzido.

Os críticos do café, os conselheiros das Escolas e Fundações ainda pensam que a produção brasileira se deve aos antigos Reis do café, às grandes propriedades rurais onde imperava o fausto, a grandeza e a nobreza, julgam que os produtores são ricos e que gastam os frutos das suas colheitas na vida noturna parisiense.

Não é não. A cultura do café a lavoura cafeeira também sofreram o impacto da democratização e da socialização, no seu elevado sentido. Em São Paulo e principalmente no meu Estado, o Paraná, a divisão e melhor distribuição da terra se impôs por uma inevitável tendência sócio-política e econômica, e eu posso assegurar-lhes com dados recentes que tenho do meu Estado que na zona cafeeira existem mais de 150.000 propriedades rurais... — e V. Exa., nobre Senador Atilio Fontana, profundo conhecedor da região, pode atestar a existência de

mais de 150.000 propriedades rurais... oferecendo trabalho a milhares de pessoas. Alcançam as propriedades em média cinco alqueires paulistas, possuindo, cada uma, também em média, três mil cafeeiros.

Assim não é exagero dizer que quem cultiva o café no Paraná quem o trabalha e sofre as agruras do seu destino, é o homem do pé de chão, é o homem do campo de palha, o homem pobre e não mais o plutocrata da vida brasileira.

É triste o constatamento das condições de vida dessa gente, a luta insana para a manutenção de suas famílias. O quadro admitiria um longo exame e uma exposição detalhada da vida dessa comunidade humana que assustaria aos homens de boa vontade, não desmerecendo em nada o sofrimento e as privações da gente gente denodada do nordeste brasileiro.

Mas, o nosso objetivo é outro. Queremos desta tribuna trazer o nosso apelo às autoridades monetárias, sentido de um exame profundo e humano das causas e dos seus problemas.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ADOLPHO FRANCO — Pois não.

O Sr. Atilio Fontana — Tem Vossa Excelência, realmente, razão em dizer que o Governo precisa cuidar, assistir e amparar os nossos bravos patriotas, pequenos proprietários que existem no Estado do Paraná, principalmente. Ainda há pouco, visitando o interior do oeste paranaense, constatei que as glebas de terra são apenas pequenas propriedades de milhares, que cultivam a terra. Essas regiões, como a do município de Toledo e a do distrito de Assis Chateaubriand, na margem direita do rio Piquiri, uma das lavouras preferidas é a do café.

O SR. ADOLPHO FRANCO — O homem que deseja se fixar na terra procura a perenidade, a cultura perene, é evidente.

O Sr. Atilio Fontana — Ainda mais, aquela região é sujeita à geada. Mas entendemos que a política interna do café deve ser conduzida de maneira a estimular de cafés de melhor qualidade a produção de cafés finos para podermos enfrentar, com vantagem, a concorrência na exportação.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Afirmando a V. Exa. que a questão da qualidade está superada. Tem-se em conta agora a qualidade da bebida, o seu paladar. O próprio I.B.C., desde o ano passado, não mais exige o café fino, apenas o tipo limpo, padrão. Abandonou-se completamente a política dos cafés finos, suaves.

O Sr. Atilio Fontana — Tivemos oportunidade de, no interior dos Estados Unidos, entrar em contato com torrefadores de café que nos fizeram sentir que o café do Brasil não é tão bem tratado. Poderia ter melhor acolhida se fosse tratado como, por exemplo, o está sendo na Colômbia e em outros Países da América Latina.

O SR. ADOLPHO FRANCO — O café, tipo robusta, o africano é o que mais se vende no mundo e é de qualidade bem inferior ao nosso.

O Sr. Atilio Fontana — Não há dúvida. O africano realmente é inferior ao nosso. Há muitos anos venho acompanhando a política do café no Brasil. Sempre se reclama melhor preço para o produto, mas o que se verifica é uma superprodução de café, quando não há vendas.

O SR. ADOLPHO FRANCO — Retorno a V. Exa. quanto custou

para o Governo essa superprodução?

O Sr. Atilio Fontana — Bom, essa é uma questão que podemos situar em termos de família: um membro da família trabalha não só no setor e outro em setor diverso; o primeiro, porém, vai para uma bolsa comum e esta é que tem de enfrentar todas as despesas. O Brasil tem no café a sua principal fonte de divisas e de rendas.

O SR. ADOLFO FRANCO — Se o Governo não tivesse o argumento de ter de comprar os excedentes, não poderia fazer o confisco da quota de contribuição. Seria uma espoliação do produtor.

O Sr. Atilio Fontana — Se o Governo não fizesse isso, todo mundo iria plantar café. Não haveria melhor negócio do que esse.

O SR. ADOLFO FRANCO — Se o Governo tivesse capacidade de exportar e vender.

O Sr. Atilio Fontana — Os Estados Unidos estão diminuindo o consumo per capita. Tenho o relatório da FAO em Roma. Observei isto quando estava lá.

O SR. ADOLFO FRANCO — Houve uma incidência mínima no ano passado.

O Sr. Atilio Fontana — Há diminuição. Não há aumento de consumo.

O SR. ADOLFO FRANCO — Há diminuição de nossa exportação em favor de outros países.

O Sr. Atilio Fontana — Não há dúvida. Há esse problema. Os produtores de pequenos países, se comparados com o nosso, fazem um esforço titânico junto à Comissão Internacional do Café e conseguem, como conseguiram há pouco, esse aumento do café. O Brasil não levou nenhuma parcela, quem levou foram os pequenos produtores; nós ficamos com a mesma quota. Houve aumento de quotas no mercado internacional, como os jornais publicaram — V. Exa. deve saber — e verificou-se que o Brasil não recebeu qualquer parcela desse aumento de quotas, que foram distribuídas com outros países produtores do mundo.

O SR. ADOLFO FRANCO — Agradeço a V. Exa. o aparte e vou concluir. Repito, nosso objetivo é, desta tribuna, apelar às autoridades monetárias, no sentido de um exame profundo e humano das causas e dos seus problemas para que elas ofereçam aos cafeicultores brasileiros, um esquema cafeeiro que minimize as agruras e as dificuldades daquela gente, que não insistam em medidas injustas que impõem sacrifícios e espoliação.

Quando o Governo fixa o dólar oficial em Cr\$ 2.200, afiora a sangria de confisco cambial, ele paga ao cafeicultor o dólar na base de Cr\$ 1.800! Quero lembrar aos responsáveis pela Federação Brasileira, que o café faz de São Paulo a primeira unidade federativa do Brasil; o café, em vinte anos, deu ao Paraná a quinta posição no quadro social, político e econômico da Nação. Mas, se continuarmos na mesma trilha, se continuarmos dando ao produtor o mesmo tratamento, o futuro nos colocará todos na mesma fase de retrocesso e o afogamento, no nivelamento de todos no quadro da miséria e do subdesenvolvimento. E aí, pobre e infeliz dos destinos da terra e do homem brasileiro. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Estado

de Santa Catarina, essencialmente agrícola e pastoril, vem sofrendo grandes dificuldades com a falta de estradas para a circulação de sua riqueza. Como é do conhecimento público, aquele Estado não produz café, considerado produto sacrificado, mas permite ao Governo construir pelo menos estradas para o escoamento das grandes safras; é unidade que produz arroz, farinha de mandioca, trigo, feijão e outros gêneros alimentícios. Tem, principalmente, grande rebanho de suínos.

Contudo, Sr. Presidente, há longo tempo Santa Catarina está sendo relegada a plano inferior com referência às estradas, às BRs do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

A este respeito, Sr. Presidente, acabo de receber um telegrama assinado pelos Presidentes das Federações das Indústrias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e pelos Presidentes da Associação Comercial de Florianópolis e da Associação Catarinense dos Municípios, o qual passo a ler, para conhecimento da Casa e para que conste dos Anais e na esperança, também, de que o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas volte as suas vistas para Santa Catarina, principalmente quanto à questão das estradas por ele mencionadas. É o seguinte o telegrama.

Senador Atilio Fontana

Senado — Brasília.

As Federações Industriais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a Associação Catarinense dos Municípios e a Associação Comercial de Florianópolis, reunidas nesta Capital, com apoio dos irmãos do Paraná e de São Paulo e de diversas outras entidades representativas de classe empresarial, têm a honra de transmitir a Vossência sua decisão de promoverem um Congresso de prefeitos com a participação de cerca de duas centenas de municípios dependentes da BR-101, visando sejam criadas condições para término, em curto prazo das obras da referida rodovia, indispensável à efetiva integração econômica do Brasil meridional e restantes países das Nações do Prata. Com custo estimado de 80 bilhões de cruzeiros, o trecho Porto Alegre—Curitiba, uma vez concluído, proporcionará economia de mais de 90 bilhões de cruzeiros anuais. Citado Congresso será realizado em Porto Alegre nos dias 3 e 7 do próximo mês de maio. Esse autêntico movimento, é resultante de legítima aspiração da população de nossa região. Comissão organizadora do referido Congresso oportunamente levará à Sua Excelência o Sr. Presidente da República os atos da inauguração. Respeitosas Sds. Guilherme Renaux Pres. Fed. Ind. Santa Catarina, Plínio Krouff Pres. Fed. Ind. Rio Grande do Sul, Gal. Vieira da Rosa Pres. Associação Catarinense dos Municípios, Dietrich Von Wangenheim Pres. Associação Comer. Florianópolis.

Sr. Presidente, talvez haja um pouco de exagero quando se diz que em um ano, apenas, teremos uma economia de 90 bilhões de cruzeiros. Mas a verdade é que essa estrada é vital para Santa Catarina. Foi iniciada há mais de 15 anos passados e até hoje não concluídas. Com as chuvas torrenciais que ultimamente têm caído naquela região do Estado, a circulação das riquezas está praticamente em condições precaríssimas; o transporte custa muito mais, por causa do desgaste muito grande dos veículos, tendo em vista a deficiência de estradas.

Assim é que levamos a iniciativa que está sendo tomada no Rio Grande do Sul em Santa Catarina e no Pa-

ranas, com referência à BR-101. Esperamos que — segundo declara o telegrama — o Sr. Presidente da República leve em conta o resultado desse Congresso que se realizará a 6 e 7 de maio em Porto Alegre, e que o Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas possa, então, tomar em consideração aquele trecho de estrada tão necessário. Do contrário, poderá repetir-se o que se constatou ainda há pouco: interrompida a BR-2 pelo desabamento da ponte sobre o Rio Pelotas, no Passo do Socorro, o Rio Grande do Sul ficou completamente ilhado do resto do Brasil.

Se a BR-101 for concluída num prazo curto, poderá contribuir para escoamento dos produtos, porque ligará Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e esta, através da BR-2, a São Paulo e ao restante do País.

Esperamos, pois, que esse movimento seja coroado de pleno êxito e que o Governo o tome em consideração para a conclusão desta importante obra, no menor espaço de tempo.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa.)

S. Ex.^a também não está presente. Com a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

S. Ex.^a não se encontra no recinto. Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Acordo de Cooperação nos Usos Cíveis da Energia Atômica, firmado em Washington, em 8 de julho de 1965, entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, e agora submetido a esta Casa do Congresso Nacional, não corresponde aos interesses nacionais e está longe de poder ser indicado como um padrão do que devem ser os convênios entre duas nações soberanas. Estou convencido, por isso, de que não merece obter a ratificação do Senado. Em qualquer hipótese, será o meu voto radicalmente contrário à sua aprovação.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, é necessário assinalar a circunstância — manifestada, ao fazê-lo nossa mais profunda estranheza — de não terem sido consultados, na órbita do Poder Executivo, os órgãos diretamente responsáveis pela execução de nossa política atômica e, mais do que isso, pela segurança nacional. Infringem-se, desse modo, normas básicas que até aqui vinham sendo obedecidas invariavelmente no encaminhamento e solução de assuntos dessa natureza. Viola-se inclusive, e abertamente, a legislação que regula a matéria, uma vez que a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, determina que em face de acordos semelhantes se pronuncie o plenário da Comissão Nacional de Energia Nuclear — exigência que entretanto, deixou de ser atendida, levando até mesmo a que deflagrasse séria crise nesse órgão, com o afastamento de vários de seus mais eminentes membros.

Da mesma maneira, não opinaram o Estado Maior das Forças Armadas e o Conselho de Segurança Nacional, órgãos aos quais está diretamente ateta a segurança nacional. No caso do Estado Maior das Forças Armadas, convém lembrar que, já em 1955 reclamava, em parecer dirigido ao Presidente da República, a necessidade de serem previamente submetidos à sua apreciação quaisquer "acórdos, ajustes, convênios, tratados ou programas de ajuda mútua, para quais-

quer fins, no campo da energia atômica".

Era uma providência que o Estado Maior das Forças Armadas reclamava ainda em 1956. Extranhamente, ainda desta feita, não foi ouvido.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. um aparte?

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a sabe — a Nação inteira sabe — que este Acórdo ainda não está sacramentado, ainda não está em regime de execução e de eficácia. A matéria se encontra tramitando no Congresso Nacional e nada impede, Sr. Senador, que o Congresso Nacional — pela Câmara ou por esta Casa — baixe a matéria em diligência para o efeito de serem ouvidos aqueles órgãos. Então chega-se à conclusão de que V. Ex.^a está muito pessimista. Se o Acórdo estivesse plenamente em vigor é que a crítica pela omissão havida, e agora formulada por V. Ex.^a, seria válida; mas a matéria não teve o seu desate final e até lá podem ser ouvidos esses órgãos. E V. Ex.^a, que é um dos Senadores mais assíduos e mais vigilantes desta Casa, bem que poderia tomar essa iniciativa, antes de criticar o Governo, que absolutamente não está suprimindo nenhuma oportunidade para o exame amplo da proposição por parte do Congresso Nacional.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Devo dizer que quando V. Ex.^a o autor da idéia no sentido de que haja diligência, deve tomar essa iniciativa quando a proposição vier a plenário.

Devo adiantar também a V. Ex.^a que a proposição já mereceu acolhida favorável da Câmara dos Deputados. Embora tivesse havido obstrução maciça por diversos dias, por parte de elemento da Oposição, essa matéria já está nas Comissões Técnicas desta Casa.

Estou apenas adiantando um ponto de vista contrariando a decisão da Câmara dos Deputados.

Aceito a sugestão de V. Exa. de ouvir os órgãos competentes — no caso a Estado Maior das Forças Armadas, o Conselho de Segurança Nacional e a própria Comissão de Energia Nuclear — que não foram ouvidos e que, no caso, deveriam ter sido consultados antes da proposição enviada, porque o Acórdo foi enviado.

O Sr. Eurico Rezende — Ad referendum do Congresso Nacional, nos termos da Constituição.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas o Governo deveria, antes de firmar o Acórdo, ter ouvido esses organismos — a Comissão de Energia Nuclear, o Estado Maior das Forças Armadas e o Conselho de Segurança Nacional. O Governo envia ad referendum o Acórdo e não ouve previamente os órgãos incumbidos de opinar. V. Exa. deve ouvir, data venia, que nossa crítica é perfeitamente justificável.

E quanto à iniciativa de se pedir diligência, quando o projeto vier a Plenário, eu me permitiria pedir a V. Exa., como um dos membros da ARENA e líderes do Governo, que solicitasse essa diligência.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — A Câmara dos Deputados não baixou o Projeto de Decreto Legislativo em diligência. A presunção é de que julgou desnecessária aquela providência. Lá já se manifestou, portanto, a Bancada do Governo.

De V. Exa. quem reclama, deve ser a iniciativa, e não aconselhar-me a fazer.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. foi quem sugeriu, dizendo-me que eu me precipitava na análise do problema.

O Sr. Eurico Rezende — Não! Eu dirigia a inquietação de V. Exa. que tanto critica o Governo, em inglês como em português!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. o defende nas duas línguas!

O Sr. Eurico Rezende — Não! Quando-o em português, Excelência. Não tem castiço como o de V. Exa. as em português bem claro e bem enco.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — O faz em inglês também, Excelência!

O Sr. Eurico Rezende — Inglês, não! V. Exa. pode retirar, fazer de tudo o seu espírito esse reflexo de todos aqueles que lutam pelo desenvolvimento deste País, todos os que querem liquidar as últimas usinas de comunicação do Brasil estão atrevidos a interesses americanos! Esse um realismo desmoralizado, já caído em caos pelo chão. Mantemos com Estados Unidos as melhores relações, a melhor intervenção, porque está o arsenal da liberdade.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — O tema foi sugerido por V. Exa. quando disse que eu criticava o Governo em inglês e em português.

O Sr. Eurico Rezende — Por isso somos os nossos interesses conjuntos em bons termos com a cooperação americana, e queremos estimular, cada vez mais, tais relações, sem sacrifício de nossa soberania.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — O nosso ponto de vista coincide em gênero, número e grau com a aspiração de V. Exa. Devemos conjugar os nossos esforços com os dos americanos, sem que se afete a nossa soberania.

(Lendo) — Já em relação a audiência do Conselho de Segurança Nacional, há particularidades que tornam mais delicada a questão. Como foi revelado na Câmara dos Deputados, acha-se ainda na dependência de apreciação do SN um Acordo assinado em 1957, cujas linhas principais se identificam exatamente com as do ajuste do 1965.

O parecer do Conselho de Segurança ao primeiro Acordo foi requerido, a Câmara, em abril do ano passado, e está na dependência do parecer desse Conselho. Mas já agora, o de 1965 ainda não foi sequer apresentado a esse órgão!

Insolentemente, dois meses depois, em que aquele órgão se tivesse pronunciado, o então Embaixador Juracy Magalhães, em nome do Governo brasileiro, firma em Washington um novo convênio, reproduzindo quase o anterior, e no entanto subtraído ao exame do Conselho de Segurança Nacional e do EMFA, bem como ao pronunciamento do plenário da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Em razão desse fato, como disse anteriormente, a Comissão entrou em crise. E, segundo estou informado, alguns dos seus membros se demitiram em consequência dessa crise!

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. permite um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não. Com toda satisfação.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. faz referência aí a um acordo semelhante, ou da mesma natureza, ou parecido, que teria sido firmado em 1957 e sem audiência prévia dos or-

gãos mencionados no discurso de V. Exa. Pergunto, então — já que aquela ocasião era o nobre Senador, ao que me parece, Deputado Federal — se da época V. Exa., também, as suas críticas aquelas omissões do Governo que V. Exa. defende?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Parece que V. Exa. não está acompanhando o discurso que estamos proferindo nesta Casa. A Câmara dos Deputados, naquela oportunidade, abriu processo em diligência para ser ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

O Sr. Eurico Rezende — Minha pergunta é outra, Sr. Senador: baixou aquele processo em diligência em virtude de críticas formuladas por V. Exa., ou se operou omissão de V. Exa. no caso?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Tenho a impressão de que não preciso estar prestando contas de minhas atividades a V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — Preste-as aos demais colegas, então, Sr. Senador.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. me merece todo apreço e consideração. Sugiro que V. Exa. pague as edições do Diário do Congresso, no período em que fui Deputado Federal, e leia os meus discursos, pois, certamente, encontrará alguns criticando o Acordo firmado anteriormente.

O Sr. Eurico Rezende — Poupe-me o prazer de ler os discursos proferidos por V. Exa., e cite as oportunidades em que se fizeram ouvir críticas de V. Exa.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. ouviu bem minhas palavras; encontrará todos os meus pronunciamentos no Diário do Congresso. E não desejaria V. Exa. que eu traga a Plenário todos os Diários do Congresso, do período de 1950 a 1952, para exibir a V. Exa. os meus discursos. Aliás, muito me honra o apreço e a consideração demonstradas por V. Exa. com relação às minhas orações.

O Sr. Eurico Rezende — Acredito que V. Exa., naquela ocasião, não tenha feito críticas, porque, quando Deputado Federal, se especializou, parece até que com exclusividade, em Consolidação das Leis do Trabalho. Não interessavam a V. Exa. os acordos atômicos. Só agora é que V. Exa., passado os Governos que defendeu, entende de endereçar ao Governo atual as suas acusações, as suas reservas, e suas críticas.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não defendi Governo anterior nenhum. V. Exa. sabe melhor do que eu. Sai do Partido Trabalhista Brasileiro e fundei o Movimento Trabalhista Renovador. V. Exa., sim, parece que gosta de apoiar quase todos os Governos.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. está muito enganado!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. apoiava o Sr. Carlos Lacerda, quando este era Governador da Guanabara.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. está muito enganado!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não se podia fazer nenhuma crítica ao Sr. Carlos Lacerda. V. Exa. era o primeiro a se levantar e a colocar, no alto, a figura do Sr. Carlos Lacerda. Hoje, não ouço uma palavra sequer de V. Exa. a respeito do Senhor Carlos Lacerda.

O Sr. Eurico Rezende — O Senhor Carlos Lacerda não é mais pessoa jurídica. É pessoa física.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. defendeu o Governo do Se-

nhor Jânio Quadros. Defendeu no Espírito Santo, a situação.

O Sr. Eurico Rezende — A função do parlamentar é defender a pessoa jurídica, e não a pessoa física.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. não conhecendo a minha vida parlamentar, não pode fazer divagações sobre ela. Eu conheço melhor a vida parlamentar de V. Exa. que apoiava o Governo do Sr. Jânio Quadros, apoiava o Governo do Senhor Carlos Lacerda. Agora, que não está no Governo, está no ostracismo incompreensível com o Senhor Marechal Castello Branco desde então não ouvi uma única palavra favorável de V. Exa. às últimas repartições e entrevistas do Sr. Carlos Lacerda.

O Sr. Eurico Rezende — Estou solidário com o Governo Federal.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Ah! Sempre solidário... (Riso).

O Sr. Eurico Rezende — O Senhor Carlos Lacerda nos deixou, não fomos nós que o deixamos.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não é a opinião do Sr. Carlos Lacerda.

O Sr. Eurico Rezende — Estou me desculpendo agora a V. Exa. de ter feito cócegas no pé de gigante de V. Exa., pelo menos nesse ângulo. V. Exa., com relação às omissões do governo passado, silenciava ou até mesmo festejava. Mas, com relação ao governo atual, preocupa-se até em catar pilho na cabeça do gigante.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. acha que preocupar-se com acordo atômico é catar pilho na cabeça de gigante? Eu não endosso data venia, essa opinião. A meu ver, um acordo atômico é de transcendental importância para os destinos do nosso País.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. entende a linguagem figurada.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Prossigo, Sr. Presidente.

(Lendo).

É claro que tal procedimento só possa causar estranheza. Por que preparar-se eficientemente um novo Acordo se outro já existia, aguardando parecer do Conselho de Segurança, e em condições de receber emendas se se admitisse a necessidade de atualizar alguns de seus dispositivos? Por que, firmado o novo Acordo, rejeitam obstinadamente o Governo e seus representantes as sugestões no sentido de uma consulta ao Conselho de Segurança Nacional?

Na Câmara dos Deputados, inúmeros parlamentares solicitaram essa audiência, e ela foi negada pelo Governo. V. Exa. há de convir que, se rejeitarmos aqui o pedido de diligência, ele será fatalmente negado pelos mesmos fundamentos apresentados à Câmara. Assim, apelamos para V. Exa. que é autor da sugestão e também Vice-Líder do Governo para que faça o reconhecimento a fim de que sejam ouvidos os três órgãos competentes.

O Sr. Eurico Rezende — Os fundamentos adotados pela maioria têm presunção de validade. Não entendia assim V. Exa.?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não conheço bem a validade democrática nos dias que correm.

O Sr. Eurico Rezende — E ela é tanto melhor quando se contempla o belo espetáculo democrático de V. Exa. ocupar a tribuna, levantando-se para criticar o Governo atual.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não creio que V. Exa. deseje rejeitar este direito à Oposição.

O Sr. Eurico Rezende — Não; logo, não mencione V. Exa. frangijas de direito democrático.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Seos V. Exa. que consistem sobre o Parlamento, inclusive no Senado Federal, os pedidos de diligência. Como, porém, foi negada na Câmara dos Deputados, insistirei que V. Exa., como Vice-Líder do Governo, e plenário e em todo esse órgão capacitado o Congresso para decidir com justiça e dignidade.

(Lendo) — Finalmente, por que mudar-se o pronunciamento do Conselho de Segurança e a matéria que envolve de modo tão evidente a sua função paritária, quando a ele cabe o recurso de urgência, com uma intervenção varzosa e descalçada, sempre que se trata de problemas de nossa política interna e que, em realidade nada tem a ver com a segurança do País?

A intransigência revelada pelo Governo em sonegar o tempo do presente Acordo Atômico a aprovação das Forças Armadas e do Conselho de Segurança não reflete apenas uma atitude de auto-suficiência mas obedece a interesses pessoais. Suas razões são mais profundas e, ao mesmo tempo, mais comprometedoras. E que, Senhor Presidente, o Acordo ora trazido à ratificação do Senado contraria, em vários de seus aspectos, a orientação tradicionalmente estabelecida pelas Forças Armadas e os órgãos aos quais incumbe diretamente a segurança nacional. Essa orientação de vital importância para a salvaguarda da soberania e dos interesses nacionais. Eis alguns desses postulados:

a) rigorosa reciprocidade nos entendimentos e acordos com outros países;

b) utilização da energia nuclear para objetivos pacíficos;

c) monopólio estatal, não se admitindo a presença de particulares no trato com a exportação e transferência de materiais nucleares. Tais princípios, além de outros, cristalizam a experiência nacional no enfrentamento do problema nuclear e exprimem, de forma inobjetável, os interesses do Brasil, quer quanto às perspectivas de utilização da energia nuclear para o seu desenvolvimento pacífico, quer quanto à preservação da soberania brasileira.

O Sr. Domicio Gondim — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Daqui a poucos instantes concederei o aparte a V. Exa.

(Lendo) — O presente Acordo, todavia, não somente deixa de contemplar esses postulados mas, além disso, investe contra eles. Para comprová-lo afirmativa, fixemo-nos em alguns de seus dispositivos.

O Artigo VI, letra b, por exemplo, — surpreendentemente não ressaltado pelo Ministro do Exterior em sua Exposição de Motivos — confere ao Governo dos Estados Unidos o direito de rever a planta de qualquer reator e outros equipamentos e aparelhos. Em outras palavras, isso significa que os nossos reatores, construídos ou a construir, poderão ser revistos ou controlados por uma potência estrangeira, a cujos interesses, por consequência, ficaria condicionado o nosso desenvolvimento no terreno da energia nuclear. A palavra final caberia sempre não às autoridades brasileiras, mas à Comissão de Energia Atômica norte-americana, a qual estamparia o seu selo sobre as nossas energias possibilidades de progresso sobre a base da utilização do átomo e mais ainda, transferindo para uma potência estrangeira os centros de decisão em assunto de mera relevância do ponto de vista da soberania nacional.

Outro ponto em que o Acordo viola os princípios norteadores de nossa política atômica é o que se refere à utilização dos materiais empregados para a obtenção da energia atômica. Por um lado, desrespeita-se a norma da reciprocidade, já que ficamos submetidos ao mais rígido controle por parte das autoridades norte-americanas — controle que restringe a nossos ci-

...as realizar experiências ou aplicações práticas só até um certo limite de combustíveis nucleares — sem que, em contrapartida, o Governo dos Estados Unidos se responsabilizasse ao menos pela correção dos dados e informações a nos serem transmitidos. Suba a nível de assistência técnica. Por outro lado, essa ausência de reciprocidade resulta, como uma de suas consequências, em que se anula na prática as complexas negociações internacionais pelo Brasil a favor da desarmamentação da América Latina.

Concedo, agora, o aparte a V. Exa., Sr. Domício Gondim.

O Sr. Domício Gondim — Peço licença, a fim de solicitar uma explicação de V. Exa. com relação a declaração que acabou de fazer sobre as empresas particulares. O sistema de economia e os princípios que o Brasil adota permitem, perfeitamente, às particulares exercerem atividades de iniciativa. Na questão, por exemplo, de minerais atômicos, os particulares não podem exportar. Não vejo motivo para tal discriminação, visto que, hoje, caminhamos para um Brasil de livre empresa, de livre iniciativa, com recursos particulares. Mesmo com todos os problemas, hoje é a indústria particular, a iniciativa privada, que mantém o País em desenvolvimento. Não vejo, portanto, para que, principalmente com referência ao uso eficiente da energia atômica, não se dê oportunidade à indústria particular. Em outros países, exatamente, a indústria particular é a que tem o maior contributo ao desenvolvimento da energia atômica para uso pacífico.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não é exportação de minério atômico.

O Sr. Domício Gondim — Já é resultado. Exatamente. Só pode ser vendido para a Comissão de Energia Nuclear. Esta é que pode exportá-lo. Assim, não há motivo para esta verificação carga à indústria privada, quando ela é que mantém o País avançado.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — É questão de segurança nacional, que recai no próprio Governo atual então.

O Sr. Domício Gondim — Não é questão de segurança nacional. A indústria particular é tão patriota quanto os mais patriotas dos brasileiros.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — A exportação deste minério é condicionada ao assentimento do Governo e feita por ele próprio.

O Sr. Domício Gondim — Quanto ao pronunciamento de V. Exa. sobre discriminação com referência à indústria particular, não posso concordar.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Isto por que, Sr. Presidente, firmamos obrigados, em face do Acordo de que "nenhum material será usado para armas atômicas ou para pesquisas ou desenvolvimento de armas atômicas nem para quaisquer propósitos militares", ficamos privados de instrumentos que nos permitam impedir ao Governo dos Estados Unidos que os materiais especiais produzidos com combustível norte-americano além do que se considera "necessidades do programa brasileiro" sejam por ele utilizados para a produção de artefatos de guerra. Estamos, assim, diante de uma exasperante possibilidade: a de que o Brasil venha a fornecer explosivos para bombas atômicas e de hidrogênio fabricados nos arsenais dos Estados Unidos. Naturalmente, tal circunstância só poderia resultar numa substancial perda de autoridade do nosso país face aos demais países, notadamente aos nossos irmãos da América Latina, retraindo qualquer conteúdo efetivo, a atitude que assumimos em prol da desnuclearização.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — As razões do Acordo são mais profundas do que se pensa. Sabemos que o mundo possui três rios:

mais fértil do que urânio. Descobriu-se que se colocando isótopo no TH 232 — que é o tório abundante nas areias monazíticas do Espírito Santo — consegue-se então o U 233 que, por sua vez, ligando ao U 238 transforma-se em U 239 (Plutônio). Esta combinação é ideal para um tipo de reator considerado atualmente, de grande futuro. Pelo art. 2º, letra 1º do Acordo, não temos opção: esta é do Governo dos Estados Unidos, o que constitui grande injustiça para com o Brasil.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Exa. tem toda razão. Queremos reciprocidade de tratamento. V. Exa. em repetidos pronunciamentos nesta Casa, tem-se preocupado com o assunto e o estudado sob todos os ângulos. Por isso, muito agradeço o seu aparte.

(Lendo)

Dejo ainda lembrar a atenção dos Senhores Senhores para um outro aspecto de discriminação igualmente essencial. Tenho em vista o Artigo IV do Acordo, segundo o qual indivíduos e entidades privadas dos Estados Unidos e do Brasil poderão negociar diretamente com indivíduos ou entidades privadas do outro País. Conclui-se desse dispositivo que qualquer pessoa, desde que obtida autorização governamental, pode realizar negócios com materiais nucleares. Isso contraria frontalmente a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que reza em seu Artigo 4º: "É proibida a exportação por qualquer forma, de Urânio e Tório e seus compostos e minérios, salvo de Governo para o Governo, cujos os órgãos competentes".

Mas, no acordo em referência, já aprovado na Câmara, é permissível o negócio de particular para particular. Teria de se revogar a lei, mas ainda não se revogou.

O Sr. Domício Gondim — Mas a lei é válida.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas, mais adiante:

(Lê)

Além de estabelecer, no Artigo 5º que "ficarão sob controle do Estado... todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica sem prejuízo da pesquisa científica e tecnológica". A opção pelo regime de monopólio estatal reflete a convicção de que em assunto tão estritamente relacionado com a segurança nacional e com a causa da preservação da paz não pode ser admitida a participação de pessoas ou entidades privadas, nacionais e muito menos estrangeiras. Por isso mesmo, vêm os órgãos do Estado responsáveis pela nossa segurança reclamando, sempre que as circunstâncias impõem, a observância desse princípio, que passou a se constituir em preceito legal. Essa atitude de vigilância patriótica pode ser remontada ao ano de 1953 quando, em Memorandum dirigido ao Presidente da República — o conhecido Memorandum nº 772 — o Conselho de Segurança Nacional insistiu em que "a exportação dos minérios de urânio e tório só deve ser realizada pela execução de acordos negociados de Governo a Governo, mediante compensações visando ao desenvolvimento do programa brasileiro de energia atômica". Essa é sem dúvida, a orientação que se afina com os superiores interesses do Brasil.

Em contraposição, o que emana do Acordo ora em debate é uma concepção alienada da realidade brasileira e lesiva à soberania e aos interesses nacionais, fruto de uma distorção por cujo efeito a amizade que devemos manter com os Estados Unidos deixa de se apresentar sob a forma de relações fraternais e mutuamente vantajosas para assumir características de subordinação e dependência.

Além de outras que poderia ainda apontar, eis as razões, Sr. Presidente, que se levam a condenar o Acordo atômico firmado entre os governos brasileiro e norte-americano.

Quando a proposição vier a Plenário, apresentarei requerimento para que sejam ouvidos os órgãos a quem me referi: Conselho de Segurança Nacional, Comissão de Energia Nuclear, Estado Maior das Forças Armadas. E quero crer — já que recebi o honroso aparte do vice-Líder da Maioria — que a ARENA, que constitui a maioria nesta Casa, dará apoio a essas diligências, para que sejam ouvidos órgãos que sempre são ouvidos em acordos desta natureza. (Muito bem. Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, nos termos do artigo 163, § 2º, do Regimento Interno.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Paes
Eugênio Barros
Victorino Freire
Joaquim Paes
Dix-Huil Rocco
Dinarte Maria
Ruy Carneiro
Ferdinando V. de
Dylton Costa
Antônio Balbino
Josephat Marinho
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Velazquez
Antônio Carlos
Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimento de dispensa de publicação.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 142, de 1966

Nos termos dos arts. 21º, letra p e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1966 (nº 3.383-B-65 na Casa de origem) de iniciativa do Sr. Presidente da República.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — De acordo com o voto do Plenário passa-se à imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1966, que concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada. A matéria volta à Câmara dos Deputados. Para acompanhar, naquela Casa, o estudo das emendas do Senado, designo o Sr. Senador Bezerra Neto, relator do projeto na Comissão de Projetos do Executivo.

É a seguinte a redação final aprovada:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Parecer nº 245, de 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1966 (nº 3.383-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República.

Relator: Sr. Bezerra Neto

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1966 (nº 3.383-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rocco, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Antonio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 245,
DE 1966

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1966 (nº 3.383-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças.

Entenda nº 1

(de redação — congruência da emenda nº 1 CF)

Suprima-se o § 1º do art. 1º passando o § 2º a constituir parágrafo único.

Emenda nº 2

(corresponde à emenda nº 1 CF)

Acrescente-se, após o art. 2º, o seguinte:

"Art. 3º A isenção concedida não abrange a taxa de despacho aduaneiro, nem se aplica a bens com similar nacional e, enquanto houver estoque no País, aos que tenham sido importados através de licença emitida antes da data referida no art. 1º."

Parágrafo único. A determinação dos bens em estoque será feita pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC) com base em listas que lhe sejam apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta lei."

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de outro requerimento.

É lido o seguinte

Requerimento nº 142, de 1966

Nos termos da letra b, do § 1º, do art. 66, do Regimento Interno, requeremos seja prorrogado, até o fim da presente sessão legislativa ordinária, o prazo da Comissão Especial criada com a aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias-primas, minerais e produtos agropecuários nacionais."

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — José Ermirio — Afílio Fontana — Raul Giuberti — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento que acaba de ser lido será votado no final da Ordem do Dia.

Esgotada a hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Da Ordem do Dia constam vários projetos que deverão ser votados em escrutínio secreto.

A Presidência, nos termos do Regulamento Interno, vai agrupá-los a fim de que sejam discutidos e votados como itens iniciais. Os projetos dependentes de votação em escrutínio secreto são os constantes dos itens 4 a 10 da pauta.

Item 4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1966 (nº 3.422-B, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefônica Curvelo S. A., tendo parecer favorável, sob nº 199, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.
Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada. (Pausa.)
Enquanto se aguarda a formação de quorum no Plenário, a Presidência colocará em discussão os demais itens e, em seguida, os submeterá à votação

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item 5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1966 (nº 3.422-B, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de águas, importado pela CASOL, tendo parecer favorável, sob nº 200, de 1966, da Comissão de Finanças.

An discussão o projeto.
Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item 6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1966 (nº 3.421-B, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela Varig, tendo parecer favorável, sob nº 201, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.
Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Item 7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1966 (nº 3.424-B, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda., para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio, tendo parecer favorável, sob nº 202, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.
Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Já há quorum. Vai-se passar à votação do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1966, já com discussão encerrada.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se passar à apuração. (Pausa.)
Votaram sim 32 Senhores Senadores; votaram não 8 Srs. Senadores. Não houve abstenção. O projeto foi aprovado. Irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 1966

(Nº 3.422-B/66, na Casa de origem)
Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefônica Curvelo Sociedade Anônima

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante do Certificado de Cobertura Cambial nº DG-65/20.238, emitido pela Carteira de Câmbio, importado pela Telefônica Curvelo S. A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

A votação em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1966 (nº 3.423-B, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de águas, importado pela CASOL, tendo parecer favorável, sob nº 200, de 1966, da Comissão de Finanças, já em discussão encerrada.

Em votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)
Votaram sim 34 Senhores Senadores; votaram não 5 Senhores Senadores. Houve 1 abstenção.

O projeto foi aprovado e vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 1966

(Nº 3.423-B/66, na Casa de origem)
Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamento para perfuração de poços e localização de águas, importado pela CASOL

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante das Licenças ns DG-65/2.257-2.419 e DG-65/2.258-2.420, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Companhia de Águas e Solos — CASOL — com sede em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, para perfuração de poços e localização de água.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1966 (nº 3.421-B de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela Varig, tendo parecer favorável, sob nº 201, de 1966, da Comissão de Finanças, já com discussão encerrada.

A votação será feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico

Em votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)
Votaram sim 29 Senhores Senadores; não, 10 Senhores Senadores.

O projeto foi aprovado. Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1966

(Nº 3.421-B-65, na Casa de Origem)
Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela VARIG.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para um computador constante das licenças ns. DG-65-1770-1783 e DG-65-1771-1784, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela S. A. Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense — VARIG —, concessionária de serviço público federal de transporte aéreo, sediada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1966 (nº 3.424-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Limitada, para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio, tendo parecer favorável, sob nº 202, de 1966, da Comissão de Finanças, já com discussão encerrada.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação)

Vai-se proceder à apuração.
Votaram "sim" 26 Srs. Senadores. Votaram "não" 11 Srs. Senadores. Houve duas abstenções.

O projeto foi aprovado; vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 1966

(Nº 3.424-B-65, na Casa de origem)
Isenta do imposto de importação equipamentos destinados à Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda., para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação para os equipamentos constantes das licenças n.ºs DG-65-2.241-1.051, DG-65-2.242-1.052, DG. 65-2.243-1.037, DG. 65-

2.244-1.053, DG. 65-2.245-1.054, DG. 65-2.250-1.038, DG. 65-2.251-1.055, DG. 65-2.252-1.056, DG. 65-2.253-1.058, DG. 65-2.254-1.059, DG. 65-2.255-1.060, DG. 65-2.260-1.065, DG. 65-2.261-1.066, DG. 65-2.262-1.067, DG. 65-2.263-1.039, DG. 65-2.264-1.068, DG. 65-2.267-1.070, DG. 65-2.271-1.074, DG. 65-2.273-1.075, DG. 65-2.274-1.076, DG. 65-2.275-1.078, DG. 65-2.276-1.079, DG. 65-2.278-1.081, DG. 65-2.280-1.083, DG. 65-2.283-1.085, DG. 65-2.285-1.087, DG. 65-2.286-1.088, DG. 65-2.287-1.089, DG. 65-2.288-1.090, DG. 65-2.289-1.040, DG. 65-2.290-1.091, DG. 65-2.291-1.092, DG. 65-2.292-1.093, DG. 65-2.293-1.094, DG. 65-2.294-1.044, DG. 65-2.296-1.046, DG. 65-2.300-1.050, DG. 65-3.362-3.336, DG. 65-3.363-3.337, DG. 65-3.364-3.338, DG. 65-3.365-3.339, DG. 65-3.366-3.340, DG. 65-3.361-3.335, DG. 65-3.430-3.341, DG. 65-3.353-3.342, DG. 65-3.354-3.343, DG. 65-3.355-3.485, DG. 65-3.356-3.344, DG. 65-3.357-3.331, DG. 65-3.358-3.332, DG. 65-3.359-3.333, DG. 65-3.360-3.334, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Comercial Paulista Importadora e Exportadora Ltda., para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinescópio.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa

requerimento que vai ser lido pelo Sr.

1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 144, de 1966

Requeiro que os itens ns. 3, 3 e 10

da Ordem do Dia sejam submetidos

ao Plenário na seguinte ordem:

Projeto de Lei do Senado nº 44-63

(obedecida a preferência regimental a

que tem direito o substitutivo da Co-

missão de Legislação Social)

Projeto de Lei da Câmara nº 91-64;

Projeto de Lei da Câmara nº 66-65.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1966

— Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequên-

cia da aprovação do requerimento,

passa-se à votação do item 10 da

pauta.

Discussão, em primeiro turno,

do Projeto de Lei do Senado nú-

mero 44, de 1963, de autoria do

Sr. Senador Vasconcelos Torres,

que concede férias de 30 dias aos

trabalhadores e dá outras provi-

dências, tendo pareceres (ns. 135

e 136, de 1966) das Comissões:

de Constituição e Justiça, pela

constitucionalidade e iridicidade;

de Legislação Social, pela aprova-

ção, nos termos da Emenda Subs-

titutiva que apresenta (nº 1-CLS).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão

o projeto, com o Substitutivo da Co-

missão de Legislação Social.

O SR. ATILIO FONTANA — Sr.

Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a pala-

vra o Sr. Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr.

Presidente, o Projeto de Lei nº 44,

de 1963, ora em discussão, que estabe-

lece trinta dias de férias para os tra-

balhadores, embora possa parecer uma

medida razoável, nas circunstâncias,

porém, em que o País se encontra

atualmente, quando o Governo, por

todos os meios, até adotando medidas

impopulares, procura tirar o Brasil

desta situação de dificuldade, justamente por aumentar o período de férias, criara ainda maiores problemas, pois é sabido que quando se paga a alguém sem produzir, natural é que outros deverão contribuir para esse pagamento. Todos reconhecemos que as leis sociais e trabalhistas sobrecarregam o salário daqueles que trabalham em, aproximadamente, 68%. Se aprovada essa lei, maior será a porcentagem que sobrecarregará a produção.

Estamos num círculo vicioso: desejamos baratear o custo de vida e elevar o poder aquisitivo do povo brasileiro, que é, realmente, muito baixo; mas só poderemos aumentar o poder aquisitivo do povo se aumentarmos a produção, porque somente produzindo se pode ter receita e somente com maior receita se pode melhorar o padrão de vida e o poder aquisitivo.

Este projeto vem, realmente, agravar a situação: diminuindo a produção, aumentando o custo da produção e, conseqüentemente, contribuindo para elevar o custo de vida e inflacionar mais a nossa moeda.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com todo o prazer.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Uma das formas para aumentar a produtividade de uma empresa é a concessão de férias aos trabalhadores, porque desta maneira, descansados e, naturalmente, com energias renovadas, poderão produzir mais do que após períodos longos de trabalho e estafa natural de quem permanece ininterruptamente numa empresa.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Registro com prazer o aparte. Continuamos, no entanto, no nosso pensamento de que só se pode aumentar o padrão de vida do povo brasileiro se se conseguir aumentar a produtividade e com ela a produção. Em caso contrário, continuaremos nesta dificuldade, criticando o Governo, porque não administra a contento, mas votando leis que agravam a situação de subdesenvolvimento deste País.

Em outros países desenvolvidos e adiantados, não vão além de quinze dias de férias anuais para os trabalhadores. Já temos vinte, vinte e cinco e pretendemos, com este projeto, elevar para trinta dias. Logo, são quatorze meses que o empregador deverá pagar pelos doze meses de trabalho. Acresce que durante esses doze meses de trabalho, com os feriados e outros dias a que têm direito, verificamos que somente a metade do tempo do trabalhador é realmente empregado na produção, o que a onera. Assim, temos de pagar o dobro pelos dias efetivos de trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, não poderíamos concordar que, no momento em que o País e o Governo exigem do povo brasileiro sacrifícios, votássemos nós aqui, nesta Casa do Legislativo, projeto de lei que piorará sensivelmente a situação desta Nação tão rica, pelas suas riquezas naturais.

O Sr. Eurico Rezende — O nobre Senador permite um aparte? (Assentimento do orador) — Tenho a impressão de que V. Exa., naturalmente em virtude de seus múltiplos afazeres parlamentares, procedeu a uma leitura muito rápida, fixando a sua atenção mais no projeto oriundo da Câmara. O de que se vai cogar é da votação do Substitutivo da Comissão de Legislação Social do Senado e vê V. Exa. que não se trata de conceder trinta dias de férias, indiscriminadamente, ao trabalhador. O projeto estabelece um escalonamento quanto à fruição desse direito e, neste, são estabelecidas as condições rígidas. Vê V. Exa.:

“Os empregados terão direito a férias...”

E' o substitutivo que vai ser objeto de votação.

“... depois de cada período de doze meses a que alude o art. 130, na seguinte proporção:

a) trinta dias corridos aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante os doze meses e não tenham dado mais de seis faltas ao serviço, justificadas ou não, nesse período;”

Então, para que o empregado tenha direito aos trinta dias de férias, deverá ter uma assiduidade quase absoluta, e essa assiduidade, obviamente, repercutirá na produtividade.

“b) vinte dias, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos e cinquenta dias em seus doze meses do ano contratual;

c) quinze dias, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos dias;

d) onze dias, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por menos de duzentos e mais de cento e cinquenta dias.”

Portanto, o direito a maior ou menor quantitativo de férias vai depender da assiduidade ou não do empregado ao serviço. Com esses argumentos, creio que V. Exa. poderá folgadoamente, gostosamente, perfilar o substitutivo da Comissão de Legislação Social.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Muito grato, Senador Eurico Rezende. Os argumentos de V. Exa. merecem ser considerados. Estaríamos, no caso desse critério, premiando realmente aqueles que trabalharam durante o ano todo. Mas se algum operário tiver mais de seis faltas involuntárias? Por questão de saúde ou de outros fatores de saúde e de outros fatores previstos até em lei e que V. Exa., mesmo, esclarece na emenda substitutiva: “ainda que as faltas sejam justificadas.”

No caso não vejo porque devemos premiar aqueles que tiveram a felicidade de gozar da boa saúde ou de não ter outros impedimentos; aqueles que, por razões plenamente justificáveis, não tiveram essa mesma condição, seriam prejudicados.

Portanto, o critério adotado pela emenda que V. Exa. apresentou na Comissão de Legislação Social, data venia, parece-me não deveria merecer aprovação, pelas razões expostas.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. vai-me permitir. (Assentimento do Orador) — V. Exa. foi Deputado Federal e, como aqui, na qualidade de Senador, dos mais atuantes. Eu gostaria de fazer uma ou duas perguntas à sua atenção e à sua memória.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Pois não! Farei o possível de ouvi-lo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. deve ter votado, no Congresso Nacional, o Estatuto dos Funcionários Públicos. V. Exa. concorreu com o seu voto para dar trinta dias de férias aos funcionários públicos, que têm o direito de faltar muito mais de seis dias e, ainda assim, não perdem o direito às férias corridas de trinta dias.

V. Exa. também concedeu a licença-prêmio, que é uma prerrogativa de empós dez anos de atividade funcional o servidor ter seis meses de ócio, de descanso, de repouso. V. Exa. que deu um bônus aos funcionários públicos, como todos nós demos, de pelo menos um sanduíche aos operários, aos trabalhadores, a esse que o ajudam, com tanta pertinácia e dedicação a vencer a grande batalha da

produtividade. E' o apelo que dirijo à consciência humana e democrática de V. Exa.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Nobre Senador, não estive presente na Casa quando se votou a lei a que V. Exa. se refere, relativa aos funcionários. Mas ainda que à época tivesse aprovado, agora, neste momento em que se faz um esforço tremendo, e o próprio Presidente da República está tomando medidas impopulares para diminuir os encargos e aumentar a produtividade, não seria de bom alvitre o Senado aprovar este projeto. Além disso, entendemos que o País está numa terrível bifurcação: ou procura, através de leis, sair da situação em que se encontra, melhorando o padrão de vida do povo e seu poder aquisitivo, ou estaremos ameaçados de surpresas que não desejamos.

O Sr. Domicio Gondin — V. Exa. permite?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Domicio Gondin — Agradeço o aparte. Quero acrescentar o seguinte: na realidade, não é questão de dar mais 20 ou 30 dias ao operário; o que temos hoje, em verdade, é que os salários são baixos. Admitimos. Mas a produtividade é mais baixa ainda... Além disso, se contarmos os 12 meses de trabalho, mais o 13º, mais as férias de 30 dias, já são 14 meses. Acrescente-se a esse total os 11 feriados — estabelecidos em lei — municipais, além dos dias dedicados a festas, o que dá um total de mais de 15 meses que são pagos e somente 12 trabalhados. Portanto, temos já o índice de aproximadamente 30% onerando diretamente a folha de pagamento de 12 meses. No que se relaciona ao ganho do operário o problema já é outro. A constante criação dos Fundos também se constitui em outro problema, pois temos o Fundo de Indenização Trabalhista, o Fundo de Desemprego, o Fundo da Educação, todos de responsabilidade direta do Governo. Não há por que onerar mais ainda a empresa nacional. É muito fácil criar novos ônus; ocorre no entanto, que o empresário nacional não está em condições de arcar com ônus graves assim. Essa a realidade brasileira atual. A maior parte das indústrias brasileiras não podem atender esse número crescente de Fundos e de novas leis que, aparentemente pouco oneram mas, na realidade, agravam em muito as folhas de pagamento. A própria reavaliação do Ativo obrigou a maior desembolso. Hoje em dia — e vários Srs. Senadores poderão atestar — os ônus incidem em mais de 100% — e não apenas em 68% conforme V. Exa., Sr. Senador Atílio Fontana, afirma — as folhas de pagamento. Assim, é mais um ônus o criado por este projeto. A lei permitirá uma série de facilidades que não se justificam. Pelo contrário, a sua criação vai gerar novos desentendimentos entre empregados e empregadores. Estabelece, portanto, uma série de regras e pequenos jogos que o próprio empregado, na maioria dos casos, não está apto, não está senhor do assunto para a negociação natural.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Agradeço o aparte do nobre Senador Domicio Gondin.

Sr. Presidente, a aprovação do projeto repercutirá negativamente no País. No momento em que o Governo insiste em maiores sacrifícios, para melhorar, no futuro, a situação do povo brasileiro, vejamos, aqui, mais encargos sobre a produção, conseqüentemente, contrariando a própria orientação governamental.

Por este motivo, espero que os meus eminentes Pares, nesta oportunidade, votem contrariamente ao projeto.

porque, tenho a consciência de que assim estamos tomando medidas saneadoras e em consonância com a situação que o País atravessa no momento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — (Continua a discussão).

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR: Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, proferirei algumas palavras para responder ao nobre Senador Atílio Fontana, em aditamento ao aparte que proferi há pouco.

Entendo as férias — e todos assim reconhecem — não como uma liberalidade, mas uma necessidade natural em favor daquele que presta serviços a empresa durante doze meses ininterruptos.

Segundo a graduação prevista no artigo 132 da Consolidação das leis do Trabalho, essa concessão é de 30, 15 e 10 dias conforme o período de vinculação do empregado ao empregador.

Se as férias não constituem uma liberalidade, mas uma necessidade higiénica, com repercussões na incidência dos acidentes no trabalho na empresa, evidentemente não há como argumentar contra o aumento do período de férias para 30 dias, numa concessão mínima para a integração com o sistema adotado pela legislação brasileira em favor de todos os que prestam serviços às entidades autárquicas e públicas do País.

Tenho presenciado em muitas empresas os efeitos benéficos da concessão de férias aos trabalhadores. Aquêles empresários que, em lugar de conceder as férias, que são obrigatórias por motivo de higiene de trabalho, ao contrário, deferem uma indenização pela permanência do trabalhador na empresa, estes têm tido graves aborrecimentos porque a produtividade baixa pela estafa e, igualmente, o número de acidentes no trabalho aumenta em proporção ao aumento da permanência do trabalhador na empresa, sem qualquer descuoso.

Não há como argumentar que essa concessão irá onerar a produção, prejudicar a produtividade ou prejudicar, ainda, o povo brasileiro. Entendo que o trabalhador integrado na empresa, descansado e com as energias recuperadas poderá, pela produtividade, pagar suficientemente o ônus pequeno que importa para a empresa essa concessão obrigatória de férias ao trabalhador. Muitos empresários têm tido a preocupação de procurar a integração humana do trabalhador no organismo próprio, na estrutura da empresa, atribuindo-lhes benefícios, concedendo-lhes vantagens e ainda mais, integrando o trabalhador na própria participação dos lucros da empresa. Só assim, dentro do entendimento e da harmonia entre capital e trabalho, será possível que uma empresa tenha produtividade, produção e lucro bastantes para o reinvestimento, o seu progresso e atualização.

Assim, Sr. Presidente, sou contrário ao ponto-de-vista do nobre Senador Atílio Fontana. Darei meu voto favorável ao projeto, sabendo, perfeitamente, que estou participando do grupo daqueles que querem ver na empresa e no trabalhador, um grupo integrado e harmônico, capaz de construir a grandeza desta Nação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Continua a discussão.

O SR. DOMICIO GONDIN:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. DOMICIO GONDIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como dirigente de empresa não posso deixar de reconhecer que é extremamente benéfico o instituto das férias ao trabalhador. Mas, o que não podemos, no momento atual, é onerar, por pequena parcela que seja, os já tão onerados orçamentos da empresa. Nestes últimos dois anos os orçamentos das empresas têm sido onerados de importâncias substanciais. Sempre importâncias pequenas, uma pequena zeta hoje, mais outra amanhã, mais 1%, mais 2%, e estes ônus nos dois últimos anos, já vão a 40% das folhas de pagamento. Quarenta por cento não é um pequeno ônus! Ademais o que existe é que o empregador também está enfrentando uma conjuntura econômica brasileira que exige o sacrifício de todos. Aliás, temos visto como se sucedem as concordatas, as falências e não são raros os casos como o da Manemann, sem uma saída, não porque os industriais não queiram solver os seus compromissos, mas simplesmente porque não podem pagá-los. E mais uma gota de ônus talvez entorne os orçamentos de muitas empresas no Brasil.

De modo que a questão não é de ser contra a concessão de mais 10 dias de férias. Não! É um princípio econômico que defendemos, porque, a maioria dos industriais brasileiros não podem arcar com mais esse ônus.

Há novos projetos que representam mais ônus, e não vemos quaisquer resultados. Estamos perplexos com referência à situação de uma grande indústria brasileira que foi obrigada a subir seus preços em quarenta e um por cento — refiro-me à fabricação de cimento — e a SUNAE fez voltar atrás esse preço. Como ficarão essas indústrias de agora em diante? Ninguém sabe!

De modo que votaremos contra o projeto. Não porque sejamos contra o princípio da concessão de mais dez dias de férias, senão porque não podemos enfrentar o ônus desse pagamento.

O Sr. Afílio Fontana — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex^a está se referindo à sobrecarga que sofrem as indústrias com os ônus que lhes são atribuídos com as várias taxas das quais V. Ex^a enumerou algumas. Mas, nobre Senador, quem paga a sobrecarga com que as indústrias são oneradas é, em última análise, o povo brasileiro. As indústrias elevam o custo de sua produção e transferem o ônus para o consumidor; o povo brasileiro é quem paga. Torna-se grave a produção nacional, quer seja para o consumidor interno, quer é principalmente para competir no mercado internacional.

O SR. DOMICIO GONDIN — Nobre Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenho a acrescentar que o Governo está fazendo esforço sobrehumano para incrementar a exportação. Mas, como podemos exportar, se essas leis não permitem competição no mercado internacional? As leis sociais têm de ser iguais em todo o mundo, para que tenhamos possibilidade de exportar. Nossa produtividade, com relação ao mercado internacional de trabalho, é baixa. Por conseguinte, não podemos transferir o ônus para a indústria, pois esta, ficando gravosa, não poderá competir no mercado internacional.

A questão das matérias-primas básicas vitais que o País possui não é suficiente alento para que a indústria possa progredir e alcançar, para

as matérias acabadas, preços competitivos no mercado internacional.

Agradeço ao Senador a atenção com que me ouviu. Vou-me contrariamente ao projeto, não pela concessão de mais dez dias de férias ao trabalhador, mas para evitar a indústria mais esse ônus, com o qual não pode arcar no momento. (Muito bem.)

O SR. PR. SIDENIE:

(Moura Andrade) — Continua a discussão.

O SR. AURELIO VIANNA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana, para encaminhamento da discussão.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, há três projetos discutidos conjuntamente — os de ns. 81, 66 e outro o substitutivo apresentado pelo Senador Eurico Rezende.

O projeto de nº 81 altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho; o Projeto nº 66 altera o Art. 133 da referida lei.

Ora, Sr. Presidente, não sei como em se aprovando o substitutivo que não substitui o projeto de nº 81, teríamos eliminado a proposição originária da Câmara dos Deputados e de autoria do representante do Rio Grande do Sul, Deputado Adílio Viana.

Nota-se, de imediato, que o representante do ex-Partido Trabalhista, hoje, integrado no MDB, propõe diversas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho e uma delas ao Artigo 133, não alterando, porém, o número de dias de férias concedidas ao trabalhador.

Leiamos:

“A alínea do Art. 133 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a ter a seguinte redação:

“Vinte dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante os 12 (doze) meses e que não tenham tido mais de 6 (seis) faltas não justificadas ao serviço, nesse período”.

Justificando-as, gozaria dos 20 dias de férias que a lei já estabelece; não as justificando, não teria direito àquele período de tempo para férias.

O Senador Vasconcelos Torres, da ARENA, do partido do Presidente da República, apresenta uma alteração quanto ao tempo de férias, passando de 20 dias para 30, desde que o empregado fique à disposição do empregador durante 12 meses.

E não faz referência a seis dias de faltas, justificadas ou não justificadas.

O líder do MDB, nesta Casa, propõe um substitutivo que altera as duas primeiras proposições: conserva o tempo de férias, objeto da proposição Vasconcelos Torres, porém, subordina o período de férias de trinta dias a seis faltas ao serviço, justificadas ou não, no período.

Se o empregado estiver à disposição do empregador durante doze meses, e faltar seis dias, justifique ou não as faltas (dadas), não gozará ele do direito aos trinta dias de férias. Isto é o que pretende, na sua proposição substitutiva, o Senador Eurico Rezende.

O nobre Senador por Santa Catarina rebelou-se contra as três proposições: contra a primeira, porque, embora conceda os vinte dias a que se refere a Consolidação das Leis do Trabalho, permite que o empregado goze dessas férias mesmo faltando seis dias, se justificadas as faltas. Então o Senador Afílio Fontana não admite que o empregado, por doença, por motivos altamente relevantes, por falta de transportes, por inundações,

como diz muito bem o nobre Senador Aloysio de Carvalho, por acidente, em faltando seis dias, em doze meses, goze dos vinte dias das férias a que se refere a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Deputado Adílio Viana pretende também alterar o artigo 140, do Decreto-Lei 5.452, de 1943 da Consolidação das Leis do Trabalho, que diz:

“O empregado em férias terá direito à remuneração que perceba quando em serviço”.

Também se objecta contra a alteração justificada ao artigo 450. Acrescente-se um parágrafo único:

“Retornando ao cargo anteriormente exercido, o empregado terá direito a todas as melhorias pecuniárias ao mesmo atribuídas, durante sua ausência”.

“§ 1º O trabalho de igual valor para os fins deste capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica”.

É um incentivo para que os profissionais que se dedicam ao mesmo trabalho exerçam a sua atividade procurando alcançar o mesmo grau de produtividade, o que é universalmente reconhecido pelas nações mais cultas, confundindo-se muito no Brasil e proposição semelhante, talvez, aquele princípio da isonomia a que se refere a Constituição da República: para trabalho igual, salário igual, interpretando-se assim o artigo, para profissão igual, salário igual. Dois médicos, no exercício de sua profissão, podem trabalhar desigualmente; o mesmo quanto ao advogado, a bacharéis em Direito, a engenheiros, etc.

Então, o objetivo da modificação proposta pelo Deputado Adílio Viana e da relevância indiscutível: levaria profissionais das mesmas atividades, e, a perseguirem o mesmo objetivo, isto é, o de alcançarem o mesmo grau de produtividade. A proposição emula, provoca o interesse do operário, vem, com licença ao Senador Eurico Rezende, em obsequio do desenvolvimento do país.

E, finalmente, o Art. 472 do diploma legal, isto é, da Consolidação das Leis do Trabalho seria alterado assim:

“O afastamento do empregado em virtude de exigência de serviço militar, de outro encargo público, ou mandato sindical não constituirá motivo para alteração ou rescisão de contrato de trabalho, por parte do empregador, computando o tempo desse afastamento, como de serviço efetivo, para todos os efeitos legais, ressalvada a hipótese do Art. 133 da Consolidação”.

Altamente meritório o princípio que defende o Deputado Adílio Viana.

Já o Projeto nº 65 modifica apenas o Art. 133, da Consolidação das Leis do Trabalho:

“a) trinta dias, aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante doze meses”;

Não faz qualquer referência a faltas justificadas ou não, às vezes seis a que se refere a Consolidação.

“b) vinte dias, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos e quarenta dias”;

“c) quinze dias, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de cento e oitenta dias”;

“d) dez dias, aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de cento e cinquenta dias”.

“Fica o empregador, na rescisão do contrato de trabalho ou de-

missão do empregado sem justa causa, antes do decurso dos doze primeiros meses, sujeito ao pagamento do período de férias incompleto, obedecida a proporcionalidade estabelecida no Art. 134, letras a, b, c e d”.

Esta é solução aqui, a principal. O empregado, não tendo doze meses de serviços prestados para a empresa, não tem direito àquelas férias de quinze, quinze e dez dias, e essas férias ficam gozadas em termos proporcionais.

Vem o Senador Eurico Rezende e aproveita a ideia do seu colega de bancada: elimina o que se altera, o que beneficiaria o empregado e tivesse trabalhado durante onze meses e 29 dias para o empregador; conserva a proposição no que diz respeito ao número de dias, porém, estabelece uma ressalva que, de algum modo, prejudica, e na generalidade, o empregado, porque dificilmente o empregado trabalha durante os doze meses, fica a disposição dos doze meses sem cometer uma falta justificada, para não falar nas injustificadas.

Eis o que diz S. Ex^a: “trinta dias corridos aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante doze meses e não tenham tido mais de seis faltas ao serviço, justificadas ou não, nesse período”.

Ai, passaria a ser vinte. Os vinte estão ali. Novena por cento dos empregados iam gozar vinte dias e ainda com a cláusula da justificativa.

Foi o que não alcançou o Senador Afílio Fontana, porque estão tão impressionado com o problema da produção — talvez mais do que com o da produtividade — que, em lendo o substitutivo que vem favorecer o empregador, pensou que estava ele contra o empregador...

O Sr. Jesaphat Marinho — No fundo, nosso nobre colega é contra as férias...

O SR. AURELIO VIANNA — Modos in rebus...

Não teria o líder do governo apresentado este substitutivo sem consulta prévia aos responsáveis pela política salarial, operária e social deste país? Claro. É um dos Senadores mais cuidadosos no serviço que presta à nação, em obedecendo a bancada governista. E cuidadoso em não ferir a política traçada pelo governo, à qual dedica todo seu esforço, todo seu trabalho, toda a sua inteligência, toda a sua capacidade argumentativa.

Então, com uma caçada ao, o Senador Senador Eurico Rezende elimina o projeto de autoria do deputado Adílio Viana, distraindo a nossa atenção para um dos pontos da proposição original, desviando-a de todos os outros pontos que representam reivindicações da classe operária brasileira.

Se eu fosse industrial...

O Sr. Jefferson de Aguiar — Ou dirigente de empresa.

O SR. AURELIO VIANNA — ... ou dirigente de empresa, principalmente de porte, aprovaria com muita alegria o substitutivo Eurico Rezende. Não estou com isso dizendo que o substitutivo, se aprovado e transformado em lei, venha prejudicar o operário. Mas deserta nele o desejo de não faltar um dia só para ter 30 dias de férias, não há dúvida. Muitos operários, até doentes, indo naqueles dias produzir muito menos, destinariam ao trabalho a fim de não perder o dia de direito.

E mais ou menos, *mutatis mutandis*, quando as proporções, o caso da estabilidade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores de quando como primeiro princípio, o Projeto Adílio Viana. Foi o mais bem estudado. Revela um pensamento ordenado, no sentido de modificar para

melhor diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Depois dele, a preferência seria para o Projeto nº 66, principalmente pelo que exprime o art. 2º, aquele que garante certos períodos de férias ao operário que não completou os doze meses de serviço na mesma empresa. É somente a título de proposição Eutírio Rezende por saber que, em melhorando mas não alcançando os mesmos objetivos das duas primeiras com relação ao artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, seria, embora com as dificuldades que já surgiram, a que teria mais possibilidade de transitar nesta Casa do Congresso Nacional.

Em técnica legislativa, não sei como se poderia dar a substituição prevista, porque o substitutivo guarda os mesmos princípios do projeto que vai substituir: em essência não o altera, na forma, sim. O substitutivo substituiria um dos diversos pensamentos conflitantes no projeto a que me referi e ignora todos os outros. Estou na ideia de que o substitutivo do Senador Eutírio Rezende é ao projeto nº 66 da Câmara dos Senhores Deputados e se não é o projeto nº 66 da Câmara dos Deputados, é um projeto do Senado da República...

O Sr. Eurico Rezende — É do Senador Vasconcelos Torres.

O SR. AURELIO VIANA — ... de autoria do Senador Vasconcelos Torres, onde se encontra esse projeto? Onde se encontra o projeto nº 44? Porque neste vulso que tenho em mãos há o projeto nº 81, nº 66, o substitutivo do Senador Eurico Rezende ao projeto nº 44 que aqui não se encontra.

Mas, na verdade, se tramitam em conjunto, o objetivo é: aceitar o substitutivo, todos os outros projetos, todas as outras proposições estariam prejudicadas. Esse é o objetivo, não sabendo eu — repito — como irá tramitar em conjunto, proposições que têm objetivo diferente. Esse é que é o ponto.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Jefferson de Aguiar — É meu objetivo, ao concluir V. Exª seu discurso, levantar uma questão de ordem para que o projeto vá à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação do substitutivo apresentado pela Comissão de Legislação Social, porque, nos termos do Art. 187 do Regimento Interno, é obrigatória essa audiência sempre que se apresentar um substitutivo por qualquer outra comissão permanente.

O SR. AURELIO VIANA — Senhor Presidente, concluiu então.

Reconheço que o Substitutivo Eutírio de Rezende melhora o Art. 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, mas deixo que os dois projetos da Câmara — porque não sei o conteúdo do Senado, que aqui não se encontra — são melhores do que o Substitutivo Eutírio de Rezende. E apresento a mais profunda surpresa diante das palavras que ouvimos contra os projetos e o substitutivo, substitutivo próximo a mim e bom mesmo, não prejudica os empresários do Brasil, como também os projetos a que me referi, não me detendo no do Senador Vasconcelos Torres por desconhecê-lo.

O projeto e o substitutivo inclusive e leva o empregado a perseguir os trinta dias de férias, fazendo o possível evitando por não faltar um só dia útil de trabalho nos doze meses que esteja à disposição do empregador.

Eis, Sr. Presidente, nosso pensamento e nossa opinião a respeito do que se discutiu. Quanto ao aparte do Senador Jefferson de Aguiar é uma questão que a Mesa decidirá, porque de sua competência fazê-lo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência verifica que o Substitutivo não foi à Comissão de Constituição e Justiça que sobre ele, por isso, não se pronunciou.

O Regimento Interno é taxativo na imposição de que, ocorrendo substitutivo, como no caso em espécie, deverá ir obrigatoriamente à Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, a Presidência retira da Ordem do Dia os três projetos que têm encaminhamento conjunto, a fim de enviá-los à Comissão de Constituição e Justiça, para que dê parecer sobre o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 1:

Votação, em turno único, ao Projeto de Resolução nº 18, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Alcides de Oliveira, Ajudante de Porteiro, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em votação. (Pausa.)

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovação. Vai à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1966

Concede aposentadoria a Alcides de Oliveira, Ajudante de Porteiro, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único É aposentado, nos termos do art. 1º da Resolução nº 37, de 23 de novembro de 1962, combinado com os artigos 5º, da Lei nº 233, de 8 de junho de 1948; 1º da Resolução nº 16, de 1963; e 345, item IV, da Resolução nº 6, de 1960, no cargo de Porteiro, PL-6, com os proventos de Chefe da Portaria, PL-3, e a gratificação adicional a que faz jus, o Ajudante de Porteiro, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Alcides de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 2:

Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 19, de 1966 de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-0, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em votação. (Pausa.)

O SR. GUIDO MONDIM:

Sr. Presidente, pelo a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIM:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, aos que vivem intensamente o que se passa nesta Casa nada poderá passar despercebido particularmente no que tangente à apreciação de seus servidores. O Senado não é diferente de quaisquer outros locais de trabalho quando nos detemos a apreciar os que aqui labutam no exercício das variadas funções em que se distribuem as tarefas administrativas. Por isso mesmo o Senado é a nossa comunidade, para uma transitoriedade, para outros prolongando-se por décadas, até que a lei ou fatores de

outra ordem os venham afastar deste convívio.

Gostaria de dizer, ao ensejo da votação do Projeto de Resolução que aposenta Clarice Ribeiro Gonçalves, que se enganam os que porventura dos julgam indiferentes ao comportamento de cada qual nesta Casa. Como não nos damos à importância de vagos visitantes do Senado mas nele nos integramos desde logo, inquietando-nos com as suas inquietações e vibrando com os seus altos instantes, não poderíamos, é evidente, em nada estar alheios, mormente depois de Brasília, quando circunstâncias novas mais intimamente nos levavam a conhecer cada presença nesta comunidade.

Então, nada é mais confortante do que poder, oferecida a oportunidade, exaltar alguém que, neste meio, se fez exemplo porque capaz de exercer a emulação dos paulistas numa época em que tudo conspira para a negação.

Conhecendo de perto as condições de chefe e de subordinado, nada me fascina tanto como o comportamento das criaturas nos postos que exercem, a dignidade ou não que lhes dão, a importância ou não que lhes conferem.

Disse o poeta que "tudo vale a pena quando a alma não é pequena". E Gabriela Mistral, num dos seus magistrais poemas, nos fala do prazer de servir. O que se aposenta alcança um direito mas, no fundo de sua consciência, esse direito não será completo se na sua alma não fulgir a tranquila segurança de ter cumprido um dever o seu dever.

Pois hoje se aposenta uma funcionária que teve a consigo a plenitude desse direito, a segurança inarredável de quem serviu sem jaca.

Vejo o "currículo" de Clarice Ribeiro Gonçalves.

Nomeada Datilógrafa, por ato da Comissão Diretora em 7-10-35.

Designada, em novembro de 1937, pelo Chefe do Gabinete do Ministério da Justiça.

Promovida, por merecimento, a classe "J", da carreira de Oficial Administrativo em 12-1-46.

Renovada sua permanência no Gabinete do Ministro da Justiça, por mais 15 dias em 21-1-46.

O Presidente da Assembleia Constituinte, em 15-2-46, concedeu-lhe autorização para continuar no Gabinete do Sr. Ministro da Justiça. Promovida, por merecimento, ao cargo de Oficial Legislativo, Classe "L", em 12-4-47.

Promovida, por merecimento, à classe "N" da carreira de Oficial Legislativo, em 9-3-50.

Promovida, à classe "O" da carreira de Oficial Legislativo, em 30-1-55.

Promovida, por merecimento, ao cargo de Diretor de Serviço, Padrão "PL-2", em 16-12-56.

Designada, pelo Diretor-Geral, para colaborar com o Secretário-Geral da Presidência nos trabalhos de organização e execução da mudança do Senado para Brasília em 16-2-60.

Transferida para Brasília no dia 9-5-60.

Pela Resolução nº 65-64, foi nomeada Vice-Diretora-Geral, símbolo PL-0, em 18-9-64.

Elogios

Elogiada, pelos leais e dedicados serviços prestados à administração do Sr. Marcondes Filho, enquanto S. Exa. exerceu, interinamente, a pasta da Justiça e Negócios Interiores.

Elogiada pelo Ministro da Justiça, Antônio Sampaio Mória, pelos bons serviços que, com dedicação, prestou à sua administração.

Elogiada pelo Presidente do Senado, Sr. Nereu Ramos, nos seguintes termos: "Durante esse tempo foi-me dado comprovar, dia a dia, as

apreciáveis qualidades que caracterizavam as dignas servidoras: inteligência, preparo, espírito público, devotamento ao serviço, discreção, zelo, exata compreensão dos deveres, e correção inextinguível.

Pela Portaria nº 8, do Vice-Presidente em 9-3-61, elogio e agradecimento pela dedicação e colaboração na sua administração.

Diretório do Pessoal

Nos, Senhores Senadores, se é o *curriculum* por si só revela a trajetória de um funcionário exemplar, ele não nos fala do tipo de criatura que por aqui passou, marcando três décadas de fecundo labor a personalidade que desafiávamos ver produzida em todos.

Lembrando-me que Clarice Ribeiro Gonçalves e aposentaria hoje com a aprovação deste Projeto de Resolução buscar-lhe o passado anterior, minha vinda a esta Casa e encontrar um depoimento precioso numa carta dirigida pelo Dr. Isaac Brown ao Senador Apolônio Salles, então Presidente da Comissão Diretora quando Clarice Ribeiro Gonçalves era lembrada, com tanta justiça, pela Diretoria de Serviço.

Vou ler essa carta, que foi assinada por um homem que todos admiramos nesta Casa, pelo que lhe conhecemos em excelência: (Lê)

Longe estava eu de supor que tendo comparado hoje à presença de Vossa Excelência, para trazer meu depoimento sobre o funcionário que comigo trabalhou, logo houvesse de voltar.

A isso me impele, porém, o dever de consciência.

As funcionárias que servem à Presidência não acham em contato com os Senhores Senadores, nem com autoridades da Casa. A disciplina a que estão sujeitas tal como eu não é paralelo em nenhuma. Nenhum as vê fora sala de trabalho.

Isso, porém, se para elas é uma vida um título digno de apreço, acarreta-lhes o prejuízo de não serem conhecidas, sorte que, nas oportunidades para isso, em regra, são suplantadas.

Tenho, como é sabido, um grupo de primeira ordem e de me orgulho. Mas, paradoxalmente, muitas funcionárias, realmente só são promovidas por antiguidade, o que na sua funcional representa uma injusta condição de inferioridade para mais um imenso desajuste toda vez que o fato ocorre.

Dai o sentir-se no dever de consciência de quando alguma delas figurar em lista de promoção, trazer aos membros da Comissão Diretora o meu depoimento sobre os seus méritos, fim de que os julgadores possam pronunciarem-se sobre cada qual plenamente esclarecidos.

Estou informado de que figura em primeiro lugar na lista de promoção para Diretor de Serviço Clarice Ribeiro Gonçalves.

Não venho pedir por ela. Como disse na carta anterior,ousei dirigir a Vossa Excelência, não costume pedir e compreendo se possa querer de viar o julgador da linha da trita imparcialidade por meio de solicitações.

Mas, eu me sinto no dever de dizer a Vossa Excelência que é a funcionária em apreço.

Tenho mais de trinta anos de serviço público e mais de quarenta de trabalho, em outros anos de atividade. Tenho, em todo esse tempo, conhecido muita gente. Tenho tido algumas dezenas de funcionários de ambos os sexos sob minha direção.

No período do Estado Novo coube-me organizar e chefiar

Secretaria do Gabinete do Ministro da Justiça, ao tempo do Sr. Francisco de Campos. Ali permaneci até que o Senado colheu a funcionaria. Coubem-me orientar, na sua formação funcional, muitos dos elementos que hoje estão em cargos elevados desta Casa. Entre esses elementos figurou Clarice Ribeiro Gonçalves, que me acompanha há 18 anos. Algumas de suas companheiras, que com ela ingressaram no Senado, são hoje Diretoras de Serviço, e das mais conceituadas.

Ela serviu comigo aos Ministros Francisco Campos, Marcondes Filho, Agamenon Magalhães, Sampaio Dória e Carlos Luz. Melhor do que eu poderia dizer dela, disseram no alguns desses eminentes brasileiros.

Eu ousaria sugerir que Vossa Excelência consultasse os assentamentos dessa funcionaria. Lá encontraria o testemunho de homens como Sampaio Dória e Carlos Luz, cujo depoimento por certo deve valer muito. Mas também lá estão palavras de Nereu Ramos, com quem serviu, comigo aqui no Senado.

Quanto a mim, o que posso dizer é que, em tão longo período de vida funcional, em que se contam cerca de vinte anos de direção, jamais vi funcionaria de mais alto mérito. E, sobretudo, um alto padrão de virtude.

E a segunda vez que figura em lista para Diretora. Nos anteriores degraus de sua carreira, várias vezes foi preterida e nunca esmoreceu, nunca deixou de dar ao serviço público o máximo e o melhor.

O Senado muito lhe deve. Não exagero dizendo que se algum sucesso tenho podido ter em minha atuação de assistente da Mesa, devo-o em grande parte à equipe que me ajuda e, principalmente, a Clarice Ribeiro Gonçalves, que a chefia há dez anos sem qualquer título ou vantagem, sem pleitear coisa alguma, modestamente, obscuramente, no seu devotamento que é inextinguível. E' um funcionaria completa, conhecendo tudo quanto se pode exigir de quem deve ser Diretor de Serviço no Senado. Tem sido, nestes dez anos, o meu braço direito.

E para que Vossa Excelência possa ajuizar da sinceridade deste edepoimento, não é demais que eu diga que se ela, for promovida não poderá continuar a trabalhar comigo e a sua falta será imensa no serviço a meu cargo.

Mas, acima do meu interesse egoístico, está a minha consciência, que não me permite calar, ante os julgadores, um testemunho que mais é mais que a mais elementar justiça.

Perdoe-me Vossa Excelência a ousadia e a extensão deste depoimento.

Muito respeitosamente, — Isaac Brown, Secretário-Geral da Presidência.

Que mais seria preciso dizer em torno de quem, neste Senado seguiu, com a magnitude das almas devotadas ao bem, o preceito evangélico de vencer a segunda milha?

Ela fez da sua vida de funcionaria, na grandeza que imprimiu em todas as suas ações e convivência, um ato de amor. Não a esmoreceram a maledicência circunstante, a omissão dos cielos, a insatisfação de aristarcos e gozitos. Ela andou incólume na humildade sublime de sua compreensão da visão plena de humanidade das dimensões de tudo quanto a cercou aqui dentro.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO BONDIN — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. pronuncia, nesta oportunidade, um discurso de rara formosura sentimental, de envolta com requintado e vigilante espírito de justiça. Confesso a V. Exa. que o Senado realmente vai perder, a partir da publicação da resolução de inatividade de D. Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, uma servidora extremamente dedicada e qualificadamente capaz. V. Exa. desdobrou para a Casa e para os nossos aplausos a sua fé de ofício.

E, nessa evolução funcional, verificamos e exaltamos dois pontos extremos: o ponto inicial, quando dona Clarice galgou o Serviço Público e nele foi exercer a modesta e honrada função de datilógrafa e, finalmente, quando alcançou o lugar de destaque na cumeada administrativa da Casa, vale dizer, o cargo de Vice-Diretora-Geral. Mas, entre um ponto e outro, notamos aquela progressão de promoções por merecimento. Esses argumentos, por si sós, demonstram e caracterizam o imenso mérito da funcionaria que ora se despede do Serviço Público. Desejo salientar, também, outras indicações válidas em direção do mérito da servidora. Todos conhecemos o rigor — digamos assim — pedagógicamente necessário, do Presidente da Casa. Na justificação do projeto, com que se propõe a concessão da aposentadoria, encontramos textos em que se lê:

“Revelou-se sempre fiel cumpridora de suas obrigações, quer na Secretaria-Geral da Presidência, quer na Diretoria do Expediente e, por fim, na Vice-Diretoria-Geral Legislativa.

A Comissão Diretora, ao submeter ao Plenário o presente Projeto de Resolução, assim justificou, lamenta ver-se privada do concurso de tão eficiente e dedicada servidora”.

Como se não bastasse o reconhecimento da Comissão Diretora, V. Exa. grava nos Anais da Casa a opinião enaltecedora de um grande funcionário, também titular de muito cargo de muito espírito público, de extrema dedicação, que é o Doutor Isaac Brown.

No instante em que o Doutor Isaac Brown estabeleceu uma solução de continuidade da sua pertinácia de não pedir — e pediu em favor de sua funcionaria — é porque realmente a ela nunca faltaram credenciais para exercer os mais importantes cargos administrativos do Senado Federal.

De modo que o discurso de V. Exa., de permissão com a proclamação de um sentimento de justiça, tem também a finalidade de estimular outros servidores da Casa, no sentido de não apenas imitarem, mas seguirem o grande exemplo de dedicação e eficiência de Dona Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves. Creio que V. Exa., ao falar, interpreta o pensamento unânime e o aplauso integral do Senado da República diante dessa merecida e justa aposentadoria.

O SR. GUIDO MONDIN — E é com esse sentimento, senhor Senador, que recolho o aparte de V. Exa. Sei que ele é a manifestação unânime da Casa.

Sr. Presidente, Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, por força de sua aposentadoria, afasta-se agora do nosso convívio, mas o Senado lhe ficará grato em derradeiro pela sementeira que deixou neste caminho, esta centelha que há de queimar no coração e nas almas dos que ficaram, pelo exemplo que construiu. Creio falar em nome deste Plenário ao lhe desejar que a vida lhe proporcione imensa venturas, como corramento do seu magnífico, do seu belo, do seu grande mérito.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Pois não.

O Sr. Jefferson de Aguiar — A aposentadoria de Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves constitui irreversivelmente uma perda para o serviço interno do Senado Federal, como bem acentuaram V. Exa. e o Sr. Senador Eurico Rezende, bem como a justificação da Comissão Diretora. O enaltecimento de sua personalidade constitui um preito de justiça. Ninguém recusa a afirmativa. As suas virtudes, a sua dignidade, a exatidão no cumprimento dos deveres e a suavidade de sua personalidade constituem um padrão excepcional de dignidade funcional. Essas qualidades mais se exaltam e merecidamente refulgem, quando todos conhecemos que um grande grupo de funcionários desta Casa se dedicam a essa atuação diuturna, como se fora um sacerdócio, com a preocupação permanente de enaltecer o Senado, de atrair para o serviço público as atenções destacadas de participação do serviço e esta Casa do Congresso Nacional. Sem dúvida, ao se assinalar a aposentadoria de Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, estamos todos enaltecendo também, por via indireta e implícita, essas qualidades admiráveis de um grande grupo de funcionários. dos mais velhos aos mais novos, que na prestação de serviço exemplar, vêm dedicando ao Senado Federal.

Realmente, como disse, o que mais aprecio em Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves são a exação no cumprimento do dever e a suavidade permanente de sua pessoa, humana, quase que a consubstanciação ou a corporificação de um espírito passando pelo Plenário ou pelas Comissões como se fora uma irmã dedicada a harmonia e a solidariedade humana. Essas qualidades, repito, se acentuam e se assinalam em outros servidores. Nesta admirável Casa do Congresso Nacional, tudo se harmoniza e a solidariedade se constitui numa integrada forma de amor fraternal. Acrescido que se pudessemos constituir um grupo harmônico, solidário, permanentemente dedicado à exaltação do Congresso Nacional, através dos nossos trabalhos, da nossa missão cumprida, estaríamos sempre como um farol, a iluminar as sombrias situações que tem envolvido o País, mostrando ao povo brasileiro que estamos constantemente atentos às grandes virtudes e às qualidades mais destacadas daqueles que vivem a Nação e aos órgãos que integram o País.

O SR. GUIDO MONDIN — Vossa Excelência, Senado Jefferson Aguiar exaltando as qualidades dessa funcionaria que se aposenta, diz bem que devemos lembrar todos aqueles que, aqui dentro, cumprem rigorosamente os seus deveres.

Dentre eles, Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves se fez perene. E assim se fez com humildade. Só sob esse aspecto de sua personalidade, que lhe dá tanta grandeza, poderíamos fazer um poema, lembrando, o que me ocorre, os ciprestes. Crescem eles como a Deus e, com tanta humildade, de que se estreitam a si mesmos para que a seu redor possam os outros também crescer, num gesto sublimado de gratidão! (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto vai à Junta de Direção para redação final.

E' o seguinte o projeto apresentado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 1966

Concede aposentadoria a Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-0, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único — E' aposentada, com os proventos correspondentes ao cargo de Diretor-Geral, PL, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, nos termos do art. 191, § 1º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 345, item IV, e 349, da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, a Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-0, Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade — Item 2)

Discussão única, com apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 da Constituição, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1966 (nº 3.378-21, de 1965, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a proceder à revisão das vantagens, benefícios e regalias dos trabalhadores de diversas categorias que influem na composição do custo operacional do transporte marítimo e dá outras providências (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III, da Regimento Interno), tendo precedência da Comissão de Constituição e Justiça, sob nº 244, de 1966, pela inconstitucionalidade (com voto em separado do Senhor Senador Afonso Arinos, subscrito também pelo Senhor Senador Heriberto Vieira), e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 145, de 1966

Nos termos dos arts. 212, alínea “a” e 274, alínea “b” do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1966, a fim de ser feita na sessão de amanhã.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o requerimento.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, trata-se de mensagem do Sr. Presidente da República com prazo periclitado e determinado para que possa constituir-se em lei, caso o Congresso Nacional não se manifeste. No caso a Comissão de Constituição e Justiça opinou pela inconstitucionalidade, alertando os Senhores Senadores Heriberto Vieira e Afonso Arinos, que concluíram pela injuridicidade.

Tenho conhecimento de que o Senhor Presidente da República enviou a V. Exa. mensagem restando a proposição, por superada. Há evidente prejudicialidade, em virtude da promulgação do Decreto-Lei nº 5, de 1963, que regulou toda a matéria que de-

veria ser cogitada posteriormente, se concedida a delegação pleiteada no projeto em apreciação.

Assim, Sr. Presidente, entendo que melhor seria que o nobre Vice-Líder do Governo pleiteasse, incontinenti, o arquivamento do projeto, porque está superado pelo Decreto-lei nº 5 e a Mensagem do Poder Executivo, retirando a proposição, porque evidentemente prejudicada pela determinação do Executivo a que me referi. (Muito bem)

O SR. EURICO REZENDE

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para uma questão de ordem) (Sem revisto do orador) — Sr. Presidente, o objetivo que buscamos é o que foi anunciado pelo ilustre Senador Jefferson de Aguiar. Discordo apenas quanto ao processo.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou no sentido da inconstitucionalidade do projeto em apreço, através de parecer da lavra do Senador Josaphat Marinho, mas supervenientemente a esse parecer foi baixado recente decreto-lei consubstanciando e esgotando toda a matéria de que trata o projeto em fase de discussão.

Sr. Presidente, não podemos, se votarmos hoje, arquivar o projeto.

Teremos que aceitar ou não a inconstitucionalidade de que veio no parecer da Comissão e Constituição e Justiça.

A fórmula, então, de se arquivar simplesmente o projeto e não de consubstanciá-lo inconstitucional seria então a remessa a esta Casa da mensagem presidencial pedindo seu arquivamento.

Essa providência foi por nós tomada em contacto com a Presidência da República. E se não chegou, ainda, a Mensagem deverá chegar nas próximas horas.

Em resumo, Sr. Presidente, nós com o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça não poderemos, na forma regimental, arquivar o projeto mas sim julgá-lo, ou não, inconstitucional.

Então, quer-me parecer que o adiamento por 24 horas foi justamente para se criar oportunidade ao ingresso nesta Casa, da Mensagem que oferecerá o melhor desate para a questão, qual seja o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 18.

São esses esclarecimentos que ofereço à Mesa insistindo em que se aprove o pedido de adiamento por 24 horas, votando-se, em seguida, a Mensagem Presidencial que propõe o arquivamento da matéria. (Muito bem)

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Pela ordem. Sem revisto do orador) — Sr. Presidente, nesse regime de superveniências descabidas já não há o que nos surpreenda. Mas o que agora acaba de ser pôsto, neste Plenário, é um fato bem indicativo do regime de incerteza e de insegurança em que vive o País, e do desprestígio em que se encontra o Poder Legislativo.

Veja V. Exª o que ocorre. O Governo envia a esta Casa, ou envia ao Congresso, mensagem pedindo lei que o autorize a praticar determinados

atos relacionados com benefícios, regalias e vantagens de certos grupos de trabalhadores. Pedindo lei, o Governo reconheceu, obviamente, que não tinha competência para, por si, decidir a matéria.

Está o Congresso apreciando o problema, pendente este de decisão final do Senado da República. Já emitido parecer pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, o Governo baixa decreto-lei, amplo, de conteúdo por dizer indefinido, tal sua implicação. Envolvendo a matéria a respeito da qual pedira lei ao Congresso. Para fazê-lo, o Governo equiparou a situação, da forma esdrúxula como tem procedido, a caso do interesse e da segurança nacional. E, nas trevas da Semana Santa, como convinha a ato dessa natureza, pulverizou a competência do Congresso, que havia primeiramente reconhecido, e, por decreto-lei, disciplinou o que havia pedido, e mais o que seu arbitrio aconselhou ou julgou adequado.

Assim, depois que a Comissão Técnica do Senado declarou a inconstitucionalidade da proposição, o Governo liquida o assunto como se Congresso não existisse. E agora busca-se a fórmula simples com que se pretende preservar a conveniência do Governo mas se liquida a soberania desta Casa, anunciada a vinda de mensagem que retira a proposição.

Retira-a o Governo por quê? Porque já não é necessário, legitimamente disciplinar a matéria? Porque legalmente a proposição perdeu o seu objetivo? Porque já não é adequado reduzir à lei o que se pretendia na mensagem?

Não, Sr. Presidente! Simplesmente porque, pendente a matéria de liberação do Congresso, o Governo se antecipa e liquida tudo por um decreto-lei.

Neste instante, é apenas o que desejava observar, fixando mais um dos tristes sinais destes tempos de arbitrio. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Chegou à Mesa a mensagem a que fez referência o Sr. Senador Eurico Rezende e que era a razão de haver S. Exª requerido o adiamento da discussão da matéria.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura da Mensagem.

E' lida a seguinte

Mensagem nº 61, de 1966

(N.º 152, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência o arquivamento do projeto de lei (na Câmara dos Deputados nº 3.378-65 e no Senado número 18-66), que dispões sobre a revisão das vantagens, benefícios e regalias dos trabalhadores de diversas categorias que influem na composição do custo operacional de transportes marítimos, encaminhado com a mensagem nº 989, de 1965, uma vez que a matéria ficou prejudicada face ao Decreto-lei nº 5, de 4 do corrente.

Brasília, em 13 de abril de 1966. — H. Castello Branco.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Diante da leitura da Mensagem, o Sr. Senador Eurico Rezende retirou o seu requerimento de adiamento mas apresentou outro que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 146, de 1966

Retirada de matéria da Ordem do Dia para reexame de Comissão

Com fundamento no art. 274 alínea a do Regimento Interno requereio se retire da Ordem do Dia o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1966, e novamente remetido à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de obter novo pronunciamento em vista da Mensagem em que o Sr. Presidente da República solicita o seu arquivamento.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1966. — Eurico Rezende.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Pela ordem) (Sem revisto do orador) — Sr. Presidente, confesso a V. Exª que não estou entendendo bem o alcance do requerimento. O Sr. Presidente da República pede a retirada da Mensagem e agora o nobre vice-Líder do Governo pede que a matéria volte à Comissão.

E' a matéria que volta à Comissão ou apenas a Mensagem que pede a retirada que vai a pronunciamento da Comissão de Justiça?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento do Sr. Senador Eurico Rezende é no sentido de que o Projeto de Lei da Câmara, nº 18, volte à Comissão de Justiça, a fim de obter novo pronunciamento, em vista da Mensagem em que o Presidente da República solicita seu arquivamento.

A Mensagem do Presidente da República não solicita a retirada do projeto mas sim seu arquivamento. Assim sendo, parece-me que será útil que a Comissão de Constituição e Justiça se pronuncie sobre o caso ora verificado.

Estamos diante de Mensagem do Presidente da República, solicitando arquivamento de um projeto com parecer contrário nesta Casa e sob o fundamento de que o mesmo ficou prejudicado face ao Decreto-lei de 5 do corrente.

A Presidência considera, pois, muito útil que a Comissão de Constituição e Justiça dê novo pronunciamento sobre o caso, porque é possível que outros surjam no futuro.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Nos exatos termos em que V. Exª acaba de colocar a questão, compreendo o alcance da ida da matéria à Comissão de Constituição e Justiça e a conveniência de que ela se manifeste a respeito.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência agradece a V. Exª e submete o requerimento do Senador Eurico Rezende, a votos.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. A matéria irá à Comissão de Constituição e Justiça a ela anexada a Mensagem do Sr. Presidente da República, e voltará à Ordem do Dia, com o parecer daquela Comissão.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência pondera ao Senador Aurélio Vianna que, além do resultado ter sido

anunciado como definitivo, ele também foi baseado numa verdadeira questão-de-ordem que a Presidência teve que solucionar. Assim, ficou decidido que a matéria deverá voltar à Ordem do Dia com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, S. Exª o Sr. Presidente da República pede o arquivamento da Proposição. Que pede a Comissão de Constituição e Justiça? O arquivamento da proposição, por ser inconstitucional. Ora, se o projeto é inconstitucional, se o Presidente da República pede sua retirada, então, volta o Projeto à Comissão de Constituição e Justiça para esta dizer o quê? Que o projeto é inconstitucional? Já o disse. Para se declarar a favor do pensamento do Presidente da República? Desnecessário. Se inconstitucional, está rejeitada a matéria.

Eis o motivo por que pedi verificação da votação, para que nós refletíssemos melhor sobre o problema. Assim, nós vamos decidir sobre o óbvio.

O Sr. Josaphat Marinho — Reglamentalmente não posso interromper V. Exª, mas, diante do esclarecimento do Presidente da Casa, pareceu-me interessante a medida proposta, porque a Comissão de Constituição e Justiça dirá se é caso de arquivamento ou se é caso de o Senado se pronunciar por outra forma que considere adequada.

O SR. AURELIO VIANA — E vamos ouvir um debate sobre assunto

que deveria estar liquidado — se se aceita a retirada da proposição, ou o seu arquivamento, ou a sua inconstitucionalidade. Se é inconstitucional está rejeitada; então, desapareceria a proposição. Não nos interessa saber se é constitucional ou não o pedido do Sr. Presidente da República para se arquivar a proposição. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Comissão de Constituição e Justiça examinará, conforme foi decidido, a matéria que lhe vai ser submetida e tirará as conclusões que julgar mais convenientes à orientação do Plenário para a votação, inclusive, há uma tese muito interessante para a própria Comissão de Constituição e Justiça trabalhar sobre ela; o Sr. Presidente da República declara que o projeto está prejudicado, em virtude de um decreto-lei de 4 do corrente. A Comissão de Constituição e Justiça deverá, portanto, examinar, também, o aspecto da matéria estar prejudicada pelo referido decreto-lei.

A Presidência não poderia deixar de encaminhar àquele órgão especializado a matéria, dada, evidentemente, a necessidade de se examinar, também, essa transcendente tese.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Vai-se passar ao item seguinte da pauta. Item 11:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1964, de autoria do Sr. Senador Guido Mondin, que dá nova redação ao art. 852, do Código de Processo Civil, tendo pareceres (ns. 131 e 132, de 1966), da Comissão de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento, pela audiência do Sr. Senador Guido Mondin, autor do Projeto, e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; — 2º pronunciamento (cumpridas as diligências), no sentido de que seja sobrestada a apreciação da matéria, até a chegada do anteprojeto do Código de Processo Civil.

A Comissão de Constituição e Justiça propôs a seguinte sobrestada o curso do projeto, a fim de se aguardar a chegada ao Congresso Nacional, do anteprojeto do Código de Processo Civil.

Esta votação, portanto, deverá ser preliminar.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de que fique o projeto sobrestado, até a chegada do anteprojeto do novo Código de Processo Civil a esta Casa, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto ficará assim, sobrestado.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 13

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado de nº 82, de 1964, de autoria do Senhor Senador Ermirio de Moraes, que dispõe sobre a instalação, na cidade do Recife, no Estado de Pernambuco, de refinaria de petróleo e usina de fertilizantes nitrogenados e da outras providências, tendo pareceres sob ns. 193, 194, 195, 196, 197 e 198 de 1966 das Comissões de Constituição e Justiça e de Pronunciamento, pela audiência do Conselho Nacional de Petróleo e da Petrobrás; 2º pronunciamento, cumpridas as diligências, favorável. — Agricultura — favorável — Minas e Energia — favorável — Economia, favorável, propondo, no entanto, a supressão do art. 4º.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

Faço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador José Ermirio.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, realmente, não há modificação alguma retratando-se o Art. 2º, o que possibilitará à PETROBRAS um estudo melhor sobre a capacidade da refinaria de petróleo em Recife e sua fábrica de fertilizantes. Não faço objeção sobre isso, como também quanto ao Art. 4º, que determina 180 dias de prazo para solução do problema.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Continua a discussão. Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Sobre a mesa requerimento de destaque que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido aprovado o seguinte

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está, portanto, destacado do Projeto o Art. 2º.

Requerimento nº 147, de 1965
Destaque da disposição para determinação fim.

Nos termos dos Arts. 212, letra f e 310, letra c, do Regimento Interno, requerido destaque para rejeição da seguinte parte do Projeto: Art. 2º. Seia das Sessões, 13 de abril de 1966. — Goulart Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Comissão de Economia propõe destaque do art. 4º, para sua rejeição.

Em votação a proposta da Comissão.

Os Srs. Senadores que a aprovam

queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Está, assim suprimido o art. 4º. Em votação o projeto, salvo os destaques rejeitados.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 82 DE 1964

Dispõe sobre a instalação, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, de refinaria de petróleo e usina de fertilizantes nitrogenados e da outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Ministério das Minas e Energia, através da Petrobrás, a instalar na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, uma refinaria de petróleo e uma usina de fertilizantes nitrogenados.

Art. 2º A refinaria de petróleo deverá ter a capacidade mínima para produção de 40.000 (quarenta mil) barris diários, bem como uma seção destinada à mistura de gasolina com álcool.

Art. 3º A usina de fertilizantes nitrogenados deverá ter a capacidade e os caracteres técnicos adequados às necessidades da região de sua instalação.

Art. 4º Para a elaboração dos estudos e projetos visando à instalação de que trata o artigo 1º, é concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No hora do Expediente foi lido requerimento, que recebeu o número 143, em que é solicitada prorrogação, até o fim da presente sessão legislativa, do prazo da Comissão Especial constituída — com a aprovação do Requerimento número 285-65 — para proceder a estudos e à coordenação de medidas tendentes ao controle de preços de exportação das matérias primas minerais e produtos agro-pecuários nacionais. Deve ser votado nesta oportunidade.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Lembro aos Srs. Senadores que hoje, às 21 horas e 30 minutos, as duas Casas do Congresso Nacional se reunirão, em sessão conjunta, para apreciação de vetos presidenciais.

Amanhã às 10 horas haverá nova sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional para discussão do Projeto de Lei nº 2-66, que altera o Código Eleitoral.

Nesta noite, visando a tratar, vou encerrar a presente sessão anunciando para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 14 de abril de 1966

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1966, (nº 3.872-B-63 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas e proceder à revisão das vantagens, benefícios e regalias dos trabalhadores de diversas categorias que influem na composição do custo operacional do transporte marítimo e da outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº III, do Regimento Interno), tendo parecer da Comissão de

Constituição e Justiça, sob nº 244, de 1966, pela inconstitucionalidade (com voto em separado do Senhor Senador Afonso Arinos, subscrito também pelo Senador Heribaldo Vieira), e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1966, (nº 1.055-B-63 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica, tendo parecer favorável, sob nº 297, de 1966, da Comissão de Finanças.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1966, originário da Câmara dos Deputados (nº 193-A-64, na Casa de origem), que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegação Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Gilcômulo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria

Federal em Caxias do Sul, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 235 e 236, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1966, (nº 3.836-B-62 na Casa de origem, que retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que cria a Coletoria Federal em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, e dá outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 237 de 1966, da Comissão de Serviço Público Civil, com a emenda que oferece sob número 1-CSN.

5

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1966 (nº 4.845-B-62, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 para o fim que especifica, tendo parecer favorável, sob nº 215, de 1966, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Terminar-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 6-66

O Presidente da Comissão de Inquérito, designado pela Portaria nº 7, de 1 de abril de 1966, do Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, resolve na forma do § 2º, do art. 223 da Resolução 6-60, designar Zuleika de

Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para desempenhar as funções de Secretária da mesma Comissão.

Brasília, 13 de abril de 1966. — Aloísio Barbosa de Souza, Presidente da Comissão de Inquérito.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 29

DE MARÇO DE 1966

As 16 horas do dia 29 de março de 1966, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Irineu Bornhausen, presentes os Srs. Pessoa de Queiroz, Wilson Gonçalves, Bezerra Neto, Victorino Freire, Manoel Villal, Atílio Fontana e Menezes Pimentel, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Lobão da Silveira, Sigfredo Páez, Adolpho Franco, José Leite, Donício Gondim e Lopes da Costa. É lida, e, sem restrições, aprovada a ata da reunião anterior.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta:

Pelo Sr. Pessoa de Queiroz

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 1964, que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendadora e João Antonio Pereira Souza, como outorgado comprador.

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1963, que revoga o ato do Tribunal de Contas que nega o registro ao contrato celebrado entre o Departamento da Comércio e Indústria e o Senhor Edmundo Nogueira Sayon, para locação do imóvel.

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 206, de 1966, que isenta de impostos de importação e consumo e da taxa de despacho aduaneiro os bens dos imigrantes e da outras providências.

Favorável ao substitutivo da Câmara nº 306, de 1965, que isenta do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1963, que mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de re-

forma a Expediente Fior, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados pela Comissão.

Pelo Sr. Victorino Freire

Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964, que dispõe sobre a elaboração do projeto para construção de usina termelétrica no Forno de Tubarão, Vitória, no Estado do Espírito Santo;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1966, que isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um computador eletrônico importado pela VARIG;

Favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1966, que concede isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de auto-peças;

Contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 230, de 1965, que assegure recursos cambiais à Petrobrás Brasileiro S.A. (Petrobrás); e

Favorável ao projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1965, que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 422 adquirentes de glebas de terra situadas em área de Southern Brazil Lumber and Colonization Company.

Os projetos são aprovados pela Comissão, tendo o Sr. Atílio Fontana

relatado com restrições quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1966.

Pelo Sr. Wilson Gonçalves

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1965 que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro de termo de contrato celebrado entre a União

Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S.A., para constituição de armazenamento de iseno de marinha e acrescido de marinha situado em Belém, Estado do Pará;

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1966, que aprova o contrato celebrado entre a FVHA e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, para aplicação da verba de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) — dotação de 1966 — destinada ao prosseguimento dos serviços de assistência médica a populações de municípios do Estado do Amazonas;

Contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 1965, que altera o artigo 85, § 3º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

Contrária da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros), para atender às despesas com o oferecimento de uma estatua de Tiradentes ao povo e ao Governo da República dos Estados Unidos do México, e de uma outra de Castro Alves ao povo e ao Governo da República do Peru; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 14 de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.823.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil e quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros), para o fim que especifica.

A Comissão, por unanimidade, aprova os pareceres.

Pelo Sr. Bezerra Neto

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 56 de 1965, que mantém o ato do Tribunal de Contas do Estado, denegatória do registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e "Pinho e Terras Ltda", como compradora;

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1966, que autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o Sr. Giancarlo Rossi para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Canoas do Sul; e

Favorável ao substitutivo da Comissão de Legislação Social ao Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1965, que estende aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

Em discussão e votação são os pareceres aprovados pela Comissão.

— Pelo Sr. Atilio Fontana

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1966, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1966, que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos importados pela Telefônica Curvelo S.A. A Comissão aprova os pareceres.

Pelo Sr. Manoel Villaga

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica;

Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1965, que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e o Senhor Nelson Pimenta,

para desempenho da função de Cartógrafo;

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1966, que isenta do imposto de importação equipamentos destinados a Comércio Exterior, Importadora e Exportadora Ltda., para a instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cinoscópio e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1966, que isenta aos impostos de importação e consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos para perfuração de poços e localização de água, importado pela CASOL.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando o. Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

FUNDAÇÃO PARA ESTUDO

Da Comissão de Constituição e Justiça, a indicação nº 2, de 1963, sobre a Circular do Sr. Ministro da Justiça aos Governadores de Estados, relativa à concessão de empréstimos externos aos Estados-membros. Relator: Sr. Josephat Marinho

I

Sugeriu o eminente Senador Afonso Arinos, invocando os artigos 220 e 221, nº II do Regimento Interno, fossem ouvidas as Comissões de Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Finanças, sobre a Circular do Sr. Ministro da Justiça aos Governadores de Estado, relativa à concessão de empréstimos externos aos Estados-membros.

II

Esclarece a Indicação que "a consulta às Comissões, segundo as competências respectivas, terá especialmente em vista:

1 — Fixar as atribuições constitucionais do Estado, em face do referido ato do Poder Executivo;

2 — Traçar normas de coordenação da ação do Senado com a do Ministério das Relações Exteriores para o exercício das atribuições referidas;

3 — Caracterizar as operações levadas a efeito pelos Estados-membros, de forma a verificar se se enquadram nas atribuições privativas do Senado, tendo em vista, também, o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal."

III

Ainda em arrimo da Indicação, o nobre Senador proferiu discurso, salientando, entre outros aspectos:

a) que as normas regimentais, "até certo ponto, completam ou complementam os artigos 62 e 63 da Constituição;

b) "a possibilidade da criação dentro do nosso Regimento, de um órgão específico, do Senado que viesse se desincumbir ou pelo menos estudar, coordenar e providenciar a execução daquelas medidas que nos sejam reservadas pela Constituição."

IV

A Constituição Federal prescreve, em seu art. 33, que "é defeso aos Estados e aos Municípios contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal." No art. 63, II, estipula que "competem privativamente ao Senado Federal: "autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

V

Em seu Regimento Interno, o Senado estabelece:

"Art. 342. O pedido de autorização para empréstimo externo, a ser contraído por Estado, pelo Distrito Federal ou por Municípios (Const., art. 63, nº II), de-

verá ser encaminhado ao Senado com documentos que o habilitem a conhecer perfeitamente a operação, os recursos para satisfazer os seus compromissos e a sua finalidade.

Art. 343. Deverão obrigatoriamente acompanhar o pedido de autorização:

a) parecer do órgão incumbido da execução da política financeira do Governo Federal;

b) publicação oficial com o texto da autorização ao Legislativo Estadual, para a operação."

Para segurança de seu pronunciamento a limitação dos efeitos decorrentes, o Senado consignou, ainda, no Regimento Interno:

"Art. 243.A. É lícito a qualquer Senador, representante do Estado interessado na operação de que trata o art. 342, encaminhar a Mesa, em ofício, para anexação ao processo respectivo, documento destinado a complementar a instrução da matéria, ou o esclarecimento do seu estudo.

Art. 345. O texto da Resolução do Senado, concernente a autorização para empréstimo externo, deverá constar do instrumento da operação.

Art. 346. Qualquer modificação nos compromissos e empréstimos assumidos dependerá de nova autorização do Senado."

VI

Desses textos constitucionais e regimentais ressalta, claramente que:

a) toda operação de empréstimo externo, a ser feita pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, depende de prévia autorização do Senado;

b) é privativa a competência do Senado para autorizar o empréstimo;

c) o Senado já regulou, cuidadosamente, a forma de concessão da autorização para os empréstimos, sem o cargo de examinar-se a conveniência de ampliação da disciplina estabelecida.

VII

A privatividade da competência do Senado, correspondente a seu papel de representação dos Estados, demais, como visto, de cláusula expressa da Constituição. O texto constitucional, por sua letra e pelo sistema com que organizou o quadro federativo, é excluyente da interferência de outro órgão na disciplina dos empréstimos previstos.

Nem se há de arguir que a competência definida é privativa, e não exclusiva. "A sinonímia da privativamente com exclusivamente é inevitável" — escreveu Ruy Barbosa, explicando: "Privativamente quer dizer: com exclusão de outras pessoas; com exclusão de todos os mais; singularmente."

Para mostrar esta equivalência, basta pôr exemplo na frase: conceder-vos isto a vós privativamente, e a traduzir em latim com esta outra: uni illi id conceditur, coeteris omnibus exclusis. (Vocabulário, tom. 6, p. 750.) Isto é: concede-se-vos isto a vós, excluídos todos os demais. (Coms. a Const. Fed. Bras., col. e ord. por Homero Pires — II vol., Saraiiva, 1933 — pag. 210.)

Esse entendimento, prevalece ainda hoje, autoriza que se considere excluída a interferência, no caso, não apenas da outra Casa Legislativa, — como pretenderam preclaros intérpretes da Constituição de 1891 — mas também a de qualquer órgão do poder público. Aplica-se ao caso a lição extraída por Francisco Campos da doutrina, ao comentar o poder do Presidente da República de perdoar ou comutar penas. "A este conferindo privativamente o poder — assinala — claro é que do seu exercício exclui os outros poderes, sejam os do Governo Federal, sejam os do Governo Esta-

Qual" (Direito Constitucional — 1956 — II vol., pag. 196.)

Reforça ainda, a exclusividade da competência definida a circunstância de ser o Senado representação dos Estados, como expresso no art. 60 da Constituição, na linha de acatamento à tradição federativa (Const. 1961, art. 30, e Const. 1934, art. 89.) E convém notar que mesmo na Constituição dos poderes, o Senado teve a atribuição privativa de autorizar os empréstimos externos dos Estados, no Distrito Federal e dos Municípios (artigo 90.b)

Daí haver concluído o ilustre autor da proposição, em 1959, quando Deputado Federal, ao examinar a emenda constitucional que conferia aos representantes o título de Conselheiros da República, que "o Senado no Brasil, desde 13 de novembro de 1889 nunca foi outra coisa senão um Senado federativo" (Disc. do Dep. Afonso Arinos — DCN., Seq. I, de 13.1.1959, páginas 197-195.)

Como Senado federativo, vela pelos Estados-membros preservando-lhes as prerrogativas, ou os conteúdos no sistema da União instituída

VIII

Dir-se-á que a Constituição e o Regimento usam a expressão "empréstimos externos", fórmula de sentido técnico e específico, não abrangente de outras relações jurídicas da competência do Senado.

Decerto, os dois textos somente se referem, na sua letra, a empréstimos externos. É inevitável, também, que, em princípio, não se amplie competência.

Mas, a Constituição, como um código político, é interpretada segundo suas várias mostras e tendo em vista o conjunto delas, sua essência e seus fins. Em discurso no Senado, em 1891, Ruy Barbosa observou, precisamente, que "a lei política de um país não se interpreta com essa rigidez, não está subordinada, permite-se-lhe a expressão à mesma literalidade que um regimento militar."

Não são disposições que principiam e acabam cada uma em si mesma; debaixo da lei política de cada país existe uma subestrutura de idéias gerais que ela propõe, uma infinidade de relações emanantes que ela não define, uma base comum, uma rede intrínseca e sutil de princípios que a animam, que a orientam, mas que ela não particulariza.

Este conjunto de princípios constitui, a respeito da lei fundamental do país, a fonte superior da sua interpretação, e às conclusões que dela decorrem estão subordinadas em sua inteligência todas as cláusulas constitucionais" (Comentários à Constituição Federal Brasileira. Col e Ord. por Homero Pires — Saraiiva, 1933 — II vol., pag. 411.)

Essa compreensão orgânica do sistema constitucional conduz ao reconhecimento de que há normas inexpressas e, no entanto, válidas e obrigatórias como as regras escritas. É o que se recorre no ensinamento de permanentemente observância: "o inexpresso, mas implícito, no texto constitucional, tão constitucional é, quanto o que explicito se acha nesse texto" (Ruy Barbosa — Questão Minas-Werneck, 1917, pag. 86.)

A medida da competência não refoge a essa exegese larga da Constituição. Assim o tem proclamado o Supremo Tribunal Federal, como o fez no julgamento do habeas corpus em favor do jornalista Samuel Wainer. Por interpretação construtiva, a alta Corte concluiu que era titular de competência implícita ou por força de compreensão, pois, do contrário, não haveria autoridade competente para apreciar o caso (Rev. Forense, vol. 151 págs. 375-389.)

Em suma: não se diz-se que a competência, quando não declarada, pode ser fixada segundo a natureza das

instituições e o papel predominante de seus órgãos.

IX

Ora, no quadro constitucional brasileiro, o Senado, como posto em relevo, é o mecanismo de representação dos Estados-membros e de manutenção do equilíbrio federativo. Nessa posição, cumpre-lhe autorizar os empréstimos externos em que sejam partes as unidades federadas.

Essa atribuição lhe foi conferida, a partir da Constituição de 1934, para que não se reproduzissem operações prejudiciais à vida financeira e ao crédito dos Estados, com repercussão danosa ao prestígio e aos interesses do País, como as que se efetuaram sob o regime de 1891. Então, "a livre estipulação de compromissos financeiros, interna ou externamente, constituía aspecto da plena capacidade financeira do Estado-membro", conforme lembrou com propriedade, o Prof. Raul Machado Horta (A Autonomia do Estado-membro no Direito Constitucional Brasileiro — Belo Horizonte, 1964 — pág. 189.)

Tantos males advieram do exercício ilimitado e arbitrário da autonomia, no particular, que a reforma de 1926 deferiu ao Congresso Nacional o poder de decretar a intervenção nos Estados "para reorganizar as finanças do Estado insolvente" (art. 6º, § 1º.)

X

É irrecusável, de outro lado, que, depois de 1946, se ampliaram as formas e as oportunidades de negociação externa, extensivas aos Estados-membros. Não há ignorar que o auxílio financeiro passou a ser processo essencial de ação dos povos desencaminhados ou economicamente fortes. E não só por meio de empréstimos as unidades federadas podem adquirir "ecuro estrangeiro". Adquirem-no, também, através de doações.

Se as doações não criam os mesmos encargos dos empréstimos, podem gerar consequências semelhantes no meio econômico-financeiro, regional e nacional. Pelo menos por seus fins equiparam-se aos empréstimos. Logo, se abrem margem a efeitos paralelos aos dos empréstimos, as doações devem estar submetidas à ação disciplinadora do Senado, que impedirá a criação ou o agravamento de desequilíbrios na economia nacional, por influência de fatores externos.

XI

Bem salienta a exposição do Ministério da Justiça, de 1963, dirigida ao Senado: "a ajuda externa se apresenta hoje como um instrumento declarado de política internacional dos países que a proporcionam em larga escala" e "por ser, na substância, um problema financeiro e cambial, de inevitável projeção econômica, coloca-se também por esse lado como uma questão de natural controle da União, através do Governo Federal."

XII

Note-se, porém, que a ação do Poder Executivo é restrita, dada a atribuição constitucional outorgada ao Senado. E se a este foi assegurada, privativamente, a prerrogativa de autorizar os empréstimos externos, a mesma faculdade há de ter para as operações similares ou de objetivos e efeitos equivalentes. É princípio de direito público que, quando se verifica outorga de poder, interpreta-se este largamente.

A interferência da administração federal, nas operações discutidas, não pode exercitar-se, em consequência, com amplitude que reduza ou anule o privilégio de autorizar reservado ao Senado.

Consoante o encaminhamento dado pelas unidades interessadas, e tendo em consideração a natureza, o vulto ou as condições da operação, pode a

União ser "interviente", como nos casos de doação, ou "figurar como agente de repasse dos recursos externos, através de estabelecimentos oficiais de crédito", nas hipóteses de empréstimo, segundo já se verifica, ao que incumia a exposição do Ministério da Justiça.

Então, com ou sem presença do Poder Executivo federal na operação, o ato de autorização é da competência exclusiva do Senado. Essencial, como exige o Regimento do Senado, e a par de outros elementos, a existência de "parecer do órgão incumbido da execução da política financeira do Governo Federal".

XIII

Por isso, também, não nos parece adequada a participação da lei que regula a forma para qual o Senado concede a autorização. Conferindo ao Senado competência privativa para autorizar a operação, a Constituição conferiu a seu presidente o arrolho, como "Casa dos Senhores", ao mesmo tempo, órgão de consultoria nacional, o processo, as condições de deliberação a respeito. A superveniência de uma lei amplia a participação de outros órgãos na deliberação da competência privativa do Senado, o que não se afigura compatível com a Constituição.

Poder-se-ia cogitar de lei definidora de norma geral de direito financeiro (Const. Fed., art. 5º, XV, b), na medida em que não afrontasse a competência privativa do Senado.

Porém não seja oportuna, contudo, submeter ao rigor de regras legais, no momento, fatos e relações que estão variando com a filosofia política, em mudança também, de todos os povos, e impondo procedimento intensamente diferenciado.

XIV

Mas, ao Senado é facultado modificar os requisitos atualmente fixados em seu Regimento, ou criar novos em Resolução especial, inclusive para estabelecer forma de coordenação de seu trabalho com o de Secretarias de Estado, ou para consagrar o resultado de estudos em comum. Exatamente como sugere a indicação, a propósito do Ministério das Relações Exteriores.

E uma Resolução, embora com força de lei, é de mais fácil adaptação às circunstâncias.

XV

Não parece oportuna e conveniente, também, a criação de órgão específico, no Senado, para estudar e deliberar sobre tais pedidos de autorização. Não são múltiplos nem seguidos os casos que surgem. Demais, as atuais Comissões permanentes — especialmente a de Constituição e Justiça e a de Finanças — já reduzidas na sua competência por efeito das novas normas de legislar, seriam ainda mais esvaziadas com a criação de órgão específico destinado ao exame dos pedidos de autorização para empréstimos e recebimento de doações.

No futuro, a sugestão poderá ser aceita.

XVI

Por fim, acentuamos que nos parece excessiva a Circular do Ministério da Justiça, a que se refere a indicação. Essa Circular, expedida no governo anterior, foi endereçada a Governadores e Prefeitos, comunicando-lhes que "gestões no sentido de obtenção de ajuda de governos ou agências estrangeiras, sob forma de empréstimo, financiamento ou qualquer modalidade de auxílio deverão ser feitas por intermédio do Ministério das Relações Exteriores".

Sem dúvida, o princípio geral é que "compete à União manter relações com os Estados estrangeiros e

com eles celebrar tratados e convenções" (Const. Fed., art. 5º, I). A Constituição, entretanto, também estabelece que "se os Estados e aos Municípios contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal" (art. 33). A proibição condicionada envolve uma permissão quer dizer: com prévia autorização do Senado, os Estados e os Municípios podem contrair empréstimo externo. É lógico, então, pois, que a autorização ao Senado, emanada de órgão integrante de um dos poderes da soberania nacional, legítima a presença dos Estados e Municípios nas negociações. Trata-se de poder vinculado e limitado, mas expressamente cometido às entidades enumeradas.

E o fenômeno, não sendo comum, nem por isso é estranhável. Observam Bowie e Friedrich que "a questão principal, nos Estados federais, e a de saber se o poder de dirigir as relações exteriores deve ser conferido exclusivamente à Federação, ou se as unidades componentes conservam algumas prerrogativas nesse domínio". E informam: "Na maior parte das Federações, esta questão foi resolvida em favor das autoridades federais, mas se permite, muitas vezes, aos governos dos Estados componentes manter certas relações com os Estados estrangeiros, sob a reserva de um controle pelas autoridades federais" (Études sur le Fédéralisme — Lib. Gén. de Droit et Jurisp., Paris, 1900 — Première Partie, pág. 406).

Declara, a Constituição Brasileira que os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dependem de *prévia e privativa* autorização do Senado (art. 33 e art. 63, II). Logo, o ato de autorização do Senado consubstancia essa reserva de controle pelas autoridades federais, destacada na doutrina.

De outro lado, saliente-se que se a Constituição brasileira quisesse submeter a operação ao controle direto do Poder Executivo, é não do Senado, teria disposto como a da Suíça, que ordena que as relações entre os cantões e os Governos estrangeiros e seus representantes se efetuem por intermédio do Conselho Federal (art. 10).

Sendo a competência expressa e privativa do Senado, como é, não pode ser limitada por órgão nem por atos administrativos. Investido o Senado do poder exclusivo de autorizar as operações, presume-se que foi erguido à condição de árbitro dos interesses dos Estados e da União. Sua decisão deve ser, e é, precedida de segura informação de órgão executivo, mas não pode ser praticamente substituída por "gestões" obrigatórias do governo federal, que indicam ou sugerem prévia concordância.

Consequentemente, devem órgãos executivos, até de ofício, opinar sobre os pedidos, instruí-los, orientá-los mesmo, mas não lhes é dado substituir as unidades interessadas e o Senado, nos seus poderes específicos.

E o que logramos fixar, *de jure constituto* e dentro de interpretação larga que reclama a lei fundamental

XVII

Nestas condições, somos de parecer que a indicação, por seus fundamentos e por sua importância, deve ser aprovada, para que o Senado:

a) declare que suas atribuições, previstas nos artigos 33 e 63, II, da Constituição, abrangem, além de empréstimos, todas as formas de obtenção de recursos ou auxílios externos, como as doações;

b) acresce dispositivo ao Regimento Interno, prescrevendo que as normas constantes dos arts. 342 a 348 se aplicam ao recebimento de doações e de quaisquer outras formas de ajuda ou auxílio externo;

c) através de seu Presidente dos Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Finanças, coordene com o Ministério das Relações Exteriores e o da Fazenda as normas gerais e básicas que devam orientar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nos processos de empréstimo, doações e outros equivalentes, relacionados com organismos estrangeiros, consubstanciando tais regras em *Resolução interna*;

d) transmita ao Prefeito do Distrito Federal, assim como aos Governadores dos Estados, para conhecimento deles e para que comuniquem aos Prefeitos municipais, o teor das inovações que forem adotadas.

Assim, salvo melhor juízo, regular-se-a convenientemente a matéria, respeitado o mecanismo constitucional ao regime, inclusive quanto ao princípio da autonomia estadual e ao da competência do Senado, sem prejuízo da superioridade dos interesses nacionais, em cuja defesa timbram hoje todas as federações.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1966.

As quinze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de março de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Bezerra Neto, José Guimard e José Ermirio, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Antonio Carlos, Gay da Fonseca, Eurico Rezende e Lino de Mattos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Wilson Gonçalves, que emite parecer pela aprovação, com uma emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 17 de 1966, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recurso se dá outras providências.

Sem discussão, é aprovado o parecer.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Presidente.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1966.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Legislação Social, sob a presidência do Sr. Senador Vivaldo Lima, Presidente, presentes os Srs. Senadores Atílio Fontana, Edmundo Levi, Eurico Rezende, José Guimard e Ruy Carneiro.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores José Cândido, Zacharias de Assumpção, Heribaldo Vieira e Aarão Steinbruch.

O Sr. Presidente, após constatar a existência de número regimental, declara iniciada a reunião e manda proceder à leitura da ata da reunião anterior, que, sem discussão, é aprovada.

O Sr. Senador Eurico Rezende emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1964, que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais

remuneradas dos advogados e das outras providências.

O parecer do Sr. Relator é submetido à discussão, pôsto em votação e, a seguir, aprovado.

O Sr. Senador José Guimard profere parecer pela rejeição das emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1963, que cria três Juntas de Conciliação e Julgamento na 2ª Região da Justiça do Trabalho.

O parecer do Sr. Relator é, sem restrições, aprovado após ser submetido à discussão.

A seguir, o Sr. Presidente passa a presidência dos trabalhos ao Sr. Senador Atílio Fontana e, na qualidade de relator, emite parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 63 de 1965, com as alterações constantes da emenda de nº 1 CLS que apresenta. O projeto dispõe sobre a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural na comarca em que não funcione o Conselho Arbitral.

O parecer ao projeto acima citado é submetido à discussão e, por não haver quem quisesse discuti-lo, pôsto em votação, sendo aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Claudio I. C. Leal Neto, Secretário, lavrei a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

6ª REUNIAO, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1966.

Sob a Presidência do Senhor Senador Benedito Valladares, presentes os Senhores Senadores Pessoa de Queiroz, Aurélio Viana, Oscar Passos, Menezes Pimentel, Vivaldo Lima e Antônio Carlos reuniu-se a Comissão de Relações do Senado.

O Senhor Senador Pessoa de Queiroz apresenta parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei do Senado nº 53 de 1964 da iniciativa do Senhor Senador Bezerra Netto que estabelece normas para remessa ao Congresso Nacional e respectiva tramitação dos tratados e convenções celebrados pelo Presidente da República.

A votação da matéria é adiada por ter o Senhor Senador Aurélio Viana ter pedido vista do processo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu João Baptista Castejon Branco, Secretário, a presente Ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

ATA DA 2ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 1966.

Aos trinta dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dezessete horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob

a Presidência do Senhor Senador Victorino Freire, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores Adalberto Sena, Victorino Freire, Manoel Villaga e José Feliciano, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Vasconcellos Torres, Mello Braga, Arnon de Mello, Sigfredo Pacheco e Nelson Maculan.

Por já haver anteriormente sido aprovada é dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Adalberto Sena, a fim de dar começo à apreciação da matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Adalberto Sena passa a proferir parecer ao Projeto de Lei da Câmara nº 329, de 1965 (nº 2.860-C-65, na Casa de Origem), que "estende aos agentes fiscais do imposto de renda o direito previsto no art. 96 da Lei nº 4.502, de 20 de novembro de 1964", opinando, pela aprovação do projeto, com a emenda de nº 1-CSPC que apresenta.

Em votação, é o parecer aprovado.

A seguir, o Senhor Presidente de conformidade com o preceituado no Regimento, passa a presidência ao Senhor Senador Adalberto Sena para que possa funcionar como Relator.

Pelo Senhor Senador Victorino Freire são relatados os seguintes projetos:

— pela aprovação, com a emenda de nº 1-CSPC, o Projeto de Lei da

Câmara nº 13, de 1966 (nº 3.836-B-62 — na Casa de Origem), que retifica a Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, que "cria Coletorias Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo; e dá outras providências";

— favorável, porque, no mérito, na da existe que contraindique o acolhimento da proposição ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1965 (número 1.642-B-64 — na Câmara dos Deputados), que "dispõe sobre o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidores públicos civis, assegurados por sentenças concessivas de mandados de segurança e dá outras providências"; e,

— pela aprovação das subemendas apresentadas pelas Comissões de Finanças e de Educação e Cultura ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1964 (nº 3.000-B-61 — na Casa de Origem), que "reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências".

Submetido, os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

Reassumindo a Presidência, o Senhor Presidente comunica estar esgotada a matéria constante da pauta e declara encerrado os trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário, a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade 4º Secretário — Caltete Pinheiro
 Vice-Presidente — Nogueira da 1º Suplente — Joaquim Parente
 Gama 2º Suplente — Guido Mondim
 1º Secretário — Dinarte Mariz 3º Suplente — Sebastião Archer
 2º Secretário — Gilberto Marinho 4º Suplente — Raul Giuberti
 3º Secretário — Barros Carvalho

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 João Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atilio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermirio

Neilson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedito Valladares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurelio Vianna

Secretaria: Maria Helena Buenc Brandão, Oficial Legislativo, PL-6.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles

Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedito Valladares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurelio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atilio Fontana
 João Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacarias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Neilson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Aorano
 Josaphat Marinho
 José Ermirio

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnon de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretaria: Aracy O'Reilly de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras às 15:30 horas.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaga
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atilio Fontana
 José Guimard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 João Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermirio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermirio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-8.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Attilio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lopes da Costa
Eugenio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

ARENA**TITULARES**

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SÉCAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermirio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Farias

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedito Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedito Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Yivaldo Lima
Antônio Carlos
Jose Cândido
Padro Calazans

SUPLENTE

José Guimard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Tórres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**

Vasconcelos Tórres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Melo
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA**TITULARES**

José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Yivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assunção
Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Verissimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.